

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS



REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

JANEIRO-MARÇO — 1969 — NÚMERO 1

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

Diretor: Reitor MURILO GUIMARÃES
Diretor-Assistente: Prof. NEWTON SUCUPIRA
Secretário: Prof. CÉSAR LEAL

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. *Aluizio Bezerra Coutinho*
Prof. *Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio*
Prof. *Evaldo Bezerra Coutinho*
Prof. *Francisco de Albuquerque Barbosa*
Prof. *Guilherme de Albuquerque Martins*
Prof. *José Cavalcanti de Sá Barreto*
Prof. *Gilberto Osório de Andrade*
Prof. *Luiz Ferreyra dos Santos*
Prof. *Lourival Vilanova*
Prof. *Arnaldo Barbalho*
Prof. *Maria do Carmo Tavares de Miranda*
Prof. *José Lourenço de Lima*

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Prof. *Luiz Delgado*
Prof. *Gláucio Veiga*
Prof. *Nilo Pereira*

Estudos universitários; revista de cultura [da] Universidade Federal de Pernambuco | v. | -1- jul./set.— , 1962— Recife, Universidade Federal de Pernambuco | Imprensa Universitária | 1962—

v. em trimestral

De jul. 1962 até ago. 1964 foi publicada sob o título Estudos universitários; revista de cultura da Universidade [do] Recife.

Diretor: 1962-ago. 1964, João Alfredo Gonçalves da Costa Lima. 1964-set.

Murilo Humberto de Barros Guimarães e Newton Sucupira.

1. Educação superior — periódicos. I. Título.

378.5 (CDD 16. ed.)

378.4 (813.41) (05) CDU

U.F.Pe.

SD-BC 62-1278/rev.

Livros, cartas e pedidos de assinatura devem ser enviados para:
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS —
Rua Gervásio Pires, 674 —
Recife — Pernambuco — Brasil

Revista de Cultura

Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

O Ensino Jurídico nos Pareceres de Ruy Barbosa — <i>Alberto Venâncio Filho</i>	5
Domínio Tropical: Dimensão e Conceito — <i>Gilberto Osório de Andrade</i>	19
A Expulsão dos Jesuítas de Pernambuco — <i>Nilo Pereira</i>	53
A Feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54) — <i>José Antônio Gonsalves de Mello</i>	73
L' Étranger — <i>Leônidas Câmara</i>	85
Estrutura Fundiária e Sistemas Agrícolas no Estado do Maranhão — <i>Manuel Correia de Andrade</i>	95
Sociologia e Sociologias — <i>Nelson Saldanha</i>	123
A Incelença: Aspectos Sociais e Dramáticos — <i>Rubem Rocha Filho</i>	135

ESTUDOS

Concepção da Reforma Universitária	169
Resenhas	177
Oração pelo Poema — <i>Alberto Cunha Melo</i>	9

COLABORADORES

ALBERTO VENÂNCIO FILHO

Doutor executivo do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito da Universidade da Guanabara, autor do livro "A Intervenção do Estado no Domínio Econômico" além de vários estudos sobre Direito e Educação.

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

Geógrafo, professor titular da Universidade Federal de Pernambuco, autor de numerosos livros sobre sua especialidade e outros diretamente relacionados com a organização do ensino universitário.

NILO PEREIRA

Historiador, escritor, professor e jornalista, professor titular de História da Universidade Federal de Pernambuco, autor do livro "Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil".

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Historiador, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, autor de uma biografia em dois volumes de João Fernandes Vieira.

LEÔNIDAS CÂMARA

Crítico literário, professor de Estética e Teoria da Literatura da Universidade Católica de Pernambuco.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Professor titular de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, cursos de especialização na Universidade de Paris, autor de numerosos livros sobre temas de sua especialidade.

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

Professor adjunto de Direito público da Universidade Federal de Pernambuco; professor de Sociologia da Universidade Católica. Autor de livros sobre Sociologia e Direito.

RUBEM ROCHA FILHO

Professor do Conservatório Nacional de Teatro — Cursos de Pós-graduação em Teatro na Universidade de Nova Iorque. Diretor de Teatro.

ALBERTO CUNHA MELO

Poeta da nova geração, já publicou através de ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS o seu primeiro livro de poemas — *Círculo cósmico* — É estudante de Ciências Sociais na U.F.Pe.

O Ensino Jurídico nos Pareceres de Ruy Barbosa

ALBERTO VENÂNCIO FILHO

I Introdução.

Na literatura pedagógica brasileira tão escassa, avultam como um dos marcos mais importantes os pareceres de Ruy Barbosa, escritos em 1882. Na síntese do Professor Lourenço Filho "a primeira (razão) está em que Ruy, como em tanta outra coisa, aí figura como precursor. Foi, sem dúvida no Brasil, o primeiro a tratar da pedagogia como problema integral de cultura, isto é, problema filosófico, social, político e técnico, a um só tempo"⁽¹⁾.

Os Pareceres originaram-se da reforma empreendida no gabinete liberal de Sinimbu pelo Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, Professor da Academia de Direito de São Paulo, que fez baixar o Decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, reformando o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Continha, entretanto, o decreto dispositivos de atribuição do Poder Legislativo, e por isso dispunha em seu preâmbulo que os mesmos não seriam executados antes da aprovação daquele Poder, ao qual foi submetido. Encaminhado o projeto à Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, coube a Ruy Barbosa dar parecer sobre a matéria.

Para o Professor Thiers Martins Moreira "como aconteceu com tantos outros trabalhos de Ruy Barbosa, a tradição fixou e ampliou a ressonância com que os seus estudos foram ao tempo recebidos e lhes atribuiu virtudes de sabedoria a que

(1) LOURENÇO FILHO — *A Pedagogia de Ruy Barbosa*. São Paulo, 3a. ed., 1966. pág. 12.

talvez nunca ambicionara seu próprio autor. Concorreram para isso a maneira pela qual Rui Barbosa encarou ali as questões de ensino, usando de uma cultura especializada e técnica até então desconhecida entre nós, a opulência da fundamentação bibliográfica, aquele luxo de sempre na literatura dos temas que versava, e que, invariavelmente, provocava nos seus contemporâneos, admiradores ou não, um sentimento do desproporcionado, ora em relação ao próprio objeto do trabalho, ora no confronto com o modo por que outros nomes tratavam, ao seu tempo, de igual matéria. E também a forma, rica, farta, abundante, certo barroquismo verbal que lhe emprestava aos escritos, ainda os mais humildes, uma fôrça tumultuária e persuasiva, e a prosa com que discorria os assuntos, uma arquitetura sempre monumental⁽²⁾.

A reforma Leôncio de Carvalho, como passou a ser conhecida, representou uma nova etapa no processo de alterações do ensino superior no Brasil, dentro do pressuposto de que determinadas fórmulas, de poder mágico, poderiam trazer modificações profundas em panorama não muito animador. O ensino livre — moto da nova reforma — passou a ser a aspiração daqueles que consideravam que o novo sistema poderia representar um impacto significativo na melhoria e aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil⁽³⁾. E no ensino superior avultava, com especial relêvo, o ensino jurídico.

II. O Ensino Jurídico no Império.

Pode-se afirmar que a criação dos cursos jurídicos em 1827, logo após a Independência, não resultou de um mero caso fortuito, mas mantém relações muito estreitas com o próprio processo de emancipação política do país, através do qual se desejava, igualmente, criar uma posição de independência intelectual.

(2) Prefácio ao volume das Obras Completas de Ruy Barbosa — *Reforma do Ensino Superior*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1942. Vol. IX, 1882, Tomo I. Págs. IX-X. 1942.

(3) Para uma síntese das aspirações da reforma do ensino livre e seus reais efeitos, V. o livro de A. Almeida Júnior — *Problemas do Ensino Superior*. São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1956. Págs. 59-124.

Ao contrário das colônias espanholas onde se estabeleceram, desde logo, universidades e escolas superiores, a Metrópole portuguesa impediu o aparecimento de tais instituições entre nós. As tentativas feitas durante a Colônia não lograram êxito. Quanto as câmaras municipais de Minas Gerais se propuseram a criar um centro de formação de médicos, opinou contrariamente o Conselho Ultramarino, em documento que, no dizer de Américo Jacobina Lacombe, é básico para compreensão da política cultural: "Que poderia ser questão política, se convinham estas aulas de artes e ciências em colônias..., que podia relaxar a dependência que as colônias deveriam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência de nossas colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal; que este vínculo não se devia relaxar... que (o precedente) poderia, talvez, com alguma conjuntura para o futuro, facilitar o estabelecimento de alguma aula de jurisprudência... até chegar ao ponto de cortar este vínculo de dependência"⁽⁴⁾.

E esta política de dependência cultural se manifestava não apenas na compulsoriedade do envio de estudantes brasileiros para Metrópole, como também no número reduzido de brasileiros aos quais era facultada esta educação superior. Segundo estimativas abalizadas, no século XVI formaram-se em Coimbra 13 brasileiros; no século XVII, 354; no século XVIII, 1752. De 1881 a 1882 lá estudaram 339 brasileiros. Mesmo se adicionarmos os elementos da Colônia que afluíram a outras universidades européias, em número bem menor, a pequenez desses números é alarmante⁽⁵⁾.

Por isso mesmo, logo na Assembléia Constituinte surgiram as primeiras manifestações pela criação de cursos supe-

(4) Apud LACOMBE, Américo Jacobina — "A Cultura Jurídica". In *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, O Brasil Monárquico, 3.º Vol. "Reações e Transações". São Paulo, Difusora Européia do Livro, 1967. Pág. 361.

(5) V. publicação da Biblioteca Nacional *Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872)*. Rio de Janeiro, 1943. Págs. 76-120. Apud Cunha, Celso — *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. Pág. 94.

riores e, em especial, de direito, que logravam êxito com lei de 11 de agosto de 1827, criando dois cursos jurídicos, um na cidade de São Paulo e outro em Olinda. No dizer do Visconde de S. Leopoldo, Ministro referendário da lei, “é (o ato) que reputo o mais glorioso da minha carreira política e que penetrou-me do mais íntimo júbilo que pode sentir o homem público no desempenho de suas funções”⁽⁶⁾.

A lei estabelecia o número de anos (cinco), as nove cadeiras que seriam ministradas durante o período, dispunha sobre a nomeação dos lentes proprietários, fazia referência às condições dêsses lentes especificando a escolha dos compêndios a serem adotados, fixava as condições de ingresso e determinava a aplicação dos estatutos do Visconde de Cachoeira. Tais estatutos, segundo Clóvis Bevilacqua, “representavam trabalho verdadeiramente notável que nos daria lisonjeira idéia da mentalidade jurídica brasileira a êsse tempo se a fôssemos aferir por êle. É obra de jurisconsulto e de administrador”. Os referidos estatutos, que segundo as próprias palavras de Clóvis Bevilacqua “ainda hoje se lêem com interêsse muitas de suas ponderações “dedicavam ênfase ao estudo da história do direito, mencionavam a importância do estudo do direito ser, simultaneamente, prático e teórico e faziam indicações dos livros e serem adotados”⁽⁷⁾.

Os cursos jurídicos desempenharam no Império um papel de excepcional relevância, como centro aglutinador de indivíduos provenientes das várias regiões do país, ao mesmo tempo em que forneciam um elemento unificador na formação dos filhos-família que se projetariam na vida política, cultural, social, administrativa do país. Pôde, assim, dizer Joaquim Nabuco que as escolas de direito eram verdadeiras antessalas do Parlamento⁽⁸⁾ porque delas saíram os principais estadistas que

(6) Memórias do Visconde de S. Leopoldo citado in Bevilacqua, Clóvis — *História da Faculdade de Direito do Recife*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. Vol. I. Pág. 25.

(7) Op. cit., págs. 27-28.

(8) NABUCO, Joaquim — *Um Estadista do Império*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936. Tomo I. Pág. 11.

povoaram a vida política do país, dando, nesta fase da vida nacional, um sentido de ordem jurídica e de respeito ao primado da lei. Onde, porém, uma análise mais profunda revela uma certa discrepância entre as afirmações e os fatos é em relação à natureza do ensino ministrado nessas escolas e da formação, seja de caráter geral, seja de caráter especial, por elas dada aos seus egressos. Mesmo em relação a uma cultura geral mais ampla, que tanto se timbrou em valorizar nesse período da vida brasileira, o conteúdo fornecido pelas escolas de direito é relativamente mesquinho.

Escrevendo na biografia de seu ilustre pai sobre os primórdios dos cursos jurídicos, assim se expressou o mesmo Joaquim Nabuco: “a plêiade saída, nos primeiros anos, dos novos cursos jurídicos pode-se dizer que não aprendeu neles, mas por si mesma, o que mais tarde mostrou saber. A instrução jurídica era quase exclusivamente prática; aprendiam-se as ordenações, regras e definições do direito romano, o código Napoleão, a praxe, princípios de filosofia do direito, por último, as teorias constitucionais de Benjamin Constant, tudo sob a orientação geral de Bentham. Não tinha ainda curso, entre os estudantes, a série de expositores franceses do Código Civil, do direito penal e do direito romano, que foram os mestres da nossa mocidade de 1850 em diante, num período que se pode assinalar pelo nome de Troplong. Não estava, ainda, traduzida em francês a obra de Savigny que, até as revelações da nova escola italiana, encerrou para raros iniciados os últimos mistérios do direito. Era o co-reinado de Mello Freire e Merlin. Nem Teixeira de Freitas, nem Nabuco, habilitaram-se em Olinda para a profissão que exerceram. Sua biblioteca de estudante bem poucos elementos encerrava que lhes pudessem ser úteis. Nossos antigos jurisconsultos formaram-se na prática da magistratura, da advocacia, e alguns, da função legislativa”⁽⁹⁾.

Em 1839, em relatório apresentado ao Ministro do Império, o diretor dos cursos de Olinda, Padre Lopes Gama, refe-

(9) Op. cit., pág. 11-12.

ria-se em termos violentos a seus pupilos, e queria que, antes de ingressarem no curso jurídico, fôsem forçados a estudar pelo menos quatro anos de latim, a fim de evitar a "lástima de tanto bacharel ignorante que não sabe entender os próprios compêndios do curso, e que, condecorados com um título acadêmico, são, aliás, objeto de escárnio público; porque pouco ou nada distam de qualquer idiota, faltos das mais ordinárias noções de literatura, falando miseravelmente e escrevendo com imperdoáveis solecismos, barbarismos e neologismos"⁽¹⁰⁾.

Esse panorama não se altera nos decênios seguintes. A reforma Couto Ferraz, de 1854, poucas modificações oferece nesse panorama desalentador e, em todo o período imperial, as memórias históricas e os relatórios de diretores de faculdades batem na mesma tecla, acentuando a precariedade dos estudos e o nível baixo dos estudantes. Mesmo aqueles que mais tarde vêm a se destacar na jurisperícia, na magistratura, na política, na diplomacia, conservam, como lembrança dos bancos acadêmicos, recordações bem mofinas. No livro primoroso em que fixou a sua formação, Joaquim Nabuco não tem uma única palavra sobre o curso jurídico realizado em São Paulo e Recife, embora consagre um capítulo inteiro à influência profunda com que marcou o seu pensamento político e jurídico a leitura do livro de Walter Bagehot⁽¹¹⁾ sobre a constituição inglesa que, em suas expressões textuais, lhe foi recomendado por alguém, esse alguém não sendo professor do curso jurídico.

Nas biografias das figuras mais significativas no período, o mesmo vazio pode ser apontado em relação à influência dos cursos jurídicos. Se esquecermos o funcionamento das repúblicas, o jornalismo político ou a vida literária, a marca dos cursos jurídicos na formação dessas figuras exponenciais é praticamente nula. A leitura de suas biografias patenteia esse fato; mesmo em relação a Ruy Barbosa são concordes os biógrafos em mencionar, apenas, o número enorme

(10) BEVILACQUA, Clóvis. Op. cit., pág. 74.

(11) NABUCO, Joaquim — *Minha Formação*. Brasília, Editôra Universidade de Brasília, 1963. Págs. 13-24.

de livros com que se transferiu para São Paulo e uma referência singular à nota simplesmente obtida no exame com o lente Drumond⁽¹²⁾. E no estudo biográfico recente de Alberto Tôres, saído da pena de Barbosa Lima Sobrinho, correspondente a um período de estudo em São Paulo e Recife, por volta de 1880, quase contemporâneo ao período de elaboração dos Pareceres de Ruy Barbosa, as referências limitam-se ao rigor de alguns professores nos exames e ao descalabro trazido pela reforma do ensino livre, quando pôde Alberto Torres em Recife realizar os exames de mais de metade do curso em apenas dez meses.⁽¹³⁾

III. O Ambiente Sócio-Político e Cultural em 1880.

O panorama social, político e cultural que originara a fundação dos cursos jurídicos em 1827, e que permanecera, praticamente sem modificações, iria transformar-se, substancialmente, por força das mudanças que a sociedade brasileira passa a sofrer a partir do início da segunda metade do século XIX, e que se acentuam ao final da guerra do Paraguai na década de 70, para apresentar um novo panorama no decênio seguinte.

O período que se estende desde 1870 até a primeira grande guerra foi já chamado, aliás, de "Ilustração Brasileira"⁽¹⁴⁾ enquanto que a fase inicial desse período, que se estende até o final do Império, foi cognominada de "O Ocaso do Império"⁽¹⁵⁾ porque corresponde a um período de transição própria aos movimentos de reflexão e de crítica às instituições e às doutrinas. O panorama cultural iria sofrer, intensamente, essas transformações, dando origem a novas correntes dou-

(12) VIANNA Filho, Luís — *A Vida de Ruy Barbosa*. São Paulo, Martins, s. d., 7a. ed. Págs. 21-22.

(13) LIMA SOBRINHO, Barbosa — *Presença de Alberto Torres*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Págs. 43-55.

(14) BARROS, Roque Spencer Maciel de — *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo, 1959. 411 Págs.

(15) OLIVEIRA VIANA — *O Ocaso do Império*. S. Paulo, Melhoramentos, 1963. 212 Págs.

trinárias, de caráter filosófico, social e jurídico, numa primeira etapa caracterizada pela contraposição entre novas idéias defendidas pelos grupos estudantis e os velhos lentes dos cursos jurídicos, que permaneciam aferrados a concepções de períodos anteriores. Um biógrafo de um egresso da Faculdade de Direito de São Paulo desse período, resumiu com precisão essa dicotomia: "Quando Júlio de Castilhos entrou para a Academia de Direito de São Paulo em 1877, um período de ebulição ideológica marcado pela influência do materialismo filosófico, que na Europa ganhava corpo, quando no Brasil já se divulgava Darwin, Augusto Comte, Littré e Spencer, os lentes da Academia, em sua maior parte, ainda aderiam às velhas concepções providencialistas e jus-naturalistas e se mostravam arredios às lições da ciência moderna.

Entre os estudantes, todavia, as idéias do materialismo vulgar e o do positivismo já repercutiam com intensidade. O reformismo social e político estava na ordem do dia. É bom recordar que a Comuna de Paris abolira, poucos anos antes, a tranquilidade de espírito das classes endinheiradas; que, no Brasil, a "questão religiosa" abrindo um abismo entre os bispos e o poder do Estado, entre a Maçonaria e a Igreja, estimulava a difusão do ateísmo e de doutrinas agnósticas; que o regime escravista agonizava, pondo em xeque a estrutura semi-feudal dos campos, que engrossava o caudal da propaganda republicana em meio ao desprestígio crescente do Império.

Nas pensões e "repúblicas" de estudantes, entre brincadeiras e literatices liam-se Littré e Lafite, discursos de Gambetta e Castelar. Entre católicos e livre-pensadores explodiam polêmicas ruidosas, agitava-se o abolicionismo e a República. E os poetas acadêmicos iniciavam a ruptura com a era romântica, evoluindo para o parnasianismo⁽¹⁶⁾.

Um contemporâneo do próprio Júlio de Castilhos, o notável jurista M. I. Carvalho de Mendonça, escreveria mais tarde,

(16) FRANCO, Sérgio da Costa — *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre, Globo, 1967. Pág. 10.

em uma de suas obras jurídicas, a propósito desse dissídio entre a cultura dos professores e a cultura dos estudantes: "A cultura positiva fornecia à mocidade republicana uma base sólida e demonstrável para as suas crenças políticas".

Em todas as escolas superiores do país formava-se, paralelamente à ciência oficial, uma cultura independente a que a mocidade se dedicava com ardor como base e medida de sua ação na vida real.

O Governo Imperial conservou-se estranho a todo esse movimento e não favorecia, senão, a "entourage" pedantocrática do ensino oficial⁽¹⁷⁾.

É uma coincidência singular que datem do mesmo ano tanto os pareceres de Ruy Barbosa, exprimindo uma orientação nova para o ensino em geral e, especificamente, para o ensino jurídico e o célebre concurso de Tobias Barreto na Academia de Direito do Recife soprando novos ares sobre o ambiente daquela escola que já fôra varrido pela singular defesa de tese de Sílvio Romero⁽¹⁸⁾.

Os pareceres de Ruy Barbosa espelham, com fidelidade, esse novo ambiente cultural onde predomina o primado da ciência e onde se ergue a ciência e o método experimental contra o ensino exclusivamente literário e livresco e se evidencia a necessidade e a exequibilidade do ensino positivo e integral desde a escola primária. Nas expressões de Miguel Reale, "significativa nos pareceres sobre ensino, é a preocupação de Ruy de fundamentar seus pontos de vista nos mentores do positivismo"⁽¹⁹⁾. E segundo Lourenço Filho, "nos pareceres sobre ensino, Ruy considera a educação como um problema integral de cultura. Quer dizer, examina-a tanto pelos aspectos técnicos mais simples, quanto por outros de complexa

(17) Op. cit., págs. 11-12.

(18) LIMA, Hermes — *Tobias Barreto*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. Págs. 204-225.

(19) REALE, Miguel — "Posição de Ruy Barbosa no Mundo da Filosofia", In *Ruy Barbosa — Escritos e Discursos Seletos*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1960. Pág. 853.

análise de feição política e moral. Só por essa forma é que a educação vem a tornar-se como um processo social, inteligível, portanto, suscetível de ordenação racional e prática.

Ao tempo dos pareceres êsse modo de ver não se achava generalizado, ainda, em desenvolvidos países. Ruy deveria sentir por isso mesmo a necessidade de justificá-lo, apoiando-se em documentos muito numerosos, uns de cunho meramente informativo e outros que lhe permitissem evidenciar a coerência das próprias concepções⁽²⁰⁾.

IV. *Os Pareceres — O Ensino do Direito.*

Não cabe aqui uma análise pormenorizada dos pareceres de Ruy Barbosa em relação ao ensino em geral; destacar-se-á, apenas, a análise feita do ensino do direito, apenas onze páginas num total de cento e noventa e cinco páginas, mas que atesta o mesmo pensamento renovador que em tantos campos foi observado e que também trouxe nessa matéria uma contribuição de valia, infelizmente não ouvida nem na época nem por seus pósteros.

Em relação ao número de cadeiras e das matérias a serem ensinadas, acolhia Ruy Barbosa com agudeza pontos de vista e assertivas que até hoje merecem ser lidas, pois ainda não foram objeto de aplicação. Em primeiro lugar, cabe destacar a sua crítica à adoção da cadeira de Higiene Pública, nos termos seguintes: "Sem dúvida, é considerável a importância da higiene que não seríamos capazes de depreciar, e que só ignorantes desconhecirão. Mas a questão aqui é outra. A questão consiste em saber até que ponto cabe essa disciplina nos cursos jurídicos e sociais, e se requer, no seio dos estabelecimentos superiores dessa categoria, lugar especial e independente. Temos para nós que não"⁽²¹⁾. Tal observação pode ser estendida em nossos dias a outras matérias que incham o ensino jurídico, sem interesse direto para a maioria dos estudantes.

(20) LOURENÇO FILHO, obra citada, pág. 107.

(21) V. Ruy Barbosa, obra citada, págs. 101-110 para essa e as demais citações.

Também critica, com veemência, a cadeira de Direito Eclesiástico por êle considerada "sem utilidade real, sem caráter de necessidade, pesando indevidamente no curso jurídico em detrimento de estudos que importava adicionar-lhe ou desenvolver".

As observações, porém, mais significativas referem-se à exclusão da cadeira de Direito Natural e à sua substituição pela cadeira de Sociologia, matéria que, oitenta anos depois, ainda continua esquecida nos currículos das Faculdades de Direito. No seu entender "o pensamento da Comissão, em todo o seu trabalho, está em substituir a ideologia, isto é, o culto da abstração, da frase e da hipótese, pelos resultados da investigação experimental, do método científico".

E mais adiante: "Ao direito natural, pois, que é a metafísica, antepomos a sociologia, ainda não rigorosamente científica, é certo, na maior parte de seus resultados, mas científica nos seus processos, nos seus intuitos, na sua influência sobre o desenvolvimento da inteligência humana e a orientação dos estudos superiores".

Outra matéria a respeito da qual a mesma acuidade se observa é no que se refere ao desdobramento da cadeira de Economia Política em duas, reservando uma para a especialidade de Crédito, Moeda e Bancos, que, no seu dizer, era "assunto imenso que em um curso desenvolvido e completo de Economia Política, tal qual pede o caráter das Faculdades de Direito, carece de lugar seu, onde êsse ensino se aprofunde" citando em seu abono a experiência alemã nos cursos técnicos e nas escolas de engenharia.

E mais adiante, sugere a adoção da cadeira de Direito Nacional por êle considerada "matéria de primeira ordem, que contém, por assim dizer, a história das origens, dos monumentos e da evolução das instituições do país. É curso que encontramos estabelecido em quase tôdas Faculdades de Direito bem organizadas".

No campo do magistério Ruy também está atento à questão; e a sua ênfase no papel dos professores substitutos dá a

entender, implicitamente, a importância por êle dada ao problema de renovação no magistério e de criação do que hoje é chamado a carreira do magistério.

Deixando de lado, entretanto, as considerações puramente doutrinárias, Ruy Barbosa encara a realidade do ensino jurídico da época, transcrevendo nos Anexos uma lição de Direito Romano do lente da Academia de São Paulo, Professor Sá e Benevides, acrescentando a seguinte nota: "A lição de direito romano ⁽¹⁾, que aqui se transcreve, é o corpo de delito da falta de serenidade que lavra em grande escala, no ensino superior, entre nós. Não qualificamos a *filosofia*, a *ciência* e a *crítica* de que êsse documento é revelação. O fim da publicidade que ora se lhe dá é expor ao país a incrível amostra de um *ensino*, em que se trata de tudo menos do assunto que corre ao lente o dever de professar. Uma lição de *direito romano*, em que ao direito romano nem remotamente se alude! Êste método de ensinar as Pandectas, endeusando o Syllabus, e caricaturando a ciência moderna, devia vir a lume, para que os bons espíritos toquem a chaga que denunciemos, e contra a qual propomos severas medidas. Fazemos justiça aos lentes de mérito, que as nossas Academias contêm; mas o ensino em geral tem descido de um modo incalculável. Parece impossível baixar mais.

Costumam os estudantes de São Paulo reproduzir pela litografia as lições professadas ali. É de uma dessas litografias que trasladamos na íntegra essa inimitável lição de *direito romano*.

Note-se que ela é a trigéssima nona do curso, e que alude a outras nas quais o professor se ocupou tanto das Institutas, do Digesto e do Código quanto nesta"⁽²²⁾.

(22) Ruy Barbosa, obra citada, pág. 307. No livro de Roque Spencer Maciel de Barros — *A Ilustração Brasileira e a Idéia da Universidade*, pág. 308, há referência à resposta do Professor Sá e Benevides, desautorando a apostilha e reconstituindo a aula; aula, entretanto, que não é muito superior à apostilha, como se pode verificar pela leitura de qualquer trabalho do referido professor. Ruy responder-lhe-ia mostrando que o protesto confirmava o que dissera no Parecer.

Em relação à freqüência, Ruy adota uma posição bastante liberal, decorrência, em grande parte, da reivindicação do ensino livre, dando ênfase aos exames nos quais se aferirá o aproveitamento dos alunos, mas nesse ponto também a sua lição renovadora se observa na proposta de extinção das sabatinas, por êle consideradas "puros exercícios de argúcia, de sutileza escolástica, para os quais o aluno não cogita em se preparar se não engenhando "perguntas de algibeira", forjando sofismas pueris, esmerando-se no que academicamente se chama "arranjar objeções".

E sua reflexão final é advertência que deveria ainda hoje inspirar as nossas autoridades de ensino: "Acreditando não ser do barateamento, da facilitação, da multiplicação crescente dos diplomas de doutor que advirão ao país os bens esperados na reorganização do ensino, a Comissão entendeu manter êsse título numa altura acessível a poucos, não no permitindo senão aos que sustentaram tese, depois de vencerem ambos os cursos: o de ciências jurídicas e o de ciências sociais".

V. As Lições de Ruy.

Os pareceres de Ruy Barbosa tanto na sua parte geral, como em matéria de ensino jurídico, não encontraram eco. Embora permaneçam até hoje como um dos monumentos mais importantes da literatura pedagógica brasileira, as suas lições não foram seguidas e os que lhe sucederam pouco se inspiraram nas suas lições. O que ocorreu em matéria de ensino, sucedeu também em matéria de direito. E o próprio Ruy pouco voltaria a falar da matéria. Pode-se, apenas, vislumbrar a influência de seus ensinamentos na reforma de 1885 com a criação, por um período efêmero, da cadeira de História do Direito. Depois de 1889, e com a República, perde-se o exclusivismo de São Paulo e Recife com a criação de novas escolas que hoje já quase se aproximam de uma centena. Mas em 1909, durante a campanha civilista, ao tratar do assunto de educação, assim se expressava Ruy Barbosa: "As minhas idéias (sobre educação pública) amplamente desenvolvidas nos dois grandes pareceres parlamentares de 1882, não desmereceram em atualidade.

Êles mostram a intensidade real da minha devoção à causa do ensino popular e, encarando tôdas as questões suscetíveis a respeito da instrução nacional, dos seus diferentes graus, deixam ver, sôbre cada uma, o espírito das soluções mais esclarecidas. Não tenho, pois, que desperdiçar tempo e frases em generalidades ociosas". E precisando alguns princípios de modificações no regime em vigor, dá Ruy Barbosa ênfase especial à "remodelação do ensino jurídico, obedecendo a normas, que lhe dêem, a um tempo, mais extensão prática e mais espírito científico, segundo os melhores tipos"⁽²³⁾.

Em matéria de ensino jurídico, como em tôdas as outras coisas, a lição de Ruy permanece como uma mensagem renovadora de inspiração e de estímulo.

A crise atual do ensino jurídico, que se acentua cada vez mais em face da inadequação dos processos utilizados em relação às necessidades da realidade brasileira, obriga-nos a reler os pareceres de Ruy Barbosa, para nêles encontrarmos idéias que ainda hoje podem inspirar os rumos da reforma daquele ensino.

(23) Plataforma — Conferência no Teatro Politeama Bahiano, em 15 de janeiro de 1910. In *Ruy Barbosa — Escritos e Discursos Seletos*. Págs. 364-365.

Domínio Tropical Dimensão e Conceito Ecológico-geográfico de Tropicalidade (*)

GILBERTO OSÓRIO DE ANDRADE

O tema desta contribuição é tão audacioso quanto de nossa parte é temerária a aceitação do convite para desenvolvê-lo. Da massa de noções mobilizada ver-se-á como seria impraticável, dentro das dimensões convencionais a que estamos adstritos, uma especulação minuciosa e aprofundada. Uma conceituação ecológico-geográfica da Tropicalidade apoia-se necessariamente numa trama de conhecimentos tão renhida e invoca tantas perplexidades subsidiárias nunca decifradas que não nos será possível muito mais do que tentarmos propôr uma problemática, escolher largos critérios identificadores e sugerir tratamentos interdisciplinares ainda mais sistemáticos, se possível.

Na perspectiva que experimentaremos, a geograficidade do homem é postulada como modo de sua existência e de seu destino. Quem quer que adjective de "tropical" alguma coisa relacionada com a presença e o destino do homem neste mundo estará se reportando necessariamente a dimensões planetárias, dimensões dum espaço material, concreto. Configuração, delimitação e localização conotam-se com a noção de espaço projetada em tôda a seqüência de combinações físicas, físico-biológicas e físico-biológico-humanas dos fatos geográficos. Com

(*) Conferência proferida na reunião de 27 de dezembro de 1968 do *Seminário de Tropicologia* da UFPe.

dimensões não só de superfície, mas também da presença recíproca, na biosfera, dos diferentes estados físicos e das diferentes naturezas da matéria, tudo afinal complicado pela urdidura das relações humanas. Espaço, aliás, crescentemente “desnaturado” pela técnica e sobretudo pelo fenômeno urbano, de modo que se exprime através de esforços de abstração cada vez mais acentuados à medida que se passa da geografia humana à sociologia e desta à economia; como quer que seja, a consideração da espacialidade da natureza concreta (linhas geodésicas; acidentes e condicionamentos físicos; circunstâncias e fatores bióticos) continua sendo indispensável mesmo só como rede auxiliar.

No que respeita ao espaço tropical — talvez devêssemos dizer desde já “espaços tropicais” — sua representação mental funda-se freqüentemente em pressupostos de zonalidade, continuidade ou homogeneidade, quer adotados isoladamente, quer combinados em diversos graus. Mas um conceito ecológico-geográfico de Tropicalidade terá de se valer de tipos de correlação muito mais complicados.

A “zona tropical” será somente mencionada neste estudo como a cintura geomêtricamente compreendida entre dois círculos paralelos dispostos aos 23°27' norte e sul do equador. Jamais coincidirá rigorosamente com ela o que, sob o nome de “domínio tropical”, referiremos à constituição ecológica dos Trópicos. Do “mundo tropical”, porém, como cenário étnico-social de costumes, práticas e interesses real ou presuntivamente condicionados por uma Tropicalidade, só nos ocuparemos de modo incidental uma vez que nos propuzemos a não mais do que prudentes aproximações com os condicionamentos tropicais de essência físico-biológica.

Uma crítica dos pressupostos indicados acima reclamaria, por outro lado, um desenvolvimento de tal ordem que as proporções materiais desta contribuição seriam enormemente exageradas. Temos de contentar-nos com sucintos contrôles da referência mais à mão — o espaço territorial do Brasil — retendo ao mesmo tempo um certo número de dados fragmentários suscetíveis de informar um conceito de domínio tropical.

Se “zona” e “domínio” tropicais fôssem uma só e mesma coisa, o Brasil tropical se deteria de chôfre nos subúrbios setentrionais da capital do Estado de São Paulo e a 80km a montante do salto das Sete Quedas; não parece necessário outro exemplo de como a latitude, ela sôzinha, está longe de ser conotação legítima dum espaço geográfico, quanto mais dum domínio ecológico. Ainda nas regiões chamadas “sub-tropicais” o balanço térmico anual^(*) continua positivo até latitudes da ordem dos 35° e não se pode ignorar o signo ecológico-tropical da prevalecente devolução, pelo solo, das radiações luminosas e actínicas absorvidas no correr do dia. Devolução sob a forma de radiação obscura, constituída de raios vermelhos e infra-vermelhos do espectro: raios de ação apenas colorífica, condicionadores peculiares de muitas formas da vida vegetal e de especiais microclimas, além de particularmente favoráveis à vida microbiana. A êsses anúncios de interesse ecológico e de geografia médica podem-se acrescentar contrôles relativos ao uso da terra. Aqui mesmo neste *Seminário* sugeriu certa vez Mário Lacerda de Melo que a extensão de certas plantas cultivadas e combinações agrícolas é um indicador de Tropicalidade além dos trópicos matemáticos. A lavoura canavieira acha-se estabelecida no Paraná e a combinação das culturas de banana e café alcança a zona costeira de Santa Catarina e toca mesmo a do Rio Grande do Sul. No flanco ocidental do planalto meridional, quem vier de Assunção do Paraguai até a foz do Iguaçu e daí remontar êsse vale ao longo do paralelo de Curitiba, estará continuamente em presença duma paisagem de solos, vegetação, uso da terra e gêneros de vida inequivocamente tropicais.

Da latitude registemos, porém, que os ritmos nictemeral e sazonal de cada série de lugares num mesmo paralelo é subsídio importante para considerações posteriores. E ainda quanto aos pressupostos de zonalidade assinalemos que não é menos impróprio o que refere os Trópicos à “zona dos alísios”, ventos, aliás, cuja influência se limita praticamente só às costas continentais a barlavento. Nos Trópicos há também “alísios

(*) Relação entre a radiação absorvida pela superfície da Terra durante o dia e a que se perde por emissão noturna de calor.

de retôrno” — massa de ar da mesma origem mas com propriedades físicas que evoluem de modo diferente — e no Brasil há efeitos de circulação meridiana, ou secundária, que interferem perturbadoramente com a circulação atmosférica zonal: descargas da Frente Polar Atlântica (*FPA*), sístole e diástole anuais da massa Equatorial continental (*Ec*) e oscilações também anuais da Convergência Intertropical (*CIT*) comandadas no verão austral pela migração do equador térmico para o sul do equador geográfico.

Da inquieta descontinuidade da *FPA* que se move, na América do Sul, entre 35 e 45°S, destacam-se “famílias” de ciclones migratórios, emissões de ar frio deslocando-se pelo interior do continente até o alto Amazonas (“friagens”) e principalmente ao longo da costa oriental, determinando mudanças de tempo e um regime de chuvas particular, de outono-inverno, que em várias partes do país concorre com as chuvas de verão da *Ec* e com as de verão-outono da *CIT*; são dados importantes para a conceituação dum domínio tropical em que o ritmo anual não é de estações térmicas, mas de estações *wet-dry*. Anotemos outros fatos ainda. Primeiro, a coincidência entre o limite setentrional dos movimentos da *FPA* e o meridional do balanço térmico anual positivo, ambos em média aos 35°S. É entre êsse paralelo e o Capricórnio — como entre o de 35°N e o Câncer, no hemisfério norte — que se dispõe a zona marginal, sub-tropical, também chamada por muitos ora de “tropical atenuada”, ora de “temperada amena”, mas que julgamos batisar melhor de “quase-tropical”. Nessa zona marginal, onde jaz todo o sul do Brasil além da latitude da capital paulista, não se produz a maciça alternância anual do ar polar gelado com os tépidos *westerlies*, ou seja, não se move a *FPA*, que é a descontinuidade entre êles. Tudo o que no Brasil existe aquém e além do Capricórnio está sujeito só à passagem intermitente de “gotas de ar frio” destacadas dessa descontinuidade, devendo-se advertir somente que a frequência e a energia das descargas decrescem do extremo meridional do país para o equador e que é sobretudo na faixa costeira oriental que o esquema climático tropical brasileiro incorpora os efeitos dessas emissões dum ar polar gerado numa região marinha além dos 45°S e mais frio do que o continen-

te durante o ano todo. Sem esquecermos que o ar quente e nevoento da *Ec* também transtorna o esquema zonal: quando sazonalmente dilata-se sobre a maior parte do país com suas chuvas de verão, recobre São Paulo e o Paraná inteiros e poupa apenas parte de Santa Catarina e o Rio Grande do Sul.

Ao prejuízo da continuidade associam-se as controvérsias correntes sobre a Tropicalidade ou não, por um lado, das grandes altitudes, e por outro lado a das regiões semi-áridas que, como a do Nordeste do Brasil, ocorrem na zona intertropical em baixas latitudes.

Em função, por exemplo, dos altiplanos mexicanos e andinos, opõem-se entre si os que identificam nêles formas extremas do quadro climático equatorial ou tropical adjacente e os que os assimilam a climas temperados. Fundam-se os primeiros em que as características de fotoperiodismo e de ritmos diurno e anual tropical são idênticas, em qualquer altitude, às das regiões tropicais confinantes, mas os segundos objetam que a queda da temperatura à razão de 0,6°C cada cem metros de elevação equivale a um avanço de 150km na direção do polo. No primeiro caso Quito (2.850m) seria uma forma extrema do clima equatorial de Manaus (43m); no segundo, teria de ser referida à latitude quase de Buenos Aires, que está a pouco menos de 35°S.

Trava-se a discussão, dêsse modo, em termos de climatologia física. Sem dúvida que o clima físico — com seus elementos de essência atmosférica e suas combinações fisicamente diversificadas, ainda que por obra de fatores geográficos, não meteorológicos — é o complexo geográfico primordial. Numa geografia humana, porém, de fundamentos biogeográficos a climatologia física, disciplina da meteorologia, cede o lugar a uma climatologia por assim dizer restituída às velhas conotações biológicas de Hipócrates, a uma bioclimatologia geral e humana com tôdas as suas implicações na ecologia geral e na ecologia humana e com os necessários apêlos à fisioclimatologia e à climatogeografia médica. Da fisioclimatologia há muito o que esperar ainda nesse particular; mas é já expressivo o acervo de experiências da medicina preventiva,

da medicina social, da higiene, bem como o de dados clínicos sobre o papel que nos desequilíbrios funcionais desempenham a luz, o calor e o frio, a umidade, os ventos, a pressão, a eletricidade e a radioatividade atmosféricas e as estações do ano. Nos desequilíbrios funcionais e na terapêutica climática.

Na sua *Hématologie géographique* assinalam J. Bernard & J. Ruffié como nas grandes altitudes intertropicais ocorre um quadro hematológico singular, com a atenuação de certas doenças tropicais de incidência hematológica, desaparecimento da maior parte das filarioses e helmintíases e bloqueio do desenvolvimento dos anófeles e do ciclo vital do *Plasmodium*. No Peru, no Equador e na Colômbia a bartonelose, cujos vetores são algumas espécies do gênero *Phlebotomus*, é uma infecção limitada às regiões montanhosas. Entre 3.700 e 5.000m de altitude nos Andes peruanos, Arturo Ramos e seus colaboradores apuraram através do obituário um quadro bastante diverso das regiões tropicais nas mesmas latitudes, com prevalência de pneumonia e broncopneumonia, lesões vasculares do sistema nervoso central, tendência hemorrágica em moléstias tanto do aparelho respiratório como do digestivo, e outras peculiaridades.

Isso em matéria de climatopatologia. No que respeita à fisiologia humana nem por serem menos estatísticos ou menos pesquisados são os contrôles menos sugestivos. Aponta os Sorre à investigação sistemática a partir da hemeotermia, propriedade fundamental do organismo humano, e em função dum zero termo-biológico estabelecido, em lugar do zero termométrico, à custa de considerações teóricas quer sobre a sensação térmica, quer sobre o metabolismo humano e que venha a ser representado pela temperatura ambiente na qual o organismo, em condições normais de atividade e vestuário, se encontra em equilíbrio térmico com o meio exterior. Uma das aproximações nesse sentido seria a faixa de termoneutralidade do homem nu situada, segundo Schmidt-Nielsen, entre 27 e 31°C e na qual a temperatura do corpo não varia e o calor metabólicamente produzido perde-se no ambiente. Experimentando estreitar ainda mais essa aproximação, Sorre propõe "temperaturas críticas" de especiais significados

fisiológicos. Abaixo dos 16°C o jogo dos mecanismos termogénéticos é desencadeado de maneira nítida e acima dos 23°C excitam-se plenamente os termolíticos; entre esses dois extremos faz-se atenuada a termo-regulação num e noutros sentidos. Na carta que construiu à base desses tipos de correlação os píncaros e altiplanos andinos, inclusive os da zona equatorial, participam do grupo de regiões em que os mecanismos termogénéticos são excitados durante o ano inteiro, o que importa em recusar liminarmente, como veremos adiante, um caráter de Tropicalidade a cotas como aquelas que, na América do Sul, excedem os 3.000m, deixando-se assinalado ao mesmo tempo que nenhum relêvo do Brasil alcança essa altitude.

Se continuarmos explorando a carta das temperaturas críticas de Sorre, veremos como se passam as coisas entre os tipos climáticos extremos, isto é, entre as regiões terrestres em que a termo-regulação se faz num mesmo sentido durante o ano todo e que podem ser fitogeograficamente representadas pelos domínios, respectivamente, das plantas megatérmicas, onde a termo-regulação se faz somente para menos, e das tundras e desertos polares, pátria dos esquimós, onde se faz somente para mais. Nos tipos intermediários a intensidade da regulação térmica decresce, de modo que a partir das regiões de termólise exclusiva primeiro diminui o período anual de termo-regulação somente para menos e em seguida ocorrem os tipos em que sobrevivem períodos de plena excitação termogénética alternando com fases de termólise. Se tomarmos como referência, porém, um ritmo anual de compasso binário, somente se define a verdadeira estação fria no clima temperado tal como o concebemos: clima proporcionadamente regido por aquela cadência que a oscilação anual da *FPA* acarreta de ar polar gelado com tépidos *westerlies*. É cartograficamente expressivo isso de que, no hemisfério sul, descontados os efeitos locais de altitude, as regiões em que isso acontece são as que mais aproximadamente correspondem às latitudes entre as quais oscila anualmente em média a *FPA*. Em correspondentes latitudes do hemisfério norte é que os climas temperados foram na Antiguidade clássica assim denominados por extensão do conceito hipocrático de indivíduo "temperado", isto é, de in-

divíduo de humores proporcionados, sem predominância de qualquer sôbre os demais^(*).

A categórica consideração, nesta altura, do “calor tropical” antecipará a discussão da suposta homogeneidade tropical como solidária que é, em grande parte, com o prejuízo da continuidade. Em tempo oportuno ver-se-á como seremos induzidos à proposição dum “complexo higrotérmico” em lugar de critérios puramente térmicos.

Dentre todos os elementos do tempo e do clima é a temperatura o que exerce efeito sensorial mais intenso sôbre o homem. Ainda quando outros passem despercebidos — umidade, pressão, estado elétrico da atmosfera — a temperatura ambiente é sensível até mesmo em suas variações de modesta amplitude. Mesmo certos efeitos sensoriais do vento e da umidade são percebidos sobretudo tèrmicamente. Daí por que são clássicas as tentativas de delimitar o espaço tropical com a ajuda de isothermas, em vez de latitudes. Esse método, porém, funda-se numa abstração porisso que essas linhas se constróem com temperaturas tôdas reduzidas ao nível do mar; no caso da América do Sul, já apontado, as altitudes andinas de termogênese exclusiva resultam abstraídas em qualquer representação isotérmica — homogênea e contínua — do espaço tropical. Varia, além disso, ao sabor de critérios estreitamente quantitativos e descontraídos, embora de inegável interesse subsidiário: ora a média térmica anual, ora certas médias mensais, ora sômente a do mês menos quente. Na carta de isothermas de Supan (1896) os três Estados meridionais do Brasil escapam ao domínio tropical. Numa primeira representação de Kœppen (1900) são extra-tropicais o Espírito Santo e quase todo o Estado de Minas Gerais; na segunda (1918) prefere-se a isoterma mínima de 18°C e restitui-se um tanto relutantemente parte do Rio de Janeiro à condição de Trópico. Com a isolinha anual de 70°F (21,56°C) de Miller & Huntington

(*) Os quatro humores radicais, ou ainda fundamentais, ou inatos, eram o sangue (quente), a bile (sêca), a atrabile (úmida) e a pituita, ou *phlegma* (fria), sendo o corpo anatômicamente constituído dos quatro *elementa pitagóricos*: o fogo, a terra, a água e o ar.

(1931) a retração é a mais enfática de tôdas: todo o Brasil ao sul da Bahia seria isento de Tropicalidade. Outros exemplos poderiam ser mencionados se valesse a pena o inventário completo das vacilações dêsse gênero.

O uso de termo-isopletas em lugar de isothermas, nada obstante permaneça adstrito àquela abstração das altitudes, introduz muito oportunamente uma primeira noção de “ritmos” no elenco das interações do complexo ecológico-geográfico tropical. Assim o faz Karl Troll quando representa gráficamente em cada lugar da superfície da Terra a variação diurna e a variação anual da temperatura. O critério inspirador dessa representação não é o valor absoluto dessas amplitudes, mas a relação entre elas. O domínio tropical de Troll abrange as áreas continentais em que a amplitude térmica diurna é maior do que a anual. Fora dessa cintura irregular — que ora se retrai dentro da zona intertropical, ora dela transborda — a amplitude anual vai se fazendo progressivamente maior do que a diurna na margem por nós denominada quase tropical, mas de maneira que sômente em áreas definitivamente extra-tropicais os termos da relação acabam por se inverter de modo consumado.

Voltando, porém, aos critérios ainda em princípio só quantitativos de caracterização climática tropical, costumam-se justapôr convencionalmente valores de umidade relativa do ar aos valores térmicos. No estrito sentido, por exemplo, de “chauds et pluvieux” de Pierre Gourou, os “pays tropicaux” são exclusivamente aquêles onde, nenhuma média térmica mensal ocorrendo abaixo dos 18°C de Kœppen, as precipitações são bastantes para que se faça possível uma agricultura sem irrigação. No que interessa à configuração do espaço tropical brasileiro resultaria excluído todo o “polígono das sêcas” nordestino, onde são insuficientes os recursos d’água. Mesmo quando semelhante critério dispensasse maiores especulações, por si só bastaria para criar sérias perplexidades a um *Seminário*, como êste, expressamente anunciado na Universidade Federal de Pernambuco como se tendo inspirado no aspecto regional da missão ou atividade universitária por força de “compromissos com solicitações de caráter concretamente regional”.

O regional nordestino brasileiro abrange, tanto do ponto de vista ecológico-natural como do sócio-cultural (deixem passar o truismo), dois Nordeste pelo menos. O agrário, “que se alonga por terras de massapê e por varzeas, da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa”, “tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas” (Gilberto Freyre), e o “outro Nordeste”, como tal sugerido a Djacir Menezes pelo mesmo inspirador e diretor d’este *Seminário de Tropicologia*: o Nordeste “do vaqueiro e dos currais”; do agreste sub-úmido e, principalmente, do sertão semi-árido.

Ressalva Gourou, aliás, que aquela sua definição de tropical “n’a aucune rigueur et peut être assouplie en des nombreuses particularités”; sem embargo disso, o núcleo semi-árido nordestino foi omitido em sua carta dos “pays tropicaux”. Com o memorando só de que mesmo nos mais consumados desertos quentes os oásis se comportam ecológica e patologicamente como climas tropicais locais, poupamo-nos aqui de aflorar a polémica sobre a Tropicalidade das regiões desérticas, questão tanto mais prolixa quanto é certo que cada especialista tende a definí-las no interesse de sua própria especialidade; é aceitável, contudo, identificar a aridez extrema quando não há um ritmo sazonal de precipitações, isto é, quando não há uma estação chuvosa e sim dias chuvosos, cuja ocorrência pode mesmo falhar durante mais de doze meses consecutivos. Passaremos então por alto sobre os desertos das *horse latitudes*, embora cortados pelos trópicos matemáticos e consumados já, portanto, na zona intertropical, como é o caso do Sahara e do Kalahari. No modelo centro e sulamericano — muito menos esquemático do que o africano nas correspondentes latitudes, graças à irregular distribuição da massa continental pelos hemisférios, à posição dessa massa em relação aos remoinhos anticiclônicos subtropicais do Atlântico, ao alcance continental das oscilações da FPA e ainda à barreira dos Andes na costa ocidental — o semi-árido nordestino brasileiro ocorre em baixas latitudes, não culmina em deserto e resulta dum progressivo agravamento centrípeto, não latitudinal, da redução como da irregularidade das precipitações periféricas.

Contestados pela multiversa e complexa realidade, os

prejuízos de homogeneidade e continuidade desencorajam não poucos autores, confessadamente inibidos de estabelecerem um quadro climático tropical representativo. A inibição decorre do insucesso na busca de padrões regionais, senão zonais climáticos. A verdade é que aos Trópicos se aplica — tanto quanto, pelo menos, a quaisquer outras regiões da Terra — aquela idéia de clima que, segundo Sorre, se relaciona antes de mais nada com lugar: “l’ambiance atmosphérique constituee par la série des états de l’atmosphère au-dessus d’un lieu dans leur succession habituelle”. Sem falar de que os climas zonais — que respondem ao imperativo da climatologia geral de considerar previamente os grandes movimentos da atmosfera, objeto da meteorologia dinâmica — fazem-se necessariamente representar numa escala planetária rebelde a detalhamentos e análises, mesmo os climas regionais, como associações que são de climas locais, importam num certo alheamento da individualidade original de cada um destes.

Será legítimo aceitar, portanto, como especialmente constante e essencial, a variedade mesma dos quadros naturais tropicais investigando nela tipos de correlação menos aparentes e muito mais funcionais do que breves registos quantitativos. Nos Trópicos, com efeito, é caracteristicamente maior do que nas médias e altas latitudes a diversificação desses quadros com seus matizes diferenciados por interferências consideráveis da circulação meridiana, como já vimos, e por um grande número de combinações circunstanciais como sejam os contrastes entre as costas continentais a barlavento e a sotavento dos alísios; os efeitos de exposição e sub-exposição topográfica a fluxos de ar úmido; as direções e temperaturas das correntes oceânicas; os resultados ora predominantemente térmicos, ora predominantemente hídricos da maior ou menor altitude dos relevos tropicais e vários outros fatores conjugados em combinações físicas e físico-biológicas típicas dos Trópicos.

Nos domínios temperados e polares as diferenças ecológicas regionais, sub-regionais e locais têm outra sistemática, derivam doutras causas e, sobretudo, são regidas por peculiares ritmos diurnos e anuais. Muito pequena entre áreas contíguas dos espaços glaciais e peri-glaciais, a diversificação físico-bio-

lógica aumenta nas latitudes temperadas e alcança os seus mais altos graus no domínio tropical. Sucedem-se dêsse modo as estruturas biológicas muito simples da tundra e da taiga, a baixa diversidade ainda na floresta temperada homóclita e, finalmente, o *climax* da vegetação terrestre na floresta equatorial onde, como costumam dizer os biólogos, nuns poucos hectares pode haver mais espécies de plantas e de insetos do que na flora e na fauna inteiras da Europa.

Se amiudarmos um pouco êsses largos registros biogeográficos e ecológicos veremos como, em relação aos Trópicos, mesmo sòmente ainda em sucessão zonal a diversidade comporta tôdas as gradações entre a floresta equatorial e os desertos das *horse latitudes*, já intratropicais em parte, referidos acima. Ao norte e ao sul da *rainforest*, à medida que se avança em latitude, as chuvas tendem a se concentrar nos momentos do ano em que o Sol passa pelo zênite. Êsses momentos são dois em tôda a zona intertropical, cada vez mais próximos um do outro à proporção que a latitude aumenta, e fundem-se num só nos trópicos matemáticos. Dêsse modo passa-se primeiro dum clima equatorial sem estação sêca a um regime de duas estiagens anuais e finalmente — abstraídas, para simplificação do raciocínio, as interferências da circulação secundária — nas latitudes em tórno do Câncer e do Capricórnio soldam-se as duas estiagens e o ano comporta apenas uma estação sêca e uma úmida, de chuvas de verão. O espêlho vegetal dessas modalidades sazonais exprime-se por uma terminologia significativa dos autores de língua inglesa: a *rainforest* e a *evergreen* (florestas semprevirentes higrófila e sub-higrófila) desaparecem onde uma das estações sêcas excede três meses, seguindo-se as *dry evergreen* (semicaducifólias), *wet deciduous* e *dry deciduous* (caducifólias) à proporção que diminui o intervalo entre as estiagens.

Outra generalização muito comum e que também mascara a multiversidade tropical é aquela que proclama como característicos dos Trópicos os resultados consumados da degradação edáfica. Mesmo sob um clima tropical úmido *tout court*, onde o lixiviamento e a laterização são fenômenos constantes, ocorrem solos ricos como os aluviais e os vulcânicos recentes; além disso, o grau de evolução edáfica varia por efeitos

de exposição e de altitude e há que considerar ainda os registros das sucessivas variações climáticas durante o Quaternário, variação que nos Trópicos, cumpre assinalar, sobretudo afetaram os regimes de chuvas. Se passamos aos Trópicos *wet-dry* aumenta a diversidade pela intervenção doutros fatores e processos: a variedade vai, então, dos solos minerais brutos, pouco desenvolvidos, aos *sierozems* evoluídos, com perfil nítido e lixiviação reduzida, e depois aos solos castanhos, ou brunos, com incipiente alteração e estoque remanescente de elementos básicos. Tudo em função da relação, em última análise, entre os processos físicos, de desagregação das rochas — processos inconstrastados quase nas áreas desérticas — e os de alteração química, que nas regiões *wet-dry* concorrem com os primeiros até predominarem de todo nos Trópicos super-úmidos. Neste nosso Nordeste, por exemplo, a desigual duração da estação sêca nas zonas úmida, sub-úmida e semi-árida, rege a presença de solos maduros, latossólicos, na primeira; de *podzols* com lixiviamento eficazmente interrompido durante o ano na segunda; e na semi-árida, finalmente, sob um regime de aguaceiros convectivos e de rápido escoamento superficial mal concentrado, os solos são pedregosos e decapitados nas vertentes, mas a acumulação dos detritos nos vales dão solos de minerais inalterados com assinalada fertilidade natural. De resto, condicionados todos por fatôres geomorfológicos além da posição topográfica, isto é: condicionados por caracteres herdados de pãleoclimas recentes, caracteres que perseveram tanto mais quanto é mais longa a estiagem, porque sob tais condições a energia pedogenética atual difficilmente pode desfazê-los, salvo quanto à qualidade ou à repartição da matéria orgânica.

Igualmente representativos da diversidade dos Trópicos, mas também já de peculiaridades ecológicas do domínio tropical, são os microclimas, entendendo-se por microclima o estado da atmosfera em derredor dum ponto. Quer os microclimas naturais — noção que biològicamente se enriquece no conceito de ecoclima — quer os artificiais enquanto não totalmente subtraídos pela tecnologia e pela profilaxia à influência exterior.

Dos ecoclimas tropicais é a ecologia vegetal que fornece as indicações mais elementares. Como verticalmente repartidos, por exemplo, nos sucessivos andares da floresta ombrófila (*rainforest* ou *wet evergreen*), ou horizontalmente extremados em *proprio*-climas no desfêcho da progressiva acentuação da estiagem nos Trópicos *wet-dry*. Os ecoclimas respondem muitas vezes por expressivas incidências climatopatológicas. Ao nível do subosque da floresta ombrófila tropical registam-se os mais altos índices, em todo o mundo, de leishmaníases, de helmintíases e de muitas micoses. Alguns vetores do impaludismo além dos anofelinos — três espécies de sub-gênero *Kerteszia* — desenvolvem sua fase larvária exclusivamente em água coletada por bromeliáceas da floresta tropical atlântica do Rio Grande do Sul até São Paulo e parecem confinados, aliás, às regiões alcançadas nessas latitudes pelas descargas da *FPA*: é a chamada “associação bromélia-malária”. Nos climas *wet-dry* em geral, à medida que a *secura* aumenta, a influência dos vegetais sobre o meio físico decresce, de modo que os fatores físico-químicos do ecossistema chegam a predominar definitivamente sobre os fatores bióticos quando a aridez se consoma, dando uma verdadeira pulverização dos meios físicos num mosaico de micro-meios. Em outras palavras, há toda uma gama de relações com o meio entre problemas ainda principalmente de sinecologia e problema de ordem autoecológica enfática (*proprio*-climas) que deixam em plano secundário os aspectos sinecológicos. Nas regiões *wet-dry* tropicais as resultantes dessa gradação fazem-se peculiares no sentido de que, sendo a temperatura do solo um dos elementos principais do ecoclima, o balanço térmico anual do solo é sempre positivo.

É nas regiões tropicais que a disputa do espaço, pelo homem, com as associações animais e vegetais nêle estabelecidas mostra-se mais encarniçada em toda a Terra. Sobretudo nos Trópicos quentes e úmidos, onde a influência se faz sentir tiranicamente através da concorrência com vegetação luxuriante, insetos, vermes e outros parasitas, mas também nos de estações úmidas e secas, cujo ritmo anual não só periodicamente restabelece num certo grau aquela influência como também já esboça *proprio*-climas favoráveis ao endemismo de determinados

hospedeiros de agentes infecciosos. Quer quando naturais, como é o caso dos climas semi-áridos particularmente propícios a muitos roedores silvestres reservatórios naturais da peste, quer quando artificiais, cujo exemplo melhor é da esquistossomíase, difundida nas mesmas regiões por obras sanitariamente inadvertidas de represamento d'água e irrigação.

No mundo contemporâneo ainda coexistem modos de vida correspondentes a todos os estágios evolutivos da sociedade humana. Ali onde o meio natural predomina, populações tecnicamente subequipadas permanecem em choque com uma natureza exigente, ou mesmo hostil, e as modificações das condições biológicas são sempre espacial e substancialmente limitadas. Onde, em vez disso, predominam os meios artificiais, a domesticação da natureza, fazendo-se acompanhar duma crescente hierarquização dos indivíduos, tornam-nos cada vez mais dependentes da estrutura social: criam-se nesta meios biológicos novos e interferem com eles produtos da transformação de meios naturais pela indústria humana. É como se um “clima social”, embora incorporando ainda fatores já muito relaxados do clima físico e do clima biológico, resultasse da voluntária modificação do facies natural pela aplicação de técnicas de exploração e de culturas, reduzindo a imposição do meio natural ao grupo humano.

Entre a fase das civilizações primitivas do tipo pàleolítico e a que presentemente se caracterizou em termos de revolução industrial e de monocultura de exportação, Bernard & Ruffié surpreendem fenômenos de variações da biologia humana representadas por uma sucessão de grupos de síndromas hematológicos. Enquanto o homem permanece na estrita dependência da biocenose em que está integrado — inserido numa série de ciclos biológicos principalmente parasitários e em “equilíbrio” com eles — raras são as carências alimentares e os síndromas são quase exclusivamente de hematologia por agressão biológica. Na transição dêsse estado para as condições econômico-sociais da civilização moderna, a agressão biológica vai cedendo o passo, primeiro, a síndromas hematológicos carenciais — policultura de subsistência sem margens de segurança — e, finalmente, a síndromas sangüíneos de

origem tóxica: indústrias químicas, fumaças industriais e domésticas, escapamentos de viaturas automotrizes, poeiras do meio urbano sobretudo; e mais poluição dos cursos d'água com resíduos industriais, uso de fertilizantes, inseticidas, rodenticidas, psicotrópicos, tranquilizantes, excitantes; radioatividade aumentando em certas regiões à custa, quando nada, da utilização da energia atômica como fonte de energia industrial. Meio químico e medicamentoso permanente em países desenvolvidos, e que nas regiões em desenvolvimento já se prenuncia; nestas, porém, ainda extensivamente superado pelas carencias nutricionais resultantes do baixo poder aquisitivo e agravadas pela ascensão da curva demográfica em virtude da redução das causas de mortalidade. Contido praticamente inteiro no cartograma do Terceiro Mundo, o domínio tropical e quase-tropical conota-se especialmente, portanto, do ponto de vista da hematologia geográfica, por síndromas de agressão biológica e síndromas carenciais.

Voltando ainda uma vez aos ecoclimas, certas associações antropológicas de espécies úteis, indiferentes e nocivas — associações de que o homem individual e social se faz o núcleo dentro das comunidades bióticas de que participa — são engendradas por microclimas artificiais como a habitação e o vestuário. Outras, menos confinadas mas não menos condicionadas pelo meio, consistem em agrupamentos de plantas cultivadas, ou mixtos de plantas e animais domesticados ou não, que disputam o espaço às associações naturais e com estas compõem sistemas em equilíbrio instável; sistemas cujo funcionamento está em relação com as condições climáticas e com as propriedades físicas e químicas do solo e em cujas cadeias nutricionais a ação biótica se traduz por interações ora positivas, como o mutualismo, o comensalismo e a protocooperação, ora negativas, como a predação e o parasitismo, este quando efetivamente limitante. Se a título só de breve ilustração nos detivermos nos agrupamentos antropológicos regidos por gêneros de vida tais como a habitação e o vestuário, as relações microclimáticas do homem com os animais domésticos, ou silvestres adaptados ao meio domiciliar, fornecem numerosos critérios geograficamente diferenciadores entre os domínios ecológicos tropical e extra-tropical. Insetos, roedores,

pássaros — principalmente os insetos, que em consequência do seu pequeno porte são estreitamente tributários das condições microclimáticas — contam-se entre os mais numerosos componentes de agrupamentos desse gênero, ora como vetores, ora como reservatórios de infecções parasitárias; cada espécie deles, serão mesmo por vezes cada gênero, com sua ecologia própria e uma dispersão geográfica tanto menos ubíqua quanto mais limitantes os fatores do meio. Se, por um lado, o confinamento de ambientes domésticos e a espessura e abundância do vestuário, imprópriamente assimilados dos países temperados por habitantes dos Trópicos, podem multiplicar por toda a parte microclimas propícios ao piôlo e à pulga — vetores de muitas doenças dessa cosmopolitas, como o tifo e a peste — os artrópodes em geral, transmissores conhecidos de mais de quarenta viroses, são particularmente abundantes nos Trópicos sendo que, dentre eles, os vetores da febre amarela e do dengue e da doença de Chagas são duma ecologia nitidamente tropical e quase-tropical. Alguns, como os triatomíneos infectados pelo *Trypanosoma cruzi*, abrangem trinta e seis espécies, desde as de hábitos silvestres até as estritamente domiciliares; outro, o *Aedes aegypti*, é exclusivamente adaptado, na América, a ambientes de habitat humano aglomerado.

Não somente, aliás, a ecologia de vetores mas também a de agentes patogênicos deveria ser aqui especulada. A abstração, contudo, não será tão grave se considerarmos que, nessas associações de seres de diversos graus de organização das quais o homem é o centro e cujas atividades neste se traduzem sob a forma de doenças infectuosas — os “complexos patogênicos” de Max Sorre —, a sensibilidade do vetor é mais aparente às condições do meio, de sorte que as suas exigências desempenham um papel de primeira importância na ecologia do agrupamento antropológico. As endemias e epidemias, com efeito, identificam-se em função de áreas de *optimum* ecológico.

O estudo sinecológico dos complexos patogênicos e do seu funcionamento assume, além dum óbvio acento biológico, especial interesse para uma geografia humana de base biogeográfica e identificada assim em grande parte com a ecologia humana. Se não restringem a expansão, esses complexos limitam, pelo

menos, o crescimento dos grupos humanos e têm suas coerência e atividade condicionadas pelo clima, cuja ação se manifesta inclusive na modificação de raças microbianas e de hábitos de vetores, bem como nos ritmos sazonais e na marcha das moléstias infectuosas. Em última análise, pelo clima físico.

Ao lado das moléstias carenciais, com tóda a sua problemática de diferentes graus de resistência e suscetibilidade, e das psicossomáticas, das alérgicas e das relacionadas com a genética e a hereditariedade, a infecção é uma das causas primárias da doença e o parasita é uma causa da infecção. A categoria, portanto, das moléstias infectuosas é de especial interesse biológico. Mais precisamente, de especial interesse ecológico-humano.

As doenças transmissíveis por contágio ou veículo, como a varíola, a sífilis, a tuberculose, a amebíase, são complexos patogênicos sem hospedeiros intermediários, isto é, complexos sem vetor e conseqüentemente sem necessidade de adaptação de agente patogênico a vetor. Sua maior incidência nos Trópicos é favorecida em parte pelas condições do meio natural, mas sobretudo pelas condições sociais nêles dominantes. Dizem-se doenças cosmopolitas porque nenhuma condição ecológico-natural lhes serve de obstáculo; com a ressalva, porém, de que não é muito clara a razão pela qual a boubá, ou piã, transmitida por contágio direto ou indireto, é uma enfermidade que essencialmente ocorre nas populações rurais dos Trópicos e quase-Trópicos.

É nos complexos com vetor que se manifestam algumas das conotações ecológicas mais elementares da Tropicalidade, e não nos conceitos o seu tanto vagos e controvertidos de "moléstias tropicais" *lato sensu*, ou de "doenças climáticas". Não porque se deva negar radicalmente a influência morbífica do clima; sabe-se que a ação dêste sensibiliza o organismo para os ataques do parasitismo, quando nada criando predisposições mórbidas talvez resultantes de perturbações do metabolismo. Seja como fôr, a despeito da importância que a meteoropatologia tem na medicina, as "doenças climáticas" são muito mais raras do que se presumia dantes.

Exclusivamente africano, o complexo da "doença do sono"

tem como agente um tripanosoma transmitido por moscas *tse-tse* (principalmente gênero *Glossina*) cujo ecoclima são a floresta equatorial sombria e seus prolongamentos e disjunções numa área de quatro e meio milhões de milhas quadradas. A leishmaníase mucocutânea, cujos vetores são flebótomos domésticos e semi-domésticos, ocorre na América entre 21°N e 25°S, aparecendo preferentemente na estação das chuvas. A "doença de Chagas", restrita ao hemisfério ocidental, tem incidência praticamente só nas áreas rurais tropicais e quase-tropicais; ao largo destas últimas encontram-se triatomídeos naturalmente infectados, mas não se registam casos humanos ao sul de Buenos Aires, por exemplo, e ao norte do México. Na Argentina, aliás, não se encontram vetores infectados abaixo da isoterma máxima anual de 20°C (cêrca de 39°S). No Peru há duas áreas de incidência perfeitamente separadas pela cordilheira dos Andes.

Tipicamente tropical também é o complexo amarelillo, de cuja endemicidade a representação cartográfica constitui uma das mais consumadas aproximações com o domínio tropical afro-americano; de resto jamais tendo coberto a área inteira de suas possibilidades ecológicas, que abrange o sul da Ásia e a Indonésia, pelo menos, onde o pantropical *Aedes aegypti* fez-se igualmente endêmico. O complexo homem infectado-*A. aegypti*-homem receptivo manifesta-se na América, aliás, exclusivamente sob a forma de febre amarela urbana — a "febre amarela *aegypti*" de Soper —, porque êsse mosquito, procedente da África onde é indiferentemente urbano e silvestre, uma vez no Nôvo Mundo modificou os hábitos de tal modo que jamais é encontrado fora do habitat aglomerado nem a grande distância das habitações. Incorporou-se, assim, a um agrupamento antropológico típico do ecoclima caseiro e tem a fama de ser o mais doméstico de todos os mosquitos. Enquanto isso, na febre amarela silvestre a cadeia é mantida pelo sistema primata-*Haemagogus*-primata^(*), podendo o homem assumir o lugar de qualquer dos dois extremos em virtude de não ser exclusivamen-

(*) Os primatas mais comumente encontrados infectados no Brasil são dos gêneros *Alouatta* (guariba ou bugio), *Cebus* (macaco-prego), *Ateles* (macaco-aranha) e *Callithrix* (sagüi ou mico). Também contraem nas matas a infecção amarelilla certos marsupiais, mas sua atuação na epidemiologia não está bem esclarecida.

te antropófilo o hematófago; o ecoclima do *Haemagogus* é o florestal, de sorte que a "urbanização" da febre amarela silvestre exige a presença de viveiros de *Aedes* nos aglomerados. O *A. aegypti* é estenohidro e estenotermo, ou seja, tem uma sensibilidade higrométrica e térmica aguçada; seu *optimum* ecológico situa-se entre 27 e 32°C e aos 17°C o mosquito desaparece. Os surtos epidêmicos de febre amarela urbana em países ao largo das áreas tropicais de endemicidade normal, foram somente registados ali onde os *optima* vitais do vetor chegam a se configurar durante um período mais ou menos longo do ano; mais precisamente no verão de países europeus meridionais e em portos norteamericanos (a *summer plague* de Nova York). O *optimum* ecológico do *Haemagogus* estima-se em torno dos 20°C.

Como enfermidade de severa incidência tropical, a malária reclama um registo. Ubíquos são os seus vetores anofelinos, gênero que atinge o círculo polar ártico, e mundial é a incidência do parasitismo, embora desarticulada por enigmáticas zonas de "anofelismo sem impaludismo". A distribuição dos focos palúdicos, portanto, não é tão vasta quanto a dos *Anopheles*, mas a maior abundância dêstes, em espécies como em indivíduos, ocorre nos países quentes. Como conotação, porém, de Tropicalidade, o complexo malárico parece apoiar-se mais na ecologia do agente do que na do vetor. Sem falarmos da malária *ovale*, forma rara, só o *Plasmodium vivax* (terça benigna) tem dispersão cosmopolita; o *P. malariae* (febre quartã) é um parasita dos países quase-tropicais por excelência e o *P. falciparum* (terça maligna) manifesta-se nos países tropicais com transgressões ocasionais nos temperados. Certos malariologistas são levados a pensar que essas três formas de plasmódio representam adaptações morfológicas e fisiológicas dum mesmo parasita a diferentes condições do meio.

Tudo, como se vê, movediço e complicado como expressão que é da luta pela vida. As comunicações contrafazem conjuntos nosológicos de origem remota, importam-se vetores e germes, reativam-se focos epidêmicos adormecidos, pode ser que surjam novas doenças e outras desapareçam. Além disso, muitos enigmas persistem. Quais os fatores ecológicos que determinam o êxito

de um vírus transmitido por artrópodes numa dada região geográfica? Por que espécies animais e vegetais levam uma vida livre durante gerações e de repente se tornam parasitas? Como varia a resistência dos animais reservatórios e a do homem? Até que ponto estão subordinadas a flutuações mesológicas as variações da virulência do germe patogênico em função das mutações dêle mesmo? A maioria das moléstias transmitidas por artrópodes são zoonoses, isto é, infecções em cujo ciclo biológico o homem é um hospedeiro sem importância; por que circunstâncias um complexo que talvez na origem não comportava o homem pôde incorporar novos membros? (*) Outras perplexidades se poderiam acrescentar a essas poucas questões tomadas como exemplo do quanto falta ajuizar ainda, se é que poderão ser resolvidas tôdas algum dia. Basta a sumária colocação, porém, da problemática para patentear como o homem, ser ativo cujas atividades e cuja herança histórica engendram para êle mesmo condicionamentos sócio-culturais, é também e continuará sendo condicionado em parte pelo clima, pelo solo, pela topografia, pelas biocenoses que integra quer como comensal, quer como hospedeiro, e nas quais ora come, ora é comido. Competição de tal modo inibitória que é precisamente no sentido de simplificar a cadeia nutricional que a biologia agrícola e a veterinária mais se apuram, procurando eliminar os parasitas e predadores que disputam com o homem o alimento; ao mesmo tempo que a profilaxia e a medicina das doenças infectuosas, aplicando-se àquelas associações que se comportam como complexos patogênicos, procuram assegurar-lhe a condição de terminal do sistema alimentar suprimindo o agressor que dêle se alimenta. E como a ecologia do grupo é a resultante das ecologias individuais dos seus membros, a área de extensão dum complexo depende em grande parte das condições do meio e a Tropicalidade é, portanto, um quadro sinecológico discernível em relação ao homem que das suas trocas energéticas e tróficas participa. Tanto quanto "Agricultura e Trópico", um tema como "Profilaxia e Trópico", teria cabimento fecundo neste *Seminário*. Quando nada porque a saúde pública, dependendo, como

(*) Fred L. Soper inclina-se a supôr que a febre amarela é uma zoonose, talvez anterior ao advento da espécie humana, que teria incorporado o homem ao seu complexo.

depende, em grande parte da “saúde” da comunidade biológica como um todo, é verdadeiramente matéria de ecologia humana. Assim o entende Marston Bates, para quem, aliás, a epidemiologia, estudo da incidência e transmissão das moléstias, poderia igualmente chamar-se “ecologia da história natural da doença”.

Além destes, outros atributos da Tropicalidade sugerem-se, no mesmo domínio geral bioclimatológico, em termos de fisiologia normal e patológica. No dizer de Albert Vandel, o que chamamos espécie corresponde a um estado de equilíbrio entre a fisiologia do ser e o meio em que ele vive, de sorte que esse estado de equilíbrio deve caracterizar também a raça, a variedade ou o biotipo. “Nenhum animal domesticado — assinala por sua vez M. Bates — é tão extensivamente distribuído sobre a Terra como o homem, mas os animais terrestres denotam a cada passo variação geográfica dentro de suas estirpes e não há razão para supôr que a variação humana seja diferente, em princípio, da dos outros animais”. Se não é adequado, então, falarmos de ecotipos e ecoclinos humanos, à maneira do que se diz das expressões hereditárias, genotípicas, da plasticidade das espécies, pelo menos em termos de adaptação, ou de aclimação, será legítimo exprimir-se como Sorre: “não há grupo humano capaz de se fixar e se perpetuar não importa onde conservando a totalidade dos seus caracteres fisiológicos e anatômicos”. De sorte que cada grupo acantonado num habitat bem caracterizado corresponde a “quelque chose comme une race géographique”. O desafio especulativo consiste em valer-se ao mesmo tempo dos progressos do conhecimento sobre o meio e sobre a fisiologia do homem, alternando a investigação, a todo instante, ora nos elementos do meio geográfico, ora nas respostas do organismo humano. E como, nesse terreno, faz-se impossível isolar o aspecto fisiológico duma questão do seu aspecto psicológico (Alexis Carrel), suscitam-se problemas inadiáveis de psicofisiologia humana, propostos naquele mesmo domínio psicobiológico em que as bases biológicas do *behavior* animal são investigadas. Investigadas não só com vistas às determinantes fisiológicas do comportamento instintivo, mas já também do aprendizado, da memória, da estimulação sensorial, da motivação e da emoção (McGaugh, Weinberger & Whalen). No que respeita ao ho-

mem — e com a reserva de que no seu comportamento há sempre alguma coisa de sonho, ou de ilusão — consistirá o estudo na consideração ecológica do jôgo das disposições mentais na medida em que estas refletem os traços do meio onde intervêm para ajustamentos da atividade geral do homem ao ambiente.

Que perspectivas se descerrariam para uma Tropicologia, nesse estudo, se se levasse em conta que a correspondência dos ritmos funcionais do ser vivo com os ritmos do seu meio é um dos problemas fundamentais da ecologia e da geografia biológica?

O ritmo está na ordem inanimada como nos seres vivos. Em tôdas as dimensões da realidade física, desde o núcleo do átomo à estrêla. Nas unidades elementares da vida e nos infinitamente pequenos, como nos seres vivos mais complexos. À semelhança do universo inteiro — escreveu Jean Thibault — a vida não é senão “um contraponto de harmonias particulares que em cada um, átomo, animal ou estrêla, modula sua própria variação, por algum tempo pelo menos, antes de ceder o lugar a um outro”. No contraponto universal dos ritmos jaz a Terra sob a ação de fatores extra-terrestres, principalmente o Sol, quem sabe se não também doutros corpos celestes cujos influxos parecem carecer de demonstrabilidade mas nem porisso deixam de ser investigados. Investigados, aliás, com tão pouco ceticismo, que um professor de Genebra, Henry Duprat, ao cabo dum seu ensaio sobre ciclos e ritmos astrais, advinha estar o leitor, quando nada por um dever de humanismo, “mordu par quelque curiosité, touché par quelque sympathie à l'égard de l'astrologie”. Da velha astrologia judiciária hipocrático-galênica, que era o prognóstico dos destinos.

Como lei absoluta da matéria viva, o ritmo se evidencia na sua forma mais espetacular como alternância da vigília e do sono, da atividade e do repouso, das sínteses assimilatrizes e da eliminação dos resíduos delas resultantes. Ritmos fisiológicos, tanto no reino vegetal como no animal, cadenciam-se em contraponto com ritmos diurnos e anuais da sucessão dos tempos, tais como a luminosidade do dia e a escuridão da noite, as altas e baixas da temperatura, o aumento e a redução da tensão

higrométrica e da umidade relativa do ar, além de ritmos de marés em vermes, celenterados, moluscos e crustáceos marinhos. Nítidas repercussões do dia e da noite em muitos micro-organismos patogênicos são arroladas pela fisiopatologia. O ritmo diurno rege a assimilação do carbono e a transpiração vegetais, além de várias manifestações vulgares evidentes de fotossensibilidade e fototropismo. Nos vegetais com clorofila igualmente comanda a alternativa de absorção do oxigênio e do ácido carbônico. Periodicidades de germinação, crescimento, reprodução, inatividade e morte das plantas documentam biologicamente, por sua vez, ritmos anuais, como os balanços da radiação actínica, da temperatura e da umidade.

Anualmente cíclicos também são o sono hibernar e as atividades sexuais de muitas espécies animais, como notórias migrações sazonais de insetos, peixes, aves e mamíferos. Nos animais superiores, cuja complexidade orgânica importa numa intrincada gama de comportamentos fisiológicos, são rítmicas e respiração, a sístole e a diástole cardíacas, as funções digestiva e secretória. Às grandes variações da luminosidade solar e aos dias longos da zona temperada têm sido clinicamente referidos o ritmo respiratório, a taxa de hemoglobina, o número de glóbulos vermelhos no sangue, o tônus neuro-vegetativo e a "composição dos humores". Composição dos humores no sentido da "orquestra neuro-humoral" de Laignel-Lavastine, regida alternadamente, cada vinte e quatro horas, seja pelo simpático, seja pelo vago, segundo um ritmo com o qual, se sintonizam os diferentes ritmos da vida vegetativa (L.-M. Carles).

Não caberia aqui esmiuçar toda a instrumentação conhecida do contraponto entre os ritmos climáticos e os ritmos fisiológicos do homem. Muito se sabe já a esse respeito, pelo menos nos climas temperados, e muito se teria ainda de aprender duma climatologia que restaurasse a sua original vocação biológica, informando não apenas a fisioclimatologia humana da saúde e da doença como também uma solidária ecologia do meio vivente em que o homem se insere e com o qual se mantém em concorrência. Mesmo só em matéria de termo-regulação — que é um mecanismo típico de integração, porisso que controlado pelo hipotálamo responsável também pela regulação do

ritmo alimentar, da sede e muitos outros ritmos — o homeotermismo humano é não só um registrador mas sobretudo um integrador das variações e do ritmo térmicos. Mais precisamente, no que interessa de modo especial aos Trópicos, das modulações do complexo higrotérmico — função de três variáveis, a saber: calor, umidade relativa e vento — uma vez que a evaporação cutânea, que é um dos principais mecanismos termolíticos, não depende só da temperatura ambiente mas também do estado higrométrico e da velocidade do ar.

Condução e radiação — condicionadas ambas pela diferença entre a temperatura ambiente e a da superfície cutânea e complementadas pela evaporação d'água ao nível da pele e do epitélio pulmonar — são os modos por que se opera em geral a termólise. Nos Trópicos, porém, esta se faz muito mais por evaporação; a complementaridade transfere-se para os outros dois processos e assim se evidencia a importância tropical que tem o complexo higrotérmico do ponto de vista da eficácia dos mecanismos termo-reguladores. Ainda quando se considerem só, nos Trópicos, as regiões de termólise exclusiva, já se discriminarão aquelas em que o complexo higrotérmico não favorece a atividade termolítica (climas sem estação seca) das em que essa mesma atividade é rítmicamente estimulada (Trópicos *wet-dry*). No Brasil, se fôsse adequado identificar a Tropicalidade em função duma alta umidade permanentemente aliada ao calor elevado e constante, se excluiria dos Trópicos todo o território que ultrapassa a área de expansão da hileria amazônica.

Não somente se explicam as diversidades tropicais principalmente pelas modulações do complexo higrotérmico como este mesmo é o que, em última análise, caracteriza os climas do domínio tropical por oposição ao temperado.

Os climas temperados são climas térmicos no sentido de que se fazem assinalar por estações térmicas contrastadas de duração aproximadamente igual; as divisões do ano em estações foram criadas para a zona temperada como expressões do regime térmico de ritmo binário anual e não se assimilam aos correspondentes períodos anuais nos Trópicos e quase-Trópicos porquanto nestes as variações são enfaticamen-

te da umidade. A despeito disso, foi o conceito de estações extensivamente aplicado a cada conjunto de três meses consecutivos tendo por mês inicial um dos quatro em que ocorre quer um solstício, quer um equinócio, nos correspondentes pontos da órbita terrestre entre os quais, em consequência da obliquidade da eclíptica, varia a duração dos dias e das noites nas diferentes latitudes. No significado próprio de nictêmero — período de 24 horas, da rotação da Terra, que compreende um dia e uma noite — o ritmo nictemeral dominando o ano todo é exclusivo da superfície do globo contida entre os dois círculos polares; nêstes, com efeito, já uma vez por ano o Sol mantém-se acima do horizonte 24 horas a fio e em direção aos polos aumenta celeremente o número de períodos diurnos sem ritmo nictemeral, a ponto de afinal coincidir totalmente a noite polar com a metade do ano, o outono-inverno.

No equador, o dia e a noite têm 12 horas cada um durante o ano inteiro; a partir das regiões sub-equatoriais começa a haver uma defasagem pequena a princípio, que aumenta lentamente até os trópicos matemáticos nos quais o dia mais longo é ainda da ordem de 13 horas e meia. Além dos trópicos matemáticos agrava-se a desigualdade cada vez mais depressa, de sorte que aí pelos paralelos de 50° já ocorrem dias de mais de 16 horas. Em outras palavras, o nictêmero amplia-se em favor do ritmo sazonal até o ponto em que êste define, em compasso binário, o clima temperado do nosso ponto de vista; até então teríamos só, na transição, espaços quase-tropicais.

Com o ritmo nictemeral entende-se o fotoperíodo (*day-length period*) e nenhum fator físico é de maior interesse ecológico do que a luz, fonte fundamental da energia para toda a vida, fator limitante dela e regulador extremamente importante das atividades diurnas e anuais de um sem número de vegetais e animais. No que respeita ao homem, por via visual parece agir o fotoperíodo através do hipotálamo, fazendo-o produzir um neuro-hormônio estimulador da mais importante glândula endócrina, a pituitária, que por seu turno segrega vários outros hormônios endereçados a diferentes órgãos: uma seqüência de causalidades funcionando, no dizer de Eugene

Odum, como um relógio biológico regulado pela duração do dia. A excitação de todos os metabolismos pela radiação solar, sua influência sobre o raquitismo e sobre as moléstias de cárcia do metabolismo mineral, a mal conhecida mas não raro evidente sintonia do ritmo nictemeral com certos ritmos mórbidos e, mais que tudo talvez, os estímulos psíquicos da luz — eis somente uma pobre indicação do quanto, ao nosso vêr, se poderia investigar, com vistas a uma conceituação ecológica da Tropicalidade, no contraponto do ritmo diurno com os ritmos fisiológicos do homem tropical.

Quanto ao ritmo anual, nos Trópicos não ocorre o recesso térmico dos climas extra-tropicais; recesso que em tantas plantas e animais traduz-se por hibernação e que entre os povos de climas temperados corresponde a um período de anual remissão, durante o qual o jogo dos mecanismos fisiológicos altera-se em relação à outra parte do ano e as atividades individuais e sociais do homem moderam-se ou passam a se exercer noutro sentido, diversificando ocupações e mesmo hábitos lúdicos sazonais. Nas civilizações nórdicas, assinala Eric Dardel, os longos invernos das regiões montanhosas “ont recroquevillé la vie, imposé des mois d'inaction d'où sont nées industries temporaires, horlogerie, bois, jouet”. Provindos de países em que as chuvas cáem no inverno térmico, os portugueses e espanhóis, por falta de ênfase térmica sazonal nos Trópicos americanos em que se estabeleceram, deram o nome de inverno à estação das chuvas; estação que no Brasil, por exemplo, tanto é a do outono-inverno da costa oriental como a do verão-outono da setentrional, e que na maior parte do país coincide inteiramente com o verão.

Os períodos anuais de recesso nos Trópicos ou são representados pelas estações secas dos climas *wet-dry*, ou faltam inteiramente nos permanentemente úmidos, como de resto faltam inteiramente também nas regiões circumpolares permanentemente frias. No domínio tropical a inexistência de qualquer remissão, térmica ou higríca, ou ainda a ocorrência apenas da segunda, são peculiaridades sugeridas, portanto, a uma caracterização da Tropicalidade em termos de contraponto rítmico. Há endemias que, sazonais nos climas térmicos tem-

perados, são persistentes nos Trópicos; e nêstes, por sua vez, em função do complexo higrotérmico, outras há de variável incidência no correr do ano. Além disso, como deixamos apontado, a importância do *relax* sazonal não se entende apenas com os seres inferiores, como sejam os agentes patogênicos ou os vetores, mas com o homem também. O que importa é saber quais são as adaptações fisiológicas que no homem dos Trópicos fazem as vezes daquelas resultantes do recesso hibernar da zona temperada. "A noite é o inverno dos Trópicos", sugeriu-se algures a respeito do clima da Amazônia, isto é, daquele dentre os climas tropicais em que a amplitude térmica diurna, embora reduzida, prevalece dominantemente sobre uma anual praticamente nula. Mesmo nas áreas quase-tropicais a passagem do período mais quente do ano para o menos quente é tão pausada e faz-se assinalar tão pouco que só por liberdade poética pode-se nelas falar de primavera.

O interesse, aliás, aqui atribuído aos ritmos climáticos não ignora nem despreza o fato de que não somente a ritmicidade, mas igualmente a variabilidade caracteriza o clima. Sem nos deixarmos arrastar à polêmica climas estimulantes versus climas deprimentes, salientemos apenas que sobre o organismo humano o tempo que faz age a cada instante e a cada instante o meio climático condiciona um terreno fisiológico modificado por ações precedentes. Há, dêsse modo, efeitos de acumulação simultâneos, do clima e do tempo, sobre esse organismo cujas adaptações a condições cambiantes, alteradas dum dia para outro e até no mesmo dia, reputam-se como fisiológica e psiquicamente estimulantes segundo os padrões da zona temperada, onde as variações do estado atmosférico são peculiarmente bruscas, freqüentes e de grande amplitude. Nos Trópicos afetados por certos efeitos de circulação meridiana isso também acontece numa certa medida, que define, aliás, na razão inversa da latitude; mas talvez valesse a pena investigar que outros estímulos ou ritmos fisiológicos compensam, no homem tropical, a inexpressividade ou a inexistência de tais variações.

Se méritos há na contribuição que aqui oferecemos a este *Seminário*, permitam-nos admitir apenas um: o de nos termos colocado em presença de todo um panorama sugerido à inda-

gação ecológica e à especulação conceitual da Tropicalidade. Pelos caminhos ao mesmo tempo da sinecologia em geral e da ecologia humana; da fisiologia normal e patológica como da psicofisiologia; e da parasitologia, da medicina geográfica, da profilaxia. Tudo, cremos, dentro da fecundante densidade interdisciplinar dêste *Seminário* que Gilberto Freyre instituiu e que esperamos não vêr encerrado tão cedo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Gilberto Osório de, *Os climas*, em "Brasil, a terra e o homem", vol. I, As bases físicas, Comp. Edt. Nacional, São Paulo, 1964, pp. 397-457.
- ANDREWS, Justin M., *Control of diseases propagated by arthropod vectors*, em "Bol. de la Of. Sanit. Panamericana", ano 27, n.º 11, Washington, 1948, pp. 998-1002.
- ARACÃO, Mário B., *Aspectos climáticos do problema bromélia-malária — Distribuição geográfica dos anofelinos do subgênero Kerteszia no Brasil*, em "Comptes rendus du XVIIIe. Congrès International de Géographie", pp. 512-21.
- ARACÃO, Mário B., & DIAS, Emmanuel, *Aspectos climáticos da doença de Chagas — Considerações sobre a distribuição geográfica do Triatoma infestans*, em "Comptes rendus", etc., pp. 521-8.
- AUBERT, G., *Les sols de la zone aride — Étude de leur formation, de leurs caractères, de leur utilisation et de leur conservation*, em "(Les) problèmes de la zone aride", pp. 127-50.
- BAITY, H. G., *El saneamiento del medio en el mundo y sus perspectivas para el futuro*, em "Bol. de la Of. Sanit. Panamericana", XLVII, n.º 2, Washington, 1959, pp. 118-25.
- BALDIT, Albert, *Les éléments météorologiques du climat*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 10-65.
- BATES, Marston, *Les tropiques — L'homme et la nature entre le Cancer et le Capricorne*, Payot, Paris, 1953 (trad. por J. Joubert).
- BATES, Marston, *Man in nature*, Prentice-Hall, Inc., New Jersey, 1964, second edition.
- BERNARD, Jean, & RUFFIÉ, Jacques, *Hématologie géographique (Écologie humaine — Caractères héréditaires du sang)*, — Masson et Cie., Paris, 1966.
- BOHN, M. Georges, *Bioclimatologie générale*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 490-500.
- BOYKO, Hugo, *Climatic, ecoclimatic and hydrological influences on vegetation*, em "Plant ecology", pp. 41-6.
- DRADLEY, D. J., *Ecology in the medical school*, em "(The) teaching of ecology", pp. 41-9.
- BUSTAMANTE, Fernando Machado de, *Distribuição geográfica dos transmissores da doença de Chagas no Brasil e sua relação com certos fatores*

climáticos-Epidemiologia e profilaxia da enfermidade, em "Comptes rendus du XVIIIe. Congrès International de Géographie", pp. 534-53.

BUSTAMANTE, Fernando Machado de, *Geographical distribution of malaria in Brazil*, em "Résumés des Communications, XVIIIe. Congr. Int. de Géographie", p. 135.

BUSTAMANTE, Miguel E., *Epidemiología de la fiebre amarilla en América Central*, resenha em "Bol. de la Of. Sanit. Panamericana", XLVII, n. 5, Washington, 1959, pp. 442-3.

BUSTAMANTE, Miguel E., *Epidemiología de la leishmaniasis en América*, em "Bol. da la Of. Sanit. Panamericana", ano 27, n.º 7, Washington, 1948, pp. 611-8.

(de la) CALZADA, Carlos Saénz, *Cartas meteorológicas de previsión médica*, em "Reunión especial de la comisión de geografía médica", pp. 95-101.

CARLES, L.-M., *Agents pathogènes du climat — Les éléments contre l'homme*, Masson et Cie., Paris, 1945.

CHOLLEY, A., *La géographie est-elle une science?*, em "Sciences de la Terre", pp. 65-70.

CLUZET, J., & KOFMAN, T., *Physioclimatologie générale des climats — Effets des agents météorologiques et chimiques*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 606-44.

"Comptes rendus du XVIIIe. Congrès International de Géographie" (Rio de Janeiro, 1956), tome 3ième, Comité National du Brésil de l'Union Géographique International, Rio de Janeiro, 1965.

DARDEL, Eric, *L'Homme et la Terre-Nature de la réalité géographique*, col. Nouvelle Encyclopédie Philosophique, Presses Universitaires de France, Paris, 1952.

DESGREZ, A., CARDOT, H., & SANTENOISE, D., *Action des climats sur les divers fonctions de l'organisme sain et pathologique*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 679-751.

DUBOIS, Albert, & (van den) BERGHE, Louis, *Les maladies des pays chauds*, Masson et Cie., Paris, 1947.

DUHOT, Émile, *Les climats et l'organisme humain*, Presses Universitaires de France, Paris, 1948.

DUPRAT, Henry, *L'influx cosmique et la vie de l'homme*, em LAIGNEL-LAVASTINE, *Les rythmes et la vie*, pp. 82-115.

(van der) ELST, R., *Climatologie humaine — Introduction*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 539-45.

EMBERGER, L., *Introduction em "Plant ecology"*, pp. 11-2.

EMBERGER, L., & LEMÉE, G., *Écologie végétale*, em "(Les) problèmes de la zone aride", pp. 215-29.

FRANÇA, Ary, *Comentários sobre MELO, Mário Lacerda de, Modernos estudos,*

etc., na reunião de agosto de 1967 do Seminário de Tropicologia (mimeogr.).

FREYRE, Gilberto, *Em torno dum novo conceito de tropicalismo*, Coimbra Editora, Ltda., Coimbra, 1952.

FREYRE, Gilberto, *Integração portuguesa nos trópicos*, ed. do Ministério do Ultramar, Lisboa, 1958.

FREYRE, Gilberto, *Nordeste — Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 1937.

FREYRE, Gilberto, *Um novo tipo de Seminário* (Tannebaum) — *Um desenvolvimento na Universidade de Columbia: conveniência da introdução da sua sistemática na Universidade Federal de Pernambuco*, Impr. Universitária, Recife, 1966.

GOUROU, Pierre, *Les pays tropicaux-Principes d'une géographie humaine et économique*, Presses Universitaires de France, Paris, 1947.

HELLPACK, dr. Willy, *Géopsyché — L'âme humaine sous l'influence du temps, du climat, du sol et du paysage*, Payot, Paris, 1944 (trad. por F. Gidon).

HUNTINGTON, Ellsworth, *Principles of human geography*, John Wiley and Sons, Inc., London, 1940, 5th ed.

JOHNSON, Harald Norlin, *Ecologia de las enfermedades virales del hombre transmitidas por artrópodos*, em "Bol. de la Of. Sanit. Panamericana", XLVIII, n.º 2, Washington, 1960, pp. 134-40.

LAGÔA, F. Rocha, & CUNHA, Wantuyl Co., *Influência geográfica na distribuição do tifo exantemático neotrópico no Brasil*, em "Comptes rendus du XVIIIe. Congr. Int. de Géographie", pp. 590-3.

LAIGNEL-LAVASTINE, *Les rythmes et la vie*, Plon, Paris, 1947.

LEARMONTH, A. T. A., *Geografia médica — Tendências y perspectivas*, em "Reunión especial de la comisión de geografía médica", pp. 1-10.

LEE, H. K., *Applications de la physiologie et de l'écologie humaine et animale à l'étude des problèmes de la zone aride*, em "(Les) problèmes de la zone aride", pp. 231-53.

LEMÉE, G. *Précis de biogéographie*, Masson et Cie., Paris, 1967.

LUMIÈRE, A., *Physioclimatologie générale des climats — Effets physiologiques des rayons soaires*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 645-60.

MANN, K. H., *The approach through the ecosystem*, em "(The) teaching of ecology", pp. 103-11.

MARTONNE, Emmanuel de, *Traité de géographie physique*, vol. I, Notions générales-Climat-Hydrographie, Libr. Armand Colin, Paris, 1925, 4ème ed.

McGAUGH, James L., WEINBERGER, Norman M., & WHALEN, Richard, *Psychobiology-The biological bases of behavior*, W. H. Freeman and Company, San Francisco, California, 1968.

- MELLO, A. da Silva, *A superioridade do homem tropical*, Edit. Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1965.
- MELO, Mário Lacerda de, *Modernos estudos geográficos e Trópicos*, em "Estudos Universitários", n.º 2-3, Impr. Universitária da UFPe., 1967, pp. 57-71.
- MERTON, L. F. H., *Ecology teaching in tropical and arid countries*, em "(The) teaching of ecology", pp. 201-10.
- MISSENARD, André, *L'homme et le climat*, Libr. Plon, Paris, 1937.
- MISSENARD, André, *À la recherche du temps et du rythme*, Libr. Plon, Paris, 1940.
- ODUM, Eugene P., *Ecology*, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York, 1966.
- OLDFIELD, F., *The linkage of ecological teaching with that in Earth sciences*, em "(The) teaching of ecology", pp. 33-40.
- PARAHYM, Orlando, *Endemias brasileiras*, Imp. Universitária, Recife, 1961.
- PARREIRAS, Décio, *Manual de clínica de doenças tropicais e infectuosas*, Edit. Capitólio, Rio de Janeiro, 1952.
- PÉGUY, Ch. P., *Précis de climatologie*, Masson et Cie., Paris, 1961.
- PENTEADO, Antônio Rocha, *Panorama do mundo tropical*, em "Anuário da Fac. de Fil. 'Sedes Sapientiae'", n.º 16, 1958-9, PUC, São Paulo, pp. 75-98.
- PENTEADO, Antônio Rocha, *Uma interpretação do mundo tropical baseada em condições de sua geografia física*, em "Orientação", n.º 1, Inst. de Geogr. da Univ. de São Paulo, 1965, pp. 51-4.
- PIÉRY, M., *Traité de climatologie biologique et médicale*, 3 vols., Masson et Cie., Paris, 1934.
- PINTO, Olímpio, *The geographical distribution of schistosomiasis in Brazil*, em "Résumés des communications, XVIIIe. Congr. Int. de Géographie", p. 141.
- "Plant ecology — Proceedings of the Montpellier Symposium", UNESCO, Paris, 1955.
- PRICE, A. Grenfell, *White settlers in tropics*, American Geographical Society, New York, 1939.
- "(Les) problèmes de la zone aride", actes du Colloque de Paris (1960), UNESCO, Paris, 1962.
- Profilaxia das doenças transmissíveis*, relat. oficial da Ass. Am. da Saúde Pública (Organiz. Panam. da Saúde — Organiz. Mundial da Saúde), Washington, 1962, 9a. ed.
- RAMOS, Arturo, KRÜGER, Hever, MURO, Manuel, & ARIAS-STELLA, Javier, *Patología del hombre nativo de las grandes alturas — Investigación de las causas de muerte em 300 autopsias*, em "Bol. da Of. Sanit. Panamericana", LXII, n.º 6, Washington, 1967, pp. 496-502.
- "Résumés des communications, XVIIIe. Congrès International de Géographie" (Rio

- de Janeiro, 1956), Comité National du Brésil de l'Union Géographique International, Rio de Janeiro, 1956.
- "Reunión especial de al comisión de geografía médica", tomo IV dos anais da Conferência Regional Latinoamericana (UGI), ed. da Soc. Mexicana de Geografía y Estadística, México, 1966.
- RODENWALDT, Ernest, *The geomedical significance of man's influence on Earth's surface*, em "Résumés des communications", etc., pp. 141-2.
- SAKAMOTO, Masako, *Methods and objectives of medical geography*, em "Comptes rendus du XVIIIe. Congr. Int. de Géographie" pp. 630-6.
- SCHMIDT-NIELSON, Knut *Animal physiology*, Prentice-Hall, Inc., New Jersey, 1964, second ed.
- "Sciences de la Terre" (travaux du Colloque sur les), XXI Congrès International de Philosophie des Sciences, Hermann et Cie., éditeurs, Paris, 1951.
- SEREBRENICK, Salomão, *O clima do Brasil — Elementos e tipos climáticos*, em "Bol. Geográfico", ano I, n.º 8, CNG, Rio de Janeiro, 1943, pp. 76-89.
- SILVEIRA, João Dias da, *Considerações em torno da geografia tropical*, em "Bol. Paulista de Geografia", n.º 8, Seção Regional em São Paulo da Ass. dos Geógrs. Brasileiros, 1951, pp. 35-44.
- SOPER, Fred L., *El Aedes aegypti y la fiebre amarilla*, em "Bol. de la Of. Sanit. Panamericana", LXIV, n.º 3, Washington, 1968, pp. 187-95.
- SORRE, Max., *Classifications biologiques et médicales des climats*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 261-5.
- SORRE, Max., *Exposé d'introduction au colloque sur les divisions écologique du monde*, Colloques Internationaux CNRS, Paris, 1955, pp. IX-XII.
- SORRE, Max., *Introduction* em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 1-9.
- SORRE, Max., *Les fondements de la géographie humaine*, tome I, Les fondements biologiques (essai d'une écologie de l'homme), Libr. Armand Colin, Paris, 1951.
- SORRE, Max., *L'Homme sur la Terre*, Libr. Hachette, Paris, 1961.
- SORRE, Max., *Socioclimatologie — Le climat et les sociétés humaines*, em M. PIÉRY, *Traité*, pp. 564-75.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly, *Land and man in the tropics*, em "Economic and political trends in Latin America", May 5, 1964, Academy of Political Science, New York, 1964, pp. 319-29.
- "(The) teaching of ecology", British Ecological Society, Symposium number seven, edited by J. M. Lambert, Oxford and Edinburgh, 1967.
- THIBAUT, Jean, *Les rythmes dans la réalité physique: du noyau atomique à l'étoile*, em LAIGNEL-LAVASTINE, *Les rythmes et la vie*, pp. 19-51.

TROMP, S. W., *Medical biometeorology — Weather, climate and the living organism*, Elsevier, Amsterdam, 1963.

(van) WIJK, W. R. & (de) WILLDE, K., *La microclimatologie*, em “(Les) problêmes de la zone aride”, pp. 93-126.

(La) *zoonosis, un problema de salud pública en las Américas* (editorial), “Bol. de la Of. Sanit. Panamericana”, XLVII, n.º 4, Washington, 1959, pp. 336-8.

A Expulsão dos Jesuitas de Pernambuco(*)

NILO PEREIRA

Não deixa de ser um aspecto das relações entre o poder espiritual e o temporal — a expulsão dos jesuitas estrangeiros de Pernambuco, como consequência duma campanha tenaz contra os padres da Companhia, acusados de sediciosos porque, na Questão Religiosa, ficaram ao lado de Dom Vital; e como êle foram acusados de ultramontanos e perigosos como representantes duma “soberania estrangeira” — a do Vaticano.

O curioso é que a vindita do govêrno se volta apenas contra o jesuita estrangeiro, que, segundo a mentalidade oficial, se havia infiltrado nas populações do Interior, fanatizando-as. Só êsse jesuita oferecia perigo. Certamente assim se fazia por causa do número, aliás pequeno, de jesuitas italianos existentes em Pernambuco, e sob cuja direção estava o então Colégio de São Francisco Xavier, depredado em certo momento de fúria maçônica contra os inacianos. Depredado, nesse mesmo momento, foi o jornal católico *A União*, onde pontificava Soriano de Souza com o grupo de católicos que defendia o heróico Bispo de Olinda.

Tudo isso não era outra coisa senão o ódio contra a Companhia de Jesus, mais virulento do que contra outras Ordens Religiosas, inclusive os capuchinhos. De modo geral, isso era uma campanha contra essas Ordens, movida também, em menor escola, pelos protestantes.

(*) — Capítulo do livro inédito “Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil”, a ser publicado pela Imprensa da Universidade Federal de Pernambuco.

Dom Macedo Costa, sempre vigilante, ocupou-se do assunto numa lúcida monografia ⁽¹⁾, que é bem um retrato do tempo.

Trata-se duma réplica aos deputados Pedro Luiz e Joaquim Manoel de Macedo, na famosa Questão Janrard. Foi essa uma oportunidade para que êsses deputados visassem de modo especial, por vêzes ferino, às Ordens Religiosas, notadamente, já se vê, a Companhia de Jesus. Lembra os serviços que a nação brasileira deve a muitas dessas Ordens, os jesuitas à frente: falava por êles, com efeito, todo um passado colonial, que valia a nossa formação não apenas histórica, mas espiritual.

A expressão “jesuitismo” era o espantelho. Queria o padre Janrard um terreno para edificar uma Igreja? Eis o “jesuita” em ação. Havia capuchinhos e vicentinos e doretéias em atividade missionária e catequética, ou educacional? Os jesuitas estavam por trás disso. A campanha era sistemática e desabrida, revelando um propósito que ia além de si mesma: o ideal da apregoada liberdade do Estado em face da Igreja, que, para muitos, procurava tolher o poder civil. O que chega a ser quase irrisório, pois era justamente o contrário: o Estado é que reduzia a Igreja a uma condição servil, como disseram Dom Macedo Costa e Cândido Mendes.

Mas, afinal, pergunta o Bispo do Pará, na monografia referida, que é que se entende pela palavra malfadada — “jesuitismo” — que tanta celeuma levanta, que tantas preocupações traz? E responde, depois de considerar que os escritores protestantes — mais tarde diria o mesmo dos maçons — se empenham numa luta pelo esvaziamento da Igreja, escrevendo: — “Mas então que fica para vosso catolicismo, ilustrados pensadores? Por favor, o que fica, tirando-se o que desprezais soberanamente sob a denominação odiosa de jesuitas? Sei: Uma religião sem padres, uma religião sem culto,

(1. — “As Ordens Religiosas Julgadas por Escritores Protestantes”. Breve resposta em favor dessas Ordens pelo Exmo. Bispo do Pará. Impresso na Tipografia da Estrêla do Norte. As palavras de Introdução são datadas do Paço Episcopal de Belém, em 30 de maio de 1864.

a descrença erigida em sistema, o racionalismo puro; ou quando munto, graças à pouca robustez da vossa lógica, um cristianismo aguado, filosófico, sem dogmas positivos, coado pelo crivo do livre-exame da razão individual. Eis aí tudo. Em todo caso, é mister ser franco; o que combateis não é o *jesuitismo*, é o *Catolicismo*. Para que não o dizer bem claro, para conhecimento de todos?”

O testemunho é válido inclusive sob um aspecto, no qual convém atentar: os jesuitas estrangeiros, que viviam em Pernambuco, por ocasião da Questão Religiosa, não sofreram a campanha sistemática de que foram alvo apenas porque seguiram o Bispo de Olinda: com efeito, a luta era anterior. De modo que a interpretação de Dom Macedo Costa, no sentido de que se combatia antes o Catolicismo do que mesmo o “jesuitismo”, tem sua razão de ser: o racionalismo estava na base dêsse combate, o liberalismo à moda do tempo influiu para dar novas normas ao pensamento filosófico e político em certos setores mais extremados. Isso chegou ao próprio âmbito dos Partidos; e logo o Partido Liberal — mais liberto de determinados compromissos do que o Conservador — se arvorou, em alguns casos, em arauto de tais idéias.

Mas, o problema, que é complexo, não fica aí. Na verdade êsses choques — ninguém se enganasse — eram a representação, sob formas filosóficas ou meramente especulativas — da questão que então agitava o país: as relações entre a Igreja e o Estado. E como os jesuitas tinham grande penetração e a êles devíamos a formação cristã brasileira, a campanha os enfrentava de preferência. O que, em certo sentido, foi agravado também pelo apóio decidido que êles deram ao *Syllabus*, numa época, é bom notar, em que o *Perinde ac cadaver* estava de pé. Na obediência ao Papa, antes de tudo, fundamentou Inácio de Loyola a sua atitude, em franca oposição a Lutero.

Com a Questão Religiosa tudo havia de tomar formas exacerbadas de campanha odienta, que tantos vestígios deixou e tantas inquietações semeou.

Fábio Rústico, no seu opúsculo “Jesuitismo em Pernam-

buco", dava a essa luta um tom agressivo⁽²⁾. Na Introdução o jesuita é chamado "moedeiro falso do cristianismo, batendo a sua moeda sobre a ignorância e a boa-fé, e principalmente sobre a hipocrisia".

Este foi sempre um retrato como que clássico do jesuita — o "jesuita infernal", como chamava o *Diabo a Quatro* — sem se lembrar que, na sua condição de *Diabo*, o "infernal", afinal de contas, não pesava tanto contra os inicianos...

Esquecia-se com isso todo um passado. Pois impossível seria esconder o que os jesuitas fizeram pelo Brasil, ainda que, em muitos casos, se pudesse divergir do seu método de ensino, do seu processo de aculturação. As divergências ficaram sempre acima da visão geral do problema. E até entre incrédulos e céticos, o serviço prestado pelos S. J., no Brasil, foi tido como valioso e inestimável. Na campanha contra eles, portanto, faltava justiça histórica.

Gilberto Freyre⁽³⁾ reconhece o heroísmo dos padres da Companhia de Jesus, embora afirme que considerados "puros agentes europeus de desintegração de valores nativos — temos que concluir pela sua influência deletéria". Tão deletéria — acrescenta — quanto a dos colonos, seus antagonistas. Se isso acontecia era porque os jesuitas "contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários". Mas acrescenta: — "Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquêle "unionismo" em que o Professor João Ribeiro surpreendeu uma das grandes forças sociais da nossa História".

O julgamento do jesuita, como fator de civilização, como sustentáculo da nossa vocação espiritual, tornou-se indiscutível.

(2) — FÁBIO RÚSTICO — "Jesuitismo em Pernambuco — Apontamentos Históricos e Filosóficos" — Pernambuco, 1873.
Fábio Rústico é pseudônimo de Aprígio Guimarães e o seu opúsculo é dedicado à loja Maçônica União e Beneficência.

(3) — GILBERTO FREYRE — "Casa Grande & Senzala", págs. 121 e 30, tomo I.

vel. Ainda é Gilberto Freyre quem acentua que os padres da Companhia — ora mais "mágicos" do que "lógicos", ora mais "lógicos" do que "mágicos" — mostraram três séculos antes de Pareto, de Sorel, de Marx, "o que se pode conseguir pela violência inteligentemente empregada e pela utilização de novos mitos, talvez demasiadamente individuais e tribais, e da sua socialização rápida como membros de um novo tipo de sociedade. Uma experiência de enorme interesse para as Ciências Sociais. Pede um estudo à parte".⁽⁴⁾

Faz questão, Gilberto Freyre, de registrar⁽⁵⁾: — "Joaquim Nabuco, apologeta, como Eduardo Prado, do esforço jesuítico, ou antes, católico, no Brasil, pouco exagera quando afirma: "Sem os jesuitas a nossa História colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país seria cortado de estradas, como as que iam do coração da África aos mercados das costas, por onde só passavam as longas filas de escravos".

A campanha contra os jesuitas, no Brasil em geral e em Pernambuco, em particular, não entrava em minúcias, não ressaltava defeitos para realçar alguma possível qualidade — nem que fôsse "histórica" — dos padres da Companhia. Vistos a grosso modo não passavam, na crítica do tempo, de emissários do mais turvo ultramontanismo. Havia nisso — podemos convir — uma espécie de guerra ideológica: a ideologia liberal-progressista era contra eles; a ideologia conservadora os defendia. Isso tanto em termos partidários, como em termos gerais. E, no fundo, estava nisso a luta contra a Igreja em nome dum Estado liberal, agnóstico, racionalista, que via no art. 5.º da Constituição do Império u'a maneira de agrilhoar a liberdade de culto e de pensamento. Era êsse o problema, se o consideramos mais amplamente, além dos estreitos limites das questões locais, das desavenças entre maçons e Bispos.

Antes da Questão Religiosa, a prevenção contra os jesuitas chegava ao ponto de se traduzir em ameaças ao Colégio

(4) — GILBERTO FREYRE — "Vida, Forma e Côr" pag. 164.

(5) — GILBERTO FREYRE — "Casa Grande & Senzala", cit. pag. 162, tomo I.

de São Francisco Xavier. Dessas desconfianças nos dá notícia o ofício do Bispo Dom Francisco Cardoso Ayres, datado da Residência Episcopal da Soledade, 21 de abril de 1869, dirigido ao vice-Presidente da Província. E da mesma data e do mesmo ano é o ofício do padre Vicente Mazzi ao Presidente da Província, pedindo providências para as perseguições que vêm sofrendo os jesuitas e o seu Colégio.

O Bispo Cardoso Ayres invocava medidas em favor da segurança dêsses padres, escrevendo incisivo: — “Constando-me que algumas pessoas mal intencionadas têm passeado ou passeiam ainda diante do Colégio de S. Francisco Xavier de um modo desrespeitoso para com os Sacerdotes que ali ensinam, e temendo eu que bem depressa e mesmo esta tarde se faça violência às vidas dos mesmos, vou instantemente rogar a V. Excia. que se digne providenciar acêrca da segurança pessoal dêsses Padres, ficando eu satisfeito pelas medidas que V. Excia., na sua sabedoria, adotar”.

O padre Mazzi diz: — “Depois de termos gozado, por alguns anos, da mais atenciosa hospitalidade nesta Cidade e Província, e conseguido provas de confiança tanto da parte das Autoridades Política e Eclesiástica, como do povo, eu e os meus companheiros nos vemos inopinadamente expostos à perseguição de poucos moradores desta mesma cidade; pelo que me acho na necessidade de invocar, como invoco a tutela de V. Excia., que dignamente preside ao govêrno desta Província, tutela que não passa do direito comum das gentes entre as nações civilizadas”.

O longo ofício do padre Mazzi é um histórico da vinda dos jesuitas italianos, trazidos pelo Bispo Medeiros. Era na simples qualidade de sacerdotes estrangeiros — acentua o padre Mazzi — que os italianos se encontravam no Recife. Havia acusações de que o Colégio de S. Francisco Xavier estava instalado nos moldes dos antigos Colégios da Companhia, antes do marquês de Pombal. O padre Mazzi refuta a alegação, colocando os jesuitas italianos sob a égide da lei civil, pois eles “só fazem o que a Lei permite fazer a quaisquer estrangeiros munidos do legítimo passaporte”. E logo acrescenta:

— “É por isso que o requerimento que acaba de ser produzido nesta Assembléia Provincial, porquanto alude e se refere a um Colégio constituído na maneira e forma dos Colégios da Companhia antes da expulsão decretada sob o reinado de José I de Portugal, não tem objeto de realidade; pois aqui nem a lei, nem a pública autoridade tem de tratar com uma qualquer porção constituída da Ordem. Em prova do que, é de não pretender êste Colégio aparelhar-se com os antigos Colégios da Companhia de Jesus, ei-lo sujeitado a tôdas as prescrições e regulamentos comuns, sem algumas daquelas isenções e privilégios que se davam outrora aos Colégios da Companhia antes da supressão”.

Era a maneira de caracterizar o Colégio de S. Francisco Xavier como um outro colégio qualquer, quase como se não fôsse de jesuitas. O padre Mazzi chegou mesmo a dizer, no referido ofício, que o Colégio, em uma palavra, não é a “introdução de uma Ordem Religiosa”; trata-se apenas da “morada transitória de indivíduos que, à presença da Lei, não fazem-se reconhecer por religiosos.”

Mas há nêle, no Colégio, “número de filhos de famílias Brasileiras confiados aos nossos cuidados. O que fôra dêles, se acontecesse o que chamam manifestação tumultuosa e ameaçadora contra êste Colégio?”

O assunto, de tão delicado, diz o padre Mazzi, bem que podia ser submetido à consideração do Imperador ou da Assembléia Geral; mas o que êle prefere — diante das graves ameaças — é entregar-se à tutela do Presidente da Província, que, de então por diante, já não podia ignorar o que se estava passando com os jesuitas.

Que importavam tôdas essas advertências? O problema estava criado para o Govêrno e cabia todo inteiro na fatal legenda: — “jesuitismo”. Faltava o pretexto; e êste haveria de ser a sedição em que, de resto, não se envolveram os inacianos. Agravou-se a situação dêles com a atitude que tomaram em defesa de Dom Vital, outro “sedicioso”. E veio o ato de 21 de dezembro de 1874, pelo qual ficaram expulsos do território, “em cumprimento da ordem imperial” os jesuitas

estrangeiros; e desde logo foram os referidos padres “postos em segurança”.

Achava o Governo, naturalmente, que a medida, de sabor pombalino, era um remédio. Os Bispos presos, os jesuitas expulsos, eis como se preserva a religião do Estado; eis como se vence a difícil e penosa Questão Religiosa; eis como age um Estado que tem por missão defender o Catolicismo, que é a sua fé.

Essa era uma vitória do que então se chamava, com muita ênfase, o Liberalismo. A imprensa aplaudiu; estava no seu papel, até onde não houvesse interferências políticas, porque disso também estava dependendo o julgamento dos expulsos e do ato de expulsão.

A *Província* estava nesse caso. Por isso, no seu número de 29 de dezembro de 1874, fazia o seguinte registo irônico, sob a epígrafe muito significativa: — “Eu, Marquês de Pombal”. Eis o registo: — “Quando a posteridade ler a portaria de Lucena, deportando os jesuitas, há de custar a crer... Hoje não: hoje crê-se em toda a lucenada.

“Falta uma coisa, comendador. Se aquelas cartas são para que os jesuitas sejam deportados, os autores daquelas cartas devem ter algum *padre nosso*.

“Sus! comendador Pombal!

“Consulte o Diniz, e bote aquela gente... da *União* abaixo.

“Pois fica a meio caminho?

“Esta do Lucena, a fazer de Pombal com o Totônio, é coisa para rir.

“E o pombalismo pôs o homem de cama...

“Sus! comendador!”

A posteridade, como diz o comentário acima, podia não crer nisso que *A Província* chamou “lucenada”. Mas tem de acreditar, à distância do tempo, no que representou a “portaria” do comendador Henrique Pereira de Lucena, presiden-

te da Província: o coroamento duma luta impiedosa contra a Igreja. E da qual vinha agora o Estado participar ostensivamente, tanto quanto havia participado da condenação dos Bispos de Olinda e do Pará, que eram outros “insubmissos”.

Para os grandes problemas sociais que se apresentavam — e dos quais, em determinado momento, o Quebra-Quilos era bastante significativo — o governo tinha a solução violenta, a solução da autoridade majestática, que, de resto, não era nada — nem solução nem paliativo — porque o problema sócio-econômico do Brasil se punha num desafio mais largo: o desafio das estruturas sociais em transição.

Não ficasse, porém, o governo tão tranquilo e despreocupado com a expulsão dos jesuitas, porque logo em 22 de janeiro de 1875 o *Diário de Pernambuco* publicava extenso ofício do Juiz Municipal de Triunfo — um dos mais famosos “redutos” jesuíticos — dirigido ao presidente da Província, no qual relata que o povo daquela vila manifestou a sua revolta contra as medidas que visavam aos jesuitas. O ofício é datado de 9 de janeiro de 1875. Acontece que o padre Onoratti — um dos estrangeiros expulsos — estava concluindo as obras da Matriz; “e que, por isto, o Onoratti ainda permanece entre nós”, diz o juiz. “O padre Onoratti — é ainda o magistrado quem fala no seu ofício — é o ídolo deste povo de Triunfo; os sertanejos do Pajeú julgam-no um Deus e por isto mesmo a saída dêsse homem do seio deste povo não pode deixar de ser perigosa; entretanto não devemos trepidar, porque estou certo também que a conservação dêle temporariamente é mais prejudicial e funesta”.

E que faz então o Juiz? Solicita “a nomeação de um delegado de polícia militar, enérgico e inteligente, em quem possamos descansar e algumas praças de polícia ou de linha; certo de que nada poderemos conseguir, porque as autoridades nomeadas não merecem minha confiança”.

Valha, porém, o depoimento a respeito do jesuita estrangeiro, cuja presença era reclamada pelo povo: coisa muito para estranhar diante dos termos do decreto de expulsão, que apontava nos inicianos um perigo para a ordem pública. E nisso

estava a sua lógica oficial, que, todavia, temia a convulsão e a desordem.

Lógica, convém repetir, quanto à concepção do Estado, que era, no caso, a de fazer prevalecer os seus poderes, indo mesmo à violência policial para evitar a desordem. Mas isso que se chamava a desordem, não merecia bem o nome; era um movimento de integração religiosa, pelo que tocava ao Bispo de Olinda, intransigente na sua ação; e quanto ao Quebra-Quilos — tomado como desafio ao governo, como, por sua vez, havia sido a Questão Religiosa — era uma insatisfação social da qual o governo não aprofundou as raízes.

Mas, diante da Igreja, o procedimento do Estado era sempre êsse: punir, aterrorizar. E temia-se o poder da Igreja! Um fraco poder, cuja coação é apenas moral. É bom lembrar a réplica do cardeal Manning a Gladstone, assim referida por Maritain:⁽⁶⁾ — “Por outro lado verificamos a indiscutível veracidade de afirmações como a da famosa réplica que o Cardeal Manning deu a Gladstone. “Se amanhã os católicos estivessem no poder na Inglaterra”, escreveu o cardeal Manning, “nenhuma lei penal seria proposta, nem a sombra de qualquer coação seria imposta à fé de qualquer homem. Quiseramos que todos os homens acreditassem plenamente na verdade, mas uma fé forçada é uma hipocrisia odiosa a Deus e ao homem... Se os católicos amanhã se convertessem em *raça imperial* dêstes reinos, jamais usariam do poder para manifestar a situação religiosa dividida e hereditária dêsse povo. Não fecharíamos uma só de suas Igrejas, Colégios ou Escolas, Continuariam a possuir as mesmas liberdades de que nós desfrutamos como minoria”. Tal afirmação — continua Maritain — é válida não apenas para a Inglaterra, mas para toda e qualquer nação amante da liberdade”.

No Brasil dominado pelo liberalismo e pelo anti-jesuitismo — o Brasil da Questão Religiosa — o espantinho era precisamente a Igreja, o governo teocrático, como diziam. O Es-

(6) — JACQUES MARITAIN — “O Homem e o Estado”, tradução de Alceu Amoroso Lima, Livraria Agir, 1952, 211.

tado, êsse estava no seu dever de ser intolerante, de prender os Bispos, de expulsar os padres, de fechar, praticamente, o noviciado, de intervir na vida religiosa; e ao cabo das contas a intolerante era a Igreja; e a expressão máxima dessa intolerância, o jesuita.

A expulsão não cairia no silêncio cúmplice da Igreja, em Pernambuco. Serviu, antes, para dar ensêjo a manifestações de fé e de solidariedade, que o governo ignorou, mas das quais deve tomar boa nota a História — já agora capaz de julgar os homens e de elucidar os fatos.

O Chantre José Joaquim Camello de Andrade, governador do Bispado, lavrou o protesto que se segue, em ofício ao presidente da Província, e que convém recolher como um testemunho da época, tanto quanto a resposta — que se seguirá — do presidente Lucena.

Eis o ofício do Chantre Camello de Andrade:

“Govêrno do Bispado, no Seminário de Olinda, 24 de dezembro de 1874.

“Ilmo. e Exmo. Senhor

A “folha oficial desta Província publicou ontem a Portaria de V. Excia., firmada de 21 do Corrente, pela qual foram expulsos dêste Bispado alguns poucos sacerdotes da Companhia de Jesus, que, quase há nove anos, viviam entre nós pacificamente dedicando-se com zelo e solicitude às funções sagradas de seu ministério e à árdua e difícil tarefa da educação da mocidade, com louvável proficiência, tendo para êste fim obtido do governo provincial as faculdades necessárias.

“Foram êstes pretisimos ministros da Religião Católica deportados desta Diocese por motivos que, a serem reais e verdadeiros, eu seria o primeiro a coibí-los e a envidar todos os esforços para os arredar de tão detestável empenho.

“Porém, Exmo. Senhor, onde se poderá achar fundamento para fazer uma imputação tão grave a sacerdotes católicos conhecedores de seus sublimes devêres! Não; não consta. Não se provou e nem se provará de modo algum a interven-

ção dos padres jesuitas nos movimentos sediciosos que têm aparecido em algumas Províncias do Norte do Império, movimentos que eu e todo o clero diocesano deploramos, e estamos bem longe de aprovar e promover.

“Nenhum Sacerdote desta Diocese, (que eu saiba) fomenta a sedição do Interior das Províncias de Pernambuco e Paraíba; antes, pelo contrário, sei de vários Párocos que têm impedido em suas freguezias êsses levantamentos populares, e em outras têm abrandado os ânimos, poupando por êste modo derramamento de sangue e mais tristes ocorrências.

“Os poucos Padres da Companhia de Jesus que residiam em nossa Pátria hospitaleira, eram incapazes de levantar o povo contra as autoridades legítimamente constituídas, e nenhuma parte tiveram nos ominosos acontecimentos dos nossos sertões.

“Bem convencido disto, não me permite a consciência que guarde silêncio nesta ocasião, quando pede a verdade, a justiça e a religião que eu dê testemunho da inocência e religiosidade de tão venerandos Sacerdotes de Jesus Cristo, os quais, se não estivessemos nos deploráveis tempos, que atravessamos, por certo achariam justiça onde acharam hospitalidade franca, e prestaram serviços importantes à Religião do País.

“Portanto, em nome da Santa Igreja de Jesus Cristo, desrespeitada nas pessoas daqueles seus Ministros, em nome da justiça, da verdade e da inocência perseguida, muito respeitosa e protestamos contra a expulsão dos Rvdos. Padres Jesuitas, desta Diocese, sem razão nem causa que autorizasse tão violento procedimento, o qual certamente vai encher de mais dolorosas e sentidas máguas o magnânimo coração do Venerando e Imortal Chefe do Catolicismo.

“Protesto também contra a inexata asseveração de que os Rvdos. Padres Jesuitas se houvessem constituído, nesta Diocese, centro de todo o poder eclesiástico; poder êste que se tem conservado sempre firme nas mãos do nosso amado Bispo, o Exmo. Senhor D. Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e por delegação dêle, nas minhas embora muito indignas, sem que no exercício dêle tivessem a mínima ingerência os mencionados Padres.

“Protesto finalmente que nem S. Excia. Rvma. nem eu, nem nenhum sacerdote católico desta Diocese, recebemos influxo, ou fomos incitados pelos Rvdos. Padres Jesuitas para procedermos como temos procedido, e havemos de proceder no presente conflito religioso, sempre de conformidade com as leis de Deus e de sua Santa Igreja.

“Não, Exmo. Senhor Presidente; não é só ao clero estrangeiro que Deus Nosso Senhor confere a sua graça, não é só êsse clero que sabe cumprir os seus sagrados devêres. O clero nacional, o clero desta Diocese de Olinda, digam dêle o que quizerem, também sabe o que deve a Deus e à sua consciência; também sabe dar a Deus o que é de Deus, e a Cesar o que é de Cesar.

“Digne-se V. Excia. aceitar êste meu protesto, no qual, espero, não verá mais do que o exercício regular do sagrado direito de legítima defesa.

“Deus guarde a V. Excia.

“Ilmo. e Exmo. Senhor Dr. Comendador Henrique Pereira de Lucena, Presidente de Pernambuco.

“Chantre José Joaquim Camello de Andrade, Governador do Bispado”.

Êstes eram, de fato, uns “ominosos tempos”. Dom Vital estava preso. Machado de Assis havia admirado aquêlê bispo “turbulento”, quando entrava serenamente no Tribunal que ia julgá-lo. Vinha de Pernambuco, o rebelado. O govêrno imperial estava disposto às últimas consequências. O presidente Lucena havia mudado de atitude. Dom Vital fôra para êle, pouco antes, “o nosso distinto comprovinciano”. Agora era um sedicioso, um Bispo que amargava no cárcere a veleidade de ser fiel à Igreja.

Vinha mais o Chantre Camello de Andrade, num bravo ofício, protestar contra a expulsão dos jesuitas estrangeiros, que segundo a mentalidade oficial, fomentavam a indisciplina e a revolta do povo. Havia de receber, o Chantre, Governador

do Bispado, a resposta que merecia, já que se atrevera a lamentar os atos do governo. E a resposta foi esta:

“Em 9 de janeiro de 1875

“Ao Governador do Bispado.

“O ofício, ontem recebido, de 24 de dezembro próximo passado, em que V. Revma. articula um protesto contra a portaria desta Presidência de 21 daquele mês, fazendo sair do território do Império os Jesuitas, residentes nesta Província, é pretencioso e sobremodo impertinente.

“Pretencioso, porque supõe uma competência, que V. Revma. não tem, qual é a de julgar da legalidade e justiça dos atos administrativos desta Presidência.

“Impertinente, porque não é dado em boa fé inocentar-se o procedimento reprovado dos padres jesuitas, tanto na questão lamentável, que impensadamente levantou a autoridade eclesiástica, como em suas tristes consequências, principalmente depois de conhecidos os documentos que instruem a referida portaria.

“Releva dizer que é tanto para admirar êsse protesto incabível, quanto é de estranhar que o Governador do Bispado não tivesse até hoje uma palavra evangélica em nome da religião de paz e de amor, ensinada por Jesus Cristo, a bem da ordem pública e do povo incauto movido pelos agentes do fanatismo e da anarquia; entretanto que reclama a favor dos padres estrangeiros, que se tornaram perigosos ao Estado concorrendo para o extremecimento do sossêgo geral”.

(a) Henrique Pereira de Lucena”

Nesse ofício, quase polêmico, sente-se que o presidente da Província representa, em todo o rigor da expressão, toda a filosofia do Regalismo — à qual, diga-se de passagem, não seria fiel com a continuação dos tempos...

Que tinha o Chantre e Governador do Bispado de protestar, se o Estado é que sabia bem o perigo que corria? Pois não havia toda uma campanha contra os jesuitas? Não eram

êles, além de fanáticos e ultramontanos, os sediciosos? Que justiça histórica — tão reclamada, mais tarde, por Eduardo Prado — mereciam êles do governo, se eram apontados como agentes da desordem?

Deve-se registrar que nisso tudo havia a influência direta, decisiva da Imprensa dita liberal, da imprensa maçônica, na sua luta desesperada contra a Companhia de Jesus. Isso havia envenenado o espírito público. Mas o governo, só por si, não seguiria a imprensa, não faria dela o seu dogma político e a sua filosofia liberal, se a influência da Maçonaria não se fizesse sentir através do Visconde do Rio Branco.

O Imperador talvez não tenha cedido a uma coisa nem à outra — nem à imprensa, cuja liberdade, aliás, tanto estimou e preservou, nem ao Visconde; e sim ao que julgou ser a sua autoridade desafiada, pois a Igreja não seria mais do que uma instituição muito respeitável, mas submetida ao poder civil; tudo estaria muito bem enquanto essa ordem subsistisse, embora, a rigor, nunca tenha sido alterada: nem os Bispos nem os padres pregaram nem praticaram a subversão, naquele momento. Para desfazer a impressão de que os padres haviam pregado o Quebra-Quilos como movimento sedicioso, bastaria ler os ao que parece esquecidos discursos que o deputado Tarquínio Bráulio de Sousa Amarantho proferiu na Câmara, com o testemunho, inclusive, de autoridades policiais.

Ficaria até aos primórdios da República o ranço contra os jesuitas, invencíveis fanáticos, capazes de meter medo às autoridades... Um caso curioso é êsse que se relata no seguinte ofício do padre Sebastião Constantino de Medeiros: -

“Seminário de Olinda, 3 de agosto de 1875.

“Ilmo. e Exmo. Senhor

“Tendo nomeado o revd. Guilherme Verde-Rosa coadjutor da paróquia de Barreiros, como cientifiquei a V. Excia., aconteceu que o Revdo. Pároco de acôrdo com o Delegado de Polícia daquela localidade, se bem que aquele indiretamente, im-

pedira a posse do Revdo. nomeado pretextando falsamente ser êle jesuita.

“Convencido como estou, de que V. Excia. condenará em tais circunstâncias o procedimento daquela autoridade policial, peço a V. Excia., que providencie no sentido de impedir a reprodução de semelhante procedimento, chamando à ordem dita autoridade e impondo-lhe o exato cumprimento de seus devêres.

“Pela minha parte já providenciei a respeito do Revdo. Pároco.

“Reitero a V. Excia. os protestos de minha estima e consideração.

“Deus guarde a V. Excia.

“Ilmo. Exmo. Senhor Dr. João Pedro de Carvalho Moraes, Presidente da Província.

“(a) P. Sebastião Constantino de Medeiros
2.º Governador do Bispado em exercício”.

Pelo menos êsse não era jesuita... Mas, quando vemos o paroco de acôrdo com o delegado de Polícia — até onde se pode deduzir do ofício acima — no impedimento dum simples coadjutor, não podemos dizer que as coisas iam bem para a Igreja. Para o Estado, sim, iam bem. Quanto mais jesuitas impedidos, melhor.

Barreiros parecia ter especial horror ao jesuitismo. Além dêsse caso, *A Província* de 23 de março de 1877, em carta à redação sob o título “Um Brado de Indignação”, publicou um protesto assinado por “Um Barreirense” contra a exoneração do padre João de França Câmara, “a bem do serviço da Igreja”. A exoneração foi feita por Dom Vital. Termina o missivista — cujo protesto é datado de 22 de março de 1877 — dizendo que “os Barreirenses não consentirão que seja coadjutor de sua freguezia jesuita algum”.

O ódio era, portanto, visceral. Mas, nem por isso, a ex-

pulsão dos jesuitas estrangeiros deixava de ser analisada à luz dos fatos, deixando o governo sem maiores argumentos, que não fôssem o pretexto de, ligando-os à sedição, responsabilizá-los pela desordem, levando essa responsabilidade até à punição mais violenta.

Não deixava de ser, por isso, um tanto heróico, num ambiente como êsse, toldado por tantas paixões, e quando o governo tomava tais atitudes, que o deputado Tarquínio Bráulio de Souza Amarantho viesse dizer na Câmara Temporária — conforme o registo d’*A União* de 1.º de agosto de 1874 — que aceitava a qualificação de “ultramontano e de jesuita, porque é essa a denominação que os inimigos da Igreja dão aos verdadeiros católicos”.

Coube-lhe papel saliente na Câmara quando, em sessão de 30 de março de 1875, proferiu um longo discurso sôbre a Fala do Trono. O problema capital era, já se vê, a Questão Religiosa, mas, já agora, sob um nôvo prisma — a expulsão dos padres da Companhia. Não esqueceu o padre Ibiapina, incluído no processo de sedição, “e que só não foi pronunciado, porque a sua prisão podia trazer sérias dificuldades à ordem pública”. O que levou o deputado João Mendes a acrescentar em parte: — “é o caso do Bispo de Mariana”.

A análise do Quebra-Quilos, feita por Tarquínio nessa oração, é das mais lúcidas que podemos ter do movimento: análise infelizmente esquecida. “Para a sedição — diz o orador — concorreram indivíduos de ambos os partidos, liberais e conservadores, mas sem fim político, sem o acôrdo das influências políticas, e levados sômente pelas opressões que sofriam, pelas fraudes de que são vítimas”.

Não era possível desconhecer a verdade “tão evidente”, atribuindo-se o movimento a homens que nada tiveram a ver com êle. Ao que o mesmo deputado João Mendes diz em aparte: — “Teve por fim justificar a deportação dos jesuitas”.

Na sessão de 31 de março de 1875 volta o deputado Tarquínio de Souza a tratar do mesmo assunto, pedindo ao governo que deixasse a Igreja governar-se livremente. E quan-

to aos jesuitas expulsos presta a seguinte informação, de resto muito valiosa e oportuna: — “Eram em muito pequeno número, não passavam de nove, os padres jesuitas, que residiam em Pernambuco. Quatro estavam em S. Lourenço da Mata, um no Recife, dois na Vila do Triunfo, um na freguezia de Pau d’Alho e outro finalmente na Paraíba do Norte, no engenho Tibiry, próximo à capital daquela província.

“Eram êsses lugares — acentua o orador — em que se achavam os padres jesuitas ao tempo em que rebentou a sedição, e é fato incontestável, que eu afirmo sem receio de ser contrariado, que em nenhum dêsses lugares penetrou a sedição e em todos êles as populações conservaram-se inteiramente pacíficas, ocupando-se em seus trabalhos ordinários, no fabrico dos templos e na prática de exercícios rigorosos.

“Os movimentos sediciosos — esclarece — começaram na província da Paraíba, onde estava apenas um padre jesuita, brasileiro, no engenho Tibiry, propriedade do Dr. Francisco Lacerda de Souza Rangel, cidadão reconhecidamente pacífico, amigo particular do presidente da província, o qual depositava tanta confiança no Dr. Rangel que não duvidou fazer apêlo aos serviços do mesmo Dr. Rangel, pedindo-lhe o seu auxílio para o fim de debelar a sedição”.

Refere ainda Tarquínio, no mesmo discurso, que no mesmo dia da assinatura da portaria de expulsão, partiram tropas para todos os pontos da Província onde estavam os jesuitas, “os quais foram trazidos prêso pelas ruas da cidade, como que em triunfo, e acompanhados para bordo de um navio de guerra por soldados de cavalaria e armados de clavinotes, como se fôsem grandes facínoras”.

“Foi êsse — remata — o espetáculo que presenciamos na cidade do Recife, foi assim que procederam os agentes do governo imperial com sacerdotes católicos, simples padres estrangeiros, completamente inofensivos, que não tinham outro crime, que o de serem fiéis à causa da Igreja, nem outras armas que a da paciência e da resignação”.

Prêso também estava o governador do Bispado, Chantre Camello de Andrade, que os havia defendido, porque se recusara a levantar os interditos das Irmandades.⁽⁷⁾

As prisões iam resolvendo o grave problema, segundo a mentalidade do tempo, daqueles que, por excessivamente legalistas, viam sempre nessa legalidade *à outrance* — como lembra Thomas Merton ⁽⁸⁾ num retrato quase pitoresco — a própria dialética da História...

Está claro que o govêrno estava no seu dever, exigindo o cumprimento da lei para dominar a sedição. Mas não podia — como salientou Tarquínio de Souza — expulsar os jesuitas sem processo formado, porque aí, com efeito, a legalidade hierática do poder civil ficou atingida: já não era mais legalidade, era a violência. De que lado ficou, no caso, o chamado ultramontanismo é que não será tão difícil ver.

Compreende-se que, em certos momentos, haja confusão e indistinção nas coisas, que os fatos, por vêzes, não se mostrem tão evidentes. Mas que cabia ao govêrno, exercido, vale a pena lembrar, a grande distância dos acontecimentos e numa Província já convulsionada pela Questão Religiosa, com o sentimento católico naturalmente exaltado? Cabia-lhe o máximo de serenidade e de isenção.

Ou, pelo menos, usar dum argumento simplista: seria possível que tão poucos jesuitas levantassem tão séria e generalizada sedição, como foi o Quebra-Quilos? Seria possível envolver o Bispo Dom Vital, que estava prêso, na subversão? Seria possível transformar um missionário — o padre Ibiapina — que cuidava só de suas Casas de Caridade, em tão vasto motim?

(7) — O *Diário de Pernambuco* de 17 de março de 1875, sob o título “Questão Religiosa”, publica a sentença do Juiz de Direito de Olinda, condenando o Chantre José Joaquim Camello de Andrade a quatro anos de prisão, com trabalhos.

(8) — THOMAS MERTON — “Questões Abertas” — tradução das religiosas do Priorado da Virgem de Petrópolis — Livraria Agir, 1963, pág. 126.

A luta era, de fato, entre a Igreja e o Estado. E a êste é que coube criar pretextos para punir os eclesiásticos que, num dado momento da evolução da sociedade patriarcal, tomaram a consciência de sua tarefa e a executaram sem temor nem hesitação, no campo estritamente religioso.

Que futuro aguarda o trono, depois disso, perguntava Dom Vital?

A Feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54)

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

Na margem continental da entrada sul do canal de Itamaracá, que separa a ilha dêste nome do continente, no lugar chamado "Sítio dos Marcos" ou "Pôrto Velho", foram encontrados fragmentos de louça portuguesa do século XVII; viam-se ali, também, restos de antigos alicerces de alvenaria. O Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, pelas suas Divisões de Antropologia Tropical e de História, decidiu realizar escavações no lugar, por se tratar de sítio de reconhecida importância histórica, sede que foi da antiga feitoria régia levantada em 1516 por Cristóvão Jaques.

O canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente tem duas entradas: a do norte, chamada barra de Catuama, e a do sul, conhecida no século XVI por barra, pôrto ou baía de Pernambuco. Do fundo desta barra do sul avistam-se as embarcações que passam ao longo do litoral. Tanto em Catuama como na antiga barra de Pernambuco e, ainda, no lugar chamado Itapiçuma, a meio caminho das duas entradas do canal — e que por isso era conhecido pelo nome muito castiçamente português de Tramba-las-águas — estavam localizadas as passagens de acesso à Ilha. Das duas entradas do canal a mais importante como ancoradouro e abrigo é a do sul; historicamente tem ela alta significação, pois que lhe foi atribuída de início a denominação de Pernambuco. No *Livro de Marinharia* de João de Lisboa, compilação de papéis diversos feita por êsse experimentado piloto quinhentista, alguns de sua autoria, outros alheios, estão anotadas várias alturas de acidentes da costa

do Brasil, entre os quais “Pernambuquo” e “Ilha da Ascensão” (isto é, de Itamaracá), aquêles em 7 graus e $\frac{3}{4}$ e esta em 8 graus sul. Como um daqueles papéis, o “Tratado da agulha de marear”, está datado de 1514, tem sido consignada a mesma data a todos os outros, o que é contestável e aliás contestado (*Livro de Marinharia* edição de Brito Rabêlo, Lisboa 1903, p. 89 e Joel Serrão, editor, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, em curso de publicação, verbete “João de Lisboa”). Se a indicação “Pernambuquo” fôsse de 1514, seria a mais antiga referência conhecida a êste topônimo, de origem tupi, que se compõe em “paraná buc” significando furo ou arrebentação do mar (a etimologia é, aliás, controvertida). Se não é de 1514, não tarda êle a ser registrado na cartografia portuguesa, pois aparece no planisfério feito em Sevilha por volta de 1519, atribuído a Jorge Reinell (geralmente conhecido por Kunstmann IV) e num dos mapas do atlas de Lopo Homem e de Pedro e Jorge Reinell de cerca de 1519/22 (Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* 5 vls., Lisboa 1960, I estampas 12 e 22).

A divulgação do topônimo parece estar ligada ao estabelecimento no fundo da barra sul do canal de Itamaracá, por Cristóvão Jaques, de uma fortaleza-feitoria, de iniciativa da coroa portuguesa. Cristóvão Jaques, o fundador, estêve duas vezes no Brasil, em 1516/19 e em 1526/28. A sua primeira viagem ocorreu, segundo o genealogista português José Freire Montarroyo Mascarenhas (1670-1760), que parece ter compulsado documentação não conhecida hoje dos historiadores, de 21 de junho de 1516 a 9 de maio de 1519 (*História da Colonização Portuguesa do Brasil* 3 vls., Lisboa 1922-24, II, p. 363). Fontes contemporâneas confirmam a sua presença no Brasil em duas ocasiões. A primeira, acêrca da qual há (ou houve) maior controvérsia, notadamente em relação ao período em que ocorreu, é comprovada por depoimentos da década de 1520, a saber: 1.º) João da Silveira, embaixador português na França, ao dar a notícia a D. João III, em carta datada de Paris em 14 de dezembro de 1527, de uma expedição francesa destinada a “hum grão rio na costa do Brasil”, esclarece que “o rio creio que he o que achou Cristóvão Jaques” (*História da Colonização cit.*, II, p. 383); 2.º) Luís Ramirez, tripulante da

expedição de Sebastião Caboto, em carta datada do Rio da Prata em 10 de julho de 1528, ao referir a chegada ali em 1527 de uma armada portuguesa, acrescenta que “acordó el Señor Capitan General de bolver abajo, porque se temia que en la dicha armada benia Christoval Jaques, Capitan del Rey de Portugal, que otra vez, como tengo dicho, avia venido a este Rio de Solís, y prometió al dicho Francisco Puerto, que alli allamos, que bolveria”... (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. XV, 2a. ed., Rio 1888, p. 37).

Nesta primeira viagem, de 1516 a 1519, Cristóvão Jaques estabeleceu, nas próprias palavras de D. João III na carta de doação da Capitania de Pernambuco em 1534, “a primeira casa de minha feitoria” na margem continental “do rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá” (José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* 4 vls. Recife 1844-48, I, p. 43). O “rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá”, a qual, na palavra dos geógrafos, é uma típica “ilha marginal engastada”, é, na verdade, o canal que separa a Ilha do continente, sendo que a entrada sul foi dividida, nos têrmos da referida carta de doação, a metade meridional para o donatário de Pernambuco e a metade norte para o donatário da Capitania de Itamaracá: “a linha divisória se estenderá do meio da barra” em direção ao interior das terras (liv., vol. e p. cit.).

A “casa de minha feitoria” estava localizada no continente, pois era êste o território concedido ao donatário de Pernambuco: “ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda do sul do dito rio [entenda-se, do canal], onde Cristóvão Jaques fêz a primeira casa de minha feitoria”. A cinquenta passos dela, “pelo rio a dentro [isto é, pelo canal acima] ao longo da praia”, determinou o Rei que fôsse levantado “um padrão de minhas armas” (liv., vol. e p. cit.). Situava-se, portanto, a casa da feitoria no fundo da barra sul do canal de Itamaracá, local de onde são avistadas, como ficou dito, as embarcações que passam ao longo da costa. O lugar é hoje conhecido, o que já ficou indicado, como “Sítio dos Marcos” ou “Pôrto Velho” (Mário Melo, “A primeira feitoria de Pernambuco”,

Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano n.º 155/158, Recife, 1935, p. 21).

Levantada quando da viagem de Jaques em 1516/19, a feitoria ainda existia em 1526, na ocasião da passagem por Itamaracá de Sebastião Caboto, navegador veneziano a serviço da Espanha, a qual ocorreu antes da chegada ao Brasil de Cristóvão Jaques na sua segunda viagem de 1526/28. Caboto, ao atingir o litoral pernambucano, foi informado por um português (Jorge Gomes) que o local "se llamaba Paranabuco e quel Rey de Portugal tenia alli una feitoria para el trato del brasil" (carta de Luís Ramirez, *Revista cit.*, p. 16). Sebastião Caboto, êle próprio, respondendo a inquérito na Casa de Contratação de Sevilha em 1530, declarou que em 1526 atingiu o Brasil "en un lugar que se dice Fernandbuco, adonde el serenísimo Rey de Portugal tiene una casa fuerte con un factor é doce personas"; Gregório Caro, companheiro de Caboto, esclareceu no mesmo inquérito que a chegada se verificou no "puerto ó rio de Fernanbuco, questá em ocho grados de otra parte de la linea equinocial" e que ali conheceu "a un portugues que se dice Jorge Gomez, que estaba en la feitoria de Pernambuco, desterrado de Portugal, que fué el primero que fué á la nao capitana después que llegaron a la dicha playa de Pernambuco"; Casimiro Nuremberguer, gentilhomen alemão, também da armada de Caboto, acrescentou que no porto onde arribaram "está un rio pequeño, que no pueden entrar á el naos á cabsa ques muy bajo, y que llegados ali estaba hecha una fortaléza del señor Rey de Portugal, é está alli un factor del Rey de Portugal, que se llama Manuel de Braga, é la fortaleza llaman Hernanbuco, é que alli estan trece ó catorce cristianos portugueses, porque alli és el trato del brasil del Rey de Portugal" (José Toribio Medina, *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España* 2 vls., Santiago de Chile 1908, I pp. 121/122 e II pp. 153 e 251). O piloto Alonso de Santa Cruz, também da mesma armada, recordou mais tarde no seu *Islario General de todas las islas del mundo*, que "dentro en la baya de Pernambuco do tienen los portugueses un asiento que ellos llaman factoria, está una pequeña ysla de hasta tres leguas de largo y una de ancho, habitada de yndios y algo

esteril y algo alta, llamada ysla de la Ascension" (*Islario General* ed. de D. Antônio Blasquez, 2 vls., Madrid 1918, I, p. 543).

As informações claras e exatas dêsses documentos espanhóis revelam, em resumo, que a feitoria (casa-forte ou fortaleza) estava situada à margem de um rio pequeno, a oito graus sul da Equinocial, nas proximidades de uma ilha chamada da Ascensão, e que o porto e o lugar eram chamados de Pernambuco (com variantes), onde se fazia o trato do pau-brasil, sendo que o ancoradouro não tinha condições para abrigar naus, por ser pouco profundo. A feitoria era chefiada por Manuel de Braga e nela estavam 12 a 13 portugueses, sendo um dêles o degredado Jorge Gomes. De tudo isto puderam os espanhóis tomar demorado conhecimento, pois permaneceram no pôrto de Pernambuco pouco menos de quatro meses (de 3 de junho a 29 de setembro de 1526).

A barra ou entrada sul do canal de Itamaracá era, de fato, chamada àquele tempo de "pôrto", "baía" e "rio de Pernambuco", depois de "Pernambuco Velho", quando Duarte Coelho estabeleceu mais ao sul (cêrca de 1536) a sede da sua Capitania, à qual deu o nome de Olinda, e o ancoradouro nôvo recebeu a mesma denominação do antigo (Eugênio de Castro, *Pernambuco e Rio Grande*, Rio 1929, pp.11/12). "Bahia de Pernambuco" chama-a Hernando de la Torre no "Derrotero del viage y navegacion de la armada de Loaisa" datado de 11 de junho de 1528, publicado por D. Martin Fernandez de Navarrete, *Coleccion de los viages y descubrimientos que hicieron por mar los españoles* 2a. ed., 5 vls., Buenos Aires 1945/46, V p. 228; "rio de Pernambuco" denomina-a Pero Lopes de Sousa no seu *Diário de Navegação* (1531) editado por Eugênio de Castro, 2a. ed. 2 vls., Rio, 1940, I, pp. 134 e 138; "porto de Pernambuco" é como menciona o "Regimento e consenssa da costa do Brasil" (1540), transcrito no liv. e vol. cit., p. XXI.

Durante a sua segunda viagem ao Brasil, de 1526 a 1528, Cristóvão Jaques estêve na feitoria que dez anos antes levantara em Pernambuco. Comandava agora, na qualidade de

“Governador”, uma armada de seis navios — depois reduzida a quatro — e sua missão era de fazer afastar da costa os navios franceses que aqui vinham traficar com pau-brasil e com “grande número de alymaryas estranhas e passaros” (*História da Colonização* cit., III p. 60, 71 e 74). De sua passagem então por Pernambuco dão notícia os documentos do navegador espanhol D. Rodrigo de Acuña ou a êle relativos, de 1527 e 1528, uns datados “desta fatorya de Pernambuco tyerra del Brasyl” e outros simplesmente “de Pernambuco”: Navarrete, *Collección de los viajes* cit., V pp. 214/220 e 286/294, *Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acêrca das navegações e Conquistas Portuguesas*, Lisboa 1892, pp. 488/489, *História da Colonização* cit., III, pp. 89/90 e *As Gavetas da Torre do Tombo* vol. IV, Lisboa 1964, pp. 303/308. Outra notícia encontra-se na carta de 1528 em que Duarte Leite, um dos comandantes de unidade da frota de Jaques, se queixava ao Rei do seu chefe (*História da Colonização*, cit., III p. 90).

Do período da passagem por Pernambuco de Cristóvão Jaques é um documento citado por Varnhagen (e que ninguém mais até hoje viu), do qual consta a entrada em 1526 em Portugal de açúcar procedente “de Pernambuco e Tamaracá” (*História Geral do Brasil* 4a. ed., 5 vols. Rio de Janeiro 1948-53, I, p. 122). Gil Maranhão, partindo da observação exata de que o local da feitoria, no sítio dos Marcos, não se prestava, pela natureza do solo, à agricultura da cana, sugere que a ter havido então um engenho estaria êle localizado na Ilha de Itamaracá, e o embarque teria ocorrido no “pôrto de Pernambuco” e daí a referência aos dois topônimos (“O açúcar no Brasil antes das donatarias”, *Diário de Pernambuco* de 12 de junho de 1938, recolhido na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* vol. 40, Recife 1946, pp. 96/106).

Pero Lopes de Souza escreve que ao chegar ao “rio de Pernambuco” em fevereiro de 1531 “havia dois meses que ao dito rio chegara um galeão de França e saqueara a feitoria e roubara tôda a fazenda que nela estava del Rei Nosso Senhor”, tendo o feitor, Diogo Dias, se retirado para o Rio de Janeiro. A casa da feitoria, contudo, ainda se conservava, e para ela

foram recolhidos os doentes que havia nos navios da expedição da qual aquêle futuro donatário de Itamaracá fazia parte. Pouco mais tarde a feitoria foi alvo de um segundo ataque dos franceses, em começos de 1532, desembarcados agora da nau *La Pèlerine*, os quais encontraram ali seis portugueses, provavelmente alguns dos doentes deixados a convalescer (*Diário da Navegação* cit., I, pp. 134/135 e 379, carta datada “Deste Pernambuco” 24 de fevereiro de 1531, *História da Colonização* cit., III, p. 138 e J.D.M. Ford, *Letters of John III King of Portugal*, Cambridge, Massa., 1931, p. 69). Frei Vicente do Salvador conta que os atacantes da *La Pèlerine* não se estabeleceram no continente, onde ficava a feitoria, mas levantaram uma fortificação na Ilha de Itamaracá, a qual foi mais tarde tomada por Pero Lopes de Sousa, que a fêz arrasar e mandou em seguida construir “outra nos Marcos, para resguardo da feitoria del Rey, que depois Sua Alteza deu a Duarte Coelho” (*História do Brasil* (1627), 5a. ed., São Paulo 1965, p. 140).

O apresamento da nau marselhesa *La Pèlerine* pelos portugueses e a tomada da fortaleza que os franceses haviam estabelecido em Itamaracá deu origem a um processo judicial iniciado pelos armadores daquela embarcação, a cuja interpeção os acusados responderam com sua contestação, ou no português quinhentista, com sua “contrariedade”. Para firmar o direito de precedência da corôa portuguesa àquelas terras do pau-brasil, os argüidos não só salientaram a antiguidade da posse, como a ocupação efetiva do pôrto de Pernambuco pelos seus patrícios. A antiguidade e a permanência da ocupação estão exageradas nos “provarás”, a ponto de, no primeiro caso, ser atribuída a presença portuguesa no local ao início da década de 1490 e o começo do povoamento aos primeiros anos do século XVI. Segundo um dos “provarás”, em 1532 “em Fernambuco, porto do Brasil,... estava um castelo e fortaleza feita por el Rei Nosso Senhor e seus vassallos portugueses a qual havia trinta anos e mais que no dito pôrto era feita e era o dito castelo e porto habitado pelos portugueses que tinham aí suas casas de morada havia quarenta anos e mais”. E em outro passo se amplia a informação de que “na dita fortaleza como derredor dela havia muitas casas

e povoações de muitos portugueses e estava junto da dita fortaleza edificada uma igreja em que se celebravam os ofícios divinos, a qual fortaleza custou a fazer mais de dez mil cruzados” (Jordão de Freitas, “O descobrimento pré-colombino da América Austral pelos portugueses”, *Lusitânia Revista de Estudos Portugueses* fascículo IX volume III, Lisboa s. d., pp. 6/9 da separata). O notável historiador dos descobrimentos portugueses, Duarte Leite, apontou a inconsistência destas afirmações, ao acentuar que “fraca é a proposição apenas assente em provarás, já que estas peças de processos bastas vêzes arguem com fatos contestáveis ou mal contados” (*História dos Descobrimentos* 2 vls., Lisboa 1958-60, I, p. 348); Jaime Cortesão, pelo contrário, aceita a possibilidade de existência daquela primitiva ocupação (*Os Descobrimentos Portugueses* 2 vls., Lisboa s. d., II pp. 107/109).

Documentos contemporâneos mencionam os nomes dos que tiveram a seu cargo a administração da feitoria dos Marcos. Quando do primeiro ataque francês a ela — que ocorreu em dezembro de 1530, segundo a indicação acima transcrita de Pero Lopes de Souza — Diogo Dias era o feitor (*Diário da Navegação* cit., I, p. 166); depois do segundo ataque, o da *La Pèlerine*, ocupou o cargo de capitão da feitoria — função que em geral era exercida cumulativamente com a de feitor — Vicente Martins Ferreira durante os anos de 1532 a 1533, substituído por Paulo Nunes nos anos de 1533 até a chegada de Duarte Coelho em 9 de março de 1535 (*História da Colonização* cit., III, pp. 155 e 163 nota d). Outros membros da feitoria e de sua guarnição militar são conhecidos: Diogo Vaz foi condestável da artilharia e depois bombardeiro de 1532 a 1535 e Heitor de Barros era o escrivão em 1535 (*História da Colonização* cit. vol. e p. cit.). Antes, em 1528, servira na feitoria como escrivão um Juan Vaz (ou Vasquez) Mergullon, cujo nome aparece à espanhola por ser em espanhol o documento (Navarrete, *Coleccion de los viages* cit., V pp. 287, 293 e 294).

Duarte Coelho, ao vir de Portugal a tomar posse da sua Capitania, “foi desembarcar no Rio de Igaragu, onde chamam os Marcos, porque ali se demarcam as terras de sua Capita-

nia com as de Itamaracá... onde já estava uma feitoria del Rei para o pau-brasil e uma fortaleza de madeira que el Rei lhe largou”, segundo informação de Frei Vicente do Salvador (*História do Brasil* cit., p. 129). No local pretendeu o donatário estabelecer uma vila, a que deu o nome de Santa Cruz. Seu filho, Jorge de Albuquerque Coelho, em uma provisão datada de Lisboa em 2 de setembro de 1594, conta que “Duarte Coelho Pereira, meu Senhor e Pai, que Deus tem, ao tempo que foi povoar a dita Capitania de Pernambuco, parecendo-lhe que em Santa Cruz, que é o lugar e sítio que se chama os Marcos, que dividem a dita minha Capitania da de Itamaracá, se fizesse uma vila, fêz mercê à dita vila de Santa Cruz de tôdas as terras e marinhas do Rio Doce até Jaguaribe”, doação que êle, Jorge de Albuquerque, revogava, “porque a dita vila de Santa Cruz não se fêz” (Instituto Arqueológico Pernambucano), “Registro das ordens dêste Govêrno, correição e outras antigas”, organizado em 1807 por ordem do Ouvidor Clemente Ferreira França, fls. 55).

Ainda hoje o local é chamado de sítio dos Marcos, no plural, como acontecia em 1594, segundo se vê da provisão acima transcrita e da *História do Brasil* que Frei Vicente do Salvador acabou de escrever em 1627. Entretanto só chegou até nós um marco que se conserva no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, para onde foi levado em 1888 e apresentado em sessão de 28 de junho daquele ano (*Jornal do Recife* de 14 de julho de 1888) e é monumento nacional inscrito no livro do tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*Diário Oficial da União* de 15 fevereiro de 1955, seção I, p. 2.407). Ao doar o território da Capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, em 10 de março de 1534, determinou D. João III, referindo-se à feitoria levantada por Cristóvão Jaques, que “a cinquenta passos da dita casa da feitoria, pelo rio a dentro, ao longo da praia, se porá um padrão das minhas armas”, que serviria de divisa norte da Capitania. Na doação a Pero Lopes de Souza da Capitania de Itamaracá, em 21 de janeiro de 1535, ordenou aquele soberano que “a cinquenta passos da casa da feitoria que de princípio fêz Cristóvão Jaques, pelo rio a dentro, ao longo da praia, se porá um padrão das minhas armas” (Fernandes

Gama, *Memórias Históricas* cit., I, pp. 43 e 106 respectivamente). Portanto, dois eram os padrões que o Rei mandava que fôssem chantados nas proximidades da antiga feitoria de 1516 e daí a referência quinhentista a “os Marcos”, no plural. Há mais: existe comprovação cartográfica da existência dos dois padrões. No atlas do Brasil de 1640 da autoria de João Teixeira (o 1.º), que pertenceu à Casa Palmela e hoje se guarda no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, em Lisboa, há uma carta contendo a “Descrição da barra, & Ilha de Itamaracá, cõ os alojamentos do Inimigo Olandez quãdo a tomou, e fortificação da Villa”, muito minuciosa na representação das fortificações holandesas existentes na Vila da Conceição (a que os invasores denominaram de “cidadezinha Schkoppe”) e nas proximidades do Forte de Orange. Nesta carta, no local exato, no continente, estão figurados dois marcos, com a legenda: “Marcos que dividem esta Capitania da de P.” (P. é Pernambuco): Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, *Portugaliae Monumenta Cartographica* cit., IV, estampa 496 B. Parece possível admitir, à vista do que ficou indicado, a existência de dois padrões. Na segunda metade do século passado apenas um existia. Em 1871 uma comissão de membros do Instituto Histórico de Goiana (Pernambuco) foi ao local e descreveu o marco (*Jornal do Recife* de 27 de outubro de 1871, reproduzido na *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano* n.º 40, Recife 1891, pp. 99/107). Três anos depois foi ele fotografado e desenhado *in loco* por Victor Meireles, então em visita a lugares históricos de Pernambuco (*Diário de Pernambuco* de 11 de abril de 1874; a fotografia e o desenho na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Durante a guerra holandesa (1630-54) o sítio dos Marcos tomou nova importância, pois defendia a passagem para o sul da Ilha de Itamaracá, na qual os invasores haviam levantado em 1631 o Forte de Orange. A defesa da passagem era feita por meio de um barco ou iate ancorado a meio das águas do canal, como refere o cronista da Companhia das Índias Ocidentais, Jan de Laet (*Iaerlyck Verhael van de Verrichtinghen der Geoctroyeerde WIC* 2a. ed. 4 vls., Haia 1931-37, III p. 159). Quando da Insurreição Pernambucana (1645-54) os insurgen-

tes estabeleceram ali em 1645 Bento de Macedo da Faria “com uma companhia de mancebos”, com a qual “assistiu na estância que chamam dos Marcos, por ser de muita consideração, onde o inimigo pode sair com muito pouco risco, não estando tão bem fornecida” (Antônio Joaquim de Melo, *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da Província de Pernambuco* 3 vls., Recife, 1856-58, I, p. 164).

Em junho de 1646, conta Frei Manuel Calado do Salvador, chegou a João Fernandes Vieira a notícia “em como o inimigo tinha no rio que tem cercada a Ilha de Itamaracá, três naus nas três passagens por onde em baixamar de águas vivas se podia entrar na dita Ilha”, passagens que, do norte para o sul, eram chamadas de Catuama, Itapiçuma e dos Marcos. “Mandou logo carregar em carros três peças de artilharia, com todo o necessário para fazer uma plataforma, e dois bons artilheiros e oito companhias de atrevidos soldados, com animosos e experimentados capitães, e com ordem que, com todo o segredo possível, fizessem um trincheirão entre os mangues sôbre a primeira nau, que estava nos Marcos, e assentasse nela as três peças”, o que se fez. Com jangadas e lanchas foi acometida a “nau” (na verdade, uma “barca”, dizem os documentos holandeses), que foi tomada, seguindo-se o ataque à Vila da Conceição, que foi por eles abandonada com sua artilharia. De posse dela Vieira determinou ao Sargento-mor Antônio Dias Cardoso que “fabricasse da nossa banda [isto é, no continente], na passagem dos Marcos, uma fortaleza e a guarnecesse bem de peças e gente que pudesse defender e impedir que o inimigo entrasse por terra a dentro... e o Sargento-mor começou a fabricar a fortaleza, segundo lhe tinham dado por ordem, e conforme a pressa que lhe dava e o cuidado com que fazia trabalhar a gente, em breve estará perfeita e acabada” (*O Valeroso Lucideno* 2a. ed. 2 vls., Recife, 1942, II, pp. 345/350).

Da “fortaleza”, de fato um simples reduto, apoderaram-se os holandeses nos anos de 1648 e 1649, quando lhes chegaram da Holanda consideráveis reforços e os luso-brasileiros foram obrigados a se reagrupar nas proximidades do Recife para melhor enfrentar a ameaça. Em 1649 descreve-a um relatório

holandês: “o fortesinho dos Marcos está atualmente em perfeitas condições, provido de palissadas junto ao parapeito e do lado externo, em tórno do fôssô; entretanto, com o período das chuvas no parapeito deverão surgir certamente grandes brechas e o fôssô deverá se arruinar”, o que demonstra que o parapeito era feito de barro e o fôssô não tinha proteção de alvenaria (relatório de janeiro de 1649 apresentado por Simon van Beaumont ao govêrno holandês do Recife, transcrito na *Dagelijkse Notule* de 5 de fevereiro de 1649, Arquivo Geral do Reino, Haia, cartório da Companhia das Índias Ocidentais, Companhia Velha, maço 73). Em 1654, quando da rendição dos holandeses, o reduto contava quatro peças de artilharia (*Inventário das armas*, 2a. ed., Recife 1940, p. 65).

Em 1934 Mário Melo, secretário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, visitou o local e viu ali “antigas fundações de pedra e cal... que se prolongam para o canal, visíveis nas marés baixas” (*Revista do Instituto Arqueológico* n.º 155 a 158 cit., p. 20). Já então o mar avançava sobre a margem continental, e ainda hoje, nas marés vivas, as águas continuam a escavar a terra. No local foram encontrados fragmentos de louça européia do século XVII, pelo que em 1967 o Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, realizou escavações para situar o reduto.

As fundações de alvenaria são grosseiramente feitas, embora sólidas. Alcançam 80 centímetros abaixo do nível do solo. As escavações foram levadas à profundidade de 2 metros. Nesta profundidade e em níveis superiores foi encontrada considerável quantidade de cerâmica indígena de vários tipos, decorada ou não, a qual decrescia em quantidade à proporção que se atingia a superfície. Inversamente, a cerâmica européia de barro e de louça pintada existia em grande número nos níveis superiores e diminuía em número nos níveis mais profundos, até o de 1 metro e 80 centímetros de profundidade, muito abaixo dos alicerces de alvenaria. Ficava evidente, pois, que no sítio pesquisado tinham ocorrido contactos entre o indígena e o europeu num período anterior ao da construção do reduto dos Marcos, em 1646, os quais talvez remon-tem ao da feitoria de Cristóvão Jaques.

“L'ÉTRANGER” VISTO ATRAVÉS DO SEU ESTILO

LEÔNIDAS CÂMARA

Comecemos pela frase que Sartre coloca na sua “Explication de L'Étranger”, de Albert Camus: — “Como calar-se com palavras? Esta aposta implica o recurso a uma nova técnica”.

Jean Paul Sartre afirma o seguinte: “Que técnica é essa? Tinham-me dito: — É Kafka escrito por Hemingway. Confesso que não encontrei Kafka. As vistas de Camus são tôdas elas terrestres. Kafka é o romancista da transcendência impossível”.

Adiante encontraremos Sartre esclarecendo que a comparação da técnica narrativa de Camus com a de Hemingway “é mais frutuosa”. Também não hesitará o autor da Introdução na profecia de que, de futuro, Camus não lançará mão do estilo de “L'Étranger”. Finalmente dirá que o estilo de Camus é o próprio Camus...

Na melhor das hipóteses Sartre se mostra embaraçado diante da técnica narrativa de “L'Étranger”, apesar da análise lúcida que estabelece a propósito da frase de Camus e das suas intenções filosóficas. Mas na pior das hipóteses Sartre, tentando uma classificação para o estilo de Camus, vendo-se obrigado a comparar êsse mesmo estilo com o da novelística norte-americana moderna, terminou por se pôr em guarda e explicou o seguinte, ao considerar o estilo “cerimonioso” do romance que êle estudava: — “Contudo não estou satisfeito: — A existência de uma técnica “americana” de narração serviu indubitavelmente Camus. Duvido que, a bem dizer, o tenha influenciado”. O recuo de Sartre é evidente, parece uma tenha influenciado”. O recuo de Sartre é evidente, parece uma escusa cuidadosa, maliciosa, mas reverente: — “Se “O Estrangeiro” apresenta tão visíveis vestígios da técnica americana, é que se trata de uma deliberada tomada de empréstimo. Camus

escolheu, entre os instrumentos que se ofereciam aquêles que lhe parecia convir melhor ao seu propósito. Duvido que ainda se sirva dêle nas suas próximas obras”.

A questão que Sartre levantou no início da “Explication” vem à tona: — “Como calar-se com palavras? Esta aposta implica o recurso a uma nova técnica”. Lembro-me que o existencialista francês de “*La Nausée*” chegou a dizer que Camus, em o *Mito de Sísifo*, escrito como chave dos enigmas de “*L’Étranger*”, às vezes “tagarelou”. . . Sartre faz notar, todavia, que Camus fiel ao que escrevera em O “Mito de Sísifo” “ao escrever *L’Étranger* pode julgar que se cala”. Pois: — “Um homem é mais um homem pelas coisas que cala do que pelas coisas que diz” (Camus, *Mito de Sísifo*). E no entanto em “*L’Étranger*” é possível, para Sartre, que Camus chegue a tagarelar. . . Ainda para Sartre o romance de Camus “*recusa o antropomorfismo*”. E acrescenta que o autor, algumas vezes, “infidel a seus princípios faz poesia”.

Allain Robbe-Grillet nos diz que Sartre ao afirmar tais coisas revela que teve “uma visão incompleta da obra”. E esclarece: — “Não poderíamos dizer antes que essas metáforas são justamente a explicação do livro? Camus não recusa o antropomorfismo, mas serve-se dêle com economia e sutileza, para lhe dar maior consistência”.

A observação do autor de “*Pour un Nouveau Roman*” recai sobre o uso intencional que Camus faz das metáforas clássicas, sobretudo quando o romance atinge o seu ponto mais alto, nas cenas que precedem o crime de Meursault. Para Robbe-Grillet “o absurdo é então uma forma de humanismo trágico”. De fato, o humanismo que recorre às metáforas assim o faz para impregnar as coisas da presença humana. E na obra de Camus, como tão bem assinalou Grillet aquilo que todo leitor é capaz de perceber sem muito esforço, o herói de “*L’Étranger*” mantinha com o mundo uma convivência obscura feita de ódio e de fascinação”.

O fato de que o romance tenha início com uma sequência de frases de uma característica indiferenciação, e no seu transcurso, à medida que a narração alcance plenitude, a linguagem do narrador exprime uma relação cada vez mais funda entre o herói e as coisas, tal qual a cumplicidade que todos já notaram, é

bastante significativo para esclarecer tôdas as intenções de Camus. Em primeiro lugar porque o romance está dividido em duas partes — antes e depois do crime, o que por si só é suficiente para alterar a atitude narrativa de Meursault. Em segundo lugar porque parece evidente que o homem absurdo tenha consciência de que é um homem absurdo a partir da condenação. E nos diz Camus pelo menos uma meia dúzia de fórmulas da inocência do homem absurdo: — “O homem absurdo se sente inocente”. “O fato de ter perdido a vida imortal lhe parece fútil”. “Não adianta obrigá-lo a reconhecer sua culpabilidade”. Tudo se faz para colocar diante de si este absurdo à luz da consciência”, pois a revolta é uma posição filosófica coerente. É um confronto perpétuo do homem e da sua própria obscuridade”. (O Mito de Sísifo)

Parece que o ponto da controvérsia, no exame do estilo e da composição de “*L’Étranger*” decorre, justamente, da atitude que o autor toma de “calar-se com palavras” ou de tagarelar. . . Logo o que se verifica no plano narrativo, no seu desdobramento, é uma espécie de conjugação de meios expressivos que salta da sobriedade e da segura reservada das páginas iniciais para certa veemência, algumas vezes lírica, gradativa, cujo desenlace ocorre com a cena do crime. De todo modo a indagação é pertinente: — Qual o parentesco da frase de Camus com a de Hemingway? Parece-nos de um preciosismo irônico, perfeitamente dispensável, o fato de Sartre estabelecer um cotejo de estilos e concluir que um e outro escritor, o americanismo e o francês, possuem uma frase curta, ligeira, descontínua, objetiva, instantânea. A que levaria o paralelo de Sartre, afinal, salvo à conclusão de que Camus lançou mão de um estilo por empréstimo? E o reconhecimento que Sartre faz dêste fato não implica, sem dúvida, em anular tôda a validade da Comparação?

A primeira inclinação que nos move diante do texto do romance, que é uma impressão pouco a pouco desmanchada à medida que avançamos na leitura, é a de imaginá-lo escrito de outro modo. Entenda-se: — Estamos sob uma narração que não liberta. Todo leitor de romances é por força um leitor imaginativo. Mas o narrador de “*L’Étranger*” logo nos priva desta faculdade inocente. Sabemos que a narrativa na

primeira pessoa não admite a interferência imaginativa do leitor. O narrador se dispõe a relatar a sua experiência. E no entanto essa experiência tem um transcurso no presente, de uma maneira tão incisiva que não nos deixa oportunidade de julgá-lo segundo os dados da nossa experiência pessoal. Sabe-se que esse presente, tomado com uma lucidez enervante, tanto quando é narrado deveria inserir-se no passado. A impressão da instantaneidade dos acontecimentos vem menos dos fatos e como são narrados, quanto da presença incômoda do narrador. Assim não nos será permitido nada reconstituir na acumulação dos pormenores, todos eles válidos como existência, na caracterização exata dos mínimos incidentes da narração, desde que o narrador tem uma consciência disciplinada do que vive. O julgamento somará tôdas as coisas num nível de importância, até que tudo para o herói da história não tenha importância mais alguma. As palavras revelam sempre que as coisas não têm valor quando os fatos estão consumados. E todavia, no julgamento, ocorre o inverso no sentido direto da condenação do "Estrangeiro", isto é, a liquidação do passado é a sua sentença, tôdas as coisas inventariadas do ponto de vista da sua infelicidade, da sua culpa, da sua condenação, enfim. O que aniquila Meursault, no júri, é a soma de tudo quanto ele viveu através de uma sucessão de presentes encadeados, na palavra do acusador, como um passado vil de um criminoso que não chorou pela morte da mãe.

Todos êsses acontecimentos, sem dúvida, serão revelados ao leitor por uma frase cortante, independente, instântanea, que se demora e não se derrama numa explicação, num torneio mais prolongado e que contribua para destacar as côres, separar as linhas, enfim, que interfira como ponto de apoio para a análise do leitor pela fixação de sentidos e significações. Sartre diria que tais impressões, assim isoladas, justificam a comparação da novela moderna norte-americana, analítica.

Veja-se, por exemplo, uma ilustração simples: — Uma criança que tem diante de si um quadro como tema de composição. Ela terá que apontar tôdas as coisas que compõem o quadro sem relacioná-las. Um quadro mudo, em que as coisas existentes valem por si mesmas e livres de um entrelaçamento ali estão isoladas. No texto do romance: — "Je suis

entré. C'était une salle très claire, blanchie à la chaux et recouverte d'une verrière. Elle était Meublée de chaises et de chevalets en forme de X. Deux d'entre eux, au centre, supportaient une bière recouverte de son couvercle. On voyait seulement des vis brillantes, à peine enfoncées, se détacher sur les planches passées au brou de noix. Près de la bière, il y avait une infirmière arabe en sarrau blanc, un foulard de couleur vive sur la tête". (págs. 11-12). Entrei. Era uma sala muito clara, caiada e coberta por uma vidraça. Mobilavam-na algumas cadeiras e cavaletes em forma de X. Dois dêles, ao meio da sala, suportavam um caixão coberto. Viam-se apenas parafusos brilhantes, mal enterrados, destacando-se da madeira pintada de casca de noz. Perto do caixão estava uma enfermeira árabe, de bata branca, com um lenço colorido na cabeça".)

É preciso imaginar Meursault, tanto quanto a criança que terá de se desincumbir da redação de um quadro mudo, com a mesma inocência diante do mundo, mas com uma inocência que torne a consciência lógica, clara, de uma lucidez permanente.

Esta composição desprendida de relações aparentes e que não se subordina a uma impregnação do homem nos objetos, na primeira parte de "L'Étranger" atesta no autor a intenção de fazer do seu personagem uma criatura que se agita no mundo que pode parecer estranho a uma consciência dominada pelo humanismo moral dos belos princípios. Sartre observou o seguinte: — "Um naturalista do século XIX escrevia: — "Uma ponte cavalgava a ribeira". Camus furta-se a êste antropomorfismo. Dirá: — "Por cima da ribeira havia uma ponte".

Agora se justifica o que afirmávamos da primeira impressão que a leitura de "L'Étranger" provoca às primeiras páginas, e que nos compele à tentativa de ler o texto de outra forma. Para ser mais preciso, ler o texto estabelecendo um traço entre as coisas, procurando formular sentidos, aproximando os dados da experiência do narrador. Trata-se de uma atitude da nossa imaginação, logo desiludida pela própria consciência lúcida do narrador e pela maneira inocente como ele reproduz o seu presente.

A primeira palavra do romance é "*aujourd'hui*" (hoje).

Vê-se que o personagem recebe um telegrama. O texto é o seguinte: — “Mère décédée. Enterrement demain. Sentiments distingués” (Sua mãe falecida. Enterro amanhã. Sentidos pêsames”). No mesmo bloco de frases temos, antes do texto do telegrama: — Aujourd’hui, maman est morte. Ou peut-être hier, je ne sais pas. J’ai reçu un telegramme de l’asile” (Hoje, mamãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo”). As palavras revelam que as coisas não têm importância, quando os acontecimentos estão consumados. Ontem ou hoje, pouco importa. Vale o presente e o que ainda existe. As frases curtas do telegrama têm a mesma disposição das frases da reflexão momentânea de Meursault. Existe um salto, de frase para frase, como a rápida sequência de tempo. A ação se desenvolve no presente e o passado morre ao mesmo tempo que as frases que registram a sucessão de experiências. O estranho para Meursault, no julgamento, é justamente a reconstituição deste passado com as relações que êle, o herói da história, nunca havia estabelecido.

A partir do instante do telegrama, tanto importava ao personagem o dia em que a mãe morreu. Estava morta e êle teria de ir a Marengo, pedir uma folga ao patrão, almoçar às pressas, correr para apanhar o transporte, suportar o calor, partir finalmente. As frases com que êle descreve os movimentos são do mesmo teor, da mesma exata vibração, isto é, não se destacam em particular por nenhum realce impressionista. Relatam as coisas no mesmo ritmo, ofegantes às vezes, às vezes monótonas. De todo modo, desde o instante do telegrama e da sucessão de fatos que nos mostra a ação do herói, vamos aos poucos nos sentindo dominados pela narrativa e já não precisamos mais interrogar, procurar resposta, interferir no texto pela imaginação. A naturalidade da frase é a naturalidade do episódio. O estranho virá depois, isto é, a incompreensão do tribunal vendo em Meursault um monstro equivalente, passo a passo, a uma reconstituição da sua experiência pelo julgamento médio da consciência ou meia consciência moral edificada em princípios.

Ora, temos desde o começo do romance um personagem que analisa as coisas pela consequência e que expulsa o inconsequente para o vazio. A consequência da sua ação pode ser

analisada pela medida da sua frase. Se os seus passos têm uma consequência que nada interroga, isto é devido ao fato de que atuar conscientemente é não forçar um sentido fora daquilo que se vive. Assim o agrupamento das frases do romance alcança, realmente, com sua forma em geral despojada e seca, uma racionalidade capaz de subsistir independentemente de uma esteira de significações. Toda a ação de Meursault é consciente e lógica do ponto de vista da sua experiência e os seus movimentos são absurdos se quisermos submetê-los a um sentido geral para a vida. Indagar, por exemplo, a data exata da morte da mãe é uma coisa ociosa e é por isso que Meursault, ao pedir a folga ao patrão, vendo-o contrariado, diz que não tem culpa pelo acontecido, que é inocente por essa morte. A maneira como aceita este fato é a sua inocência e a sua razão.

Agora é possível esclarecer melhor um ponto da questão, justo quando nos referimos à inclinação que o leitor de “L’Étranger” tem de reformar a leitura segundo seus pontos de vista morais, suas impressões, suas emoções provocadas pelo texto. Com efeito, *alguma coisa mais* que a consciência e a ação presente de Meursault parece mostrar-se ausente no livro, de uma ausência chocante. Logo nos habituamos com a naturalidade da narrativa e dispensamos a necessidade de interrogar o herói sobre seus atos. A segunda parte do romance, retoma, de surpresa, as dúvidas iniciais que o leitor houvera experimentado. As interrogações sobre os atos de Meursault, levantadas no tribunal, forçam um sentido para as coisas e quando este sentido escapa à consciência convencional e moral da sociedade, diz-se que êle é um monstro, mesmo diante da palavra de Celeste, que dêle afirmou se tratar de um homem, simplesmente. A técnica da composição de “L’Étranger” lembra, mais ou menos, uma fita desdobrada em dois tempos: na primeira parte, a fita se mostraria muda, ao público: somente gestos, ações, agitação. Na segunda parte seria uma reconstituição sonora e exterior da experiência do herói. De fato, o caráter estranho, que muitos chamam a marca do “expatriado” que há em Meursault, faz deste personagem na primeira parte da obra um autômato e o leitor luta para encontrar o som de sua voz, a consequência dos seus atos, o sentido, enfim, da sua agitação. Descobre, afinal, o plano de naturalidade que re-

veste os movimentos do herói. O absurdo, tudo analisado e tudo submetido ao crivo do tribunal, na palavra do acusador público, será a perfeita caracterização da personalidade monstruosa de um criminoso, porque é vulgar que se diga que um criminoso não tem bons sentimentos. Daí se pode tirar uma conclusão do estilo de Camus, que na primeira parte do romance é sóbrio, desprovido de uma linguagem que afete o leitor pela sentimentalização ou afetividade, enquanto um certo sôpro lírico percorre, quase, de fato, como uma poetização, eu diria, como uma forma disfarçada de animismo as cenas mais em evidência do resto da obra. As metáforas clássicas, que Robbe-Grillet aponta como uma justificação para o romance, e que marcam a presença do homem na sua cumplicidade com o mundo, formam a atmosfera dêsse animismo poético.

A formação do arcabouço estilístico do romance dentro dêste plano, isto é, com um limite preciso da experiência do herói caracterizado pela sua narração, entre sóbria e lírica, talvez tenha sido uma das razões para Lucien Goldmann concluir que Camus, tanto quanto Sartre de *La Nausée* e Kafka, “ainda mantinham perspectivas humanistas, explícitas ou implícitas, que faziam dêsses livros nítidas obras de ausência”. Uma perspectiva humanista que sublinha, para Robbe-Grillet, que “o absurdo é então uma forma de humanismo trágico. Não é uma constatação de distância entre o homem e as coisas. É um conflito de amor que conduz ao crime passionai. O mundo é acusado de cúmplice do assassinato”.

Necessário notar a “humanização” da natureza como reveladora da marca do homem, dos seus passos, da sua passagem, da sua presença contagiante. Na linguagem de blocos individuados e de unidades de tempo, de “L’Étranger”, abre-se sempre um lugar para a adjetivação anímica que ateste a participação do homem ou seu prolongamento na natureza. No texto: — “Le soleil avait fait éclater le goudron. Les pieds y enfonçaient et laissaient ouverte sa pulpe brillante. Au-dessus de la voiture, le chapeau du cocher, en cuir bouilli, semblait avoir été pétri dans cette boue noire” (O sol derretia o alcatrão. Os pés enterravam-se, deixando aberta a carne luzidia do alcatrão. Por cima do carro, o chapéu do cocheiro, de couro escuro, parecia ter sido moldado na mesma lama negra”.

Diante de certas descrições do romance, do acento de algumas côres que denunciam as sensações instintivas de Meursault, poder-se-ia ter a tentação de interpretar êsse jôgo estilístico como uma ilustração de cenários, não fôsse a narrativa de Camus um movimento contínuo de frases tendentes ao isolamento das impressões. Explico-me melhor tôda vez que afirmo que o texto do romance é uma espécie de montagem, quando as sensações do herói, como lampejos de igual intensidade, vertem-se numa desolada manifestação desprovida de conceitos. Apanhamos os seus gestos, um a um, e as suas observações de superfície. Mas Meursault antes de se descobrir um homem absurdo não se entrega à reflexão. Sua natureza não o dispõe a especular sôbre a razão dos atos, de modo que a sua frase, no plano narrativo, esbatido de monotonia manifesta a vida instintiva calma e feliz, exteriormente apática, que continuaria existindo, indefinidamente, mansamente, monótona e igual, indiferente e pura. Justamente a ausência de uma consciência impregnada de conceitos, de reflexões sôbre valores, uma consciência que não encontrava nenhum meio de expressão que não fôsse a reprodução das sensações e impulsos, confere ao romance de Albert Camus o nivelamento medido da frase ditada pelo indiferentismo do narrador, ou pela sua felicidade sem perguntas. Ir para Paris representar a firma onde trabalhava, ou não ir para Paris, casar ou não casar com Maria, amar ou não amar, olhar ou não olhar pela última vez o corpo da mãe morta, matar ou não matar o árabe, ajudar ou não ajudar Raimundo a fazer a carta para a amante, colocar num plano de igualdade a mulher que Salamano tivera um dia e o cão que o velho perdeu, tudo se resumia na indiferença e na pacífica aceitação dos fatos. Para Meursault não poderia haver outra maneira de expressar-se, na certeza do absurdo, senão esta, com que replicou ao padre: — “J’avais eu raison, j’avais encore raison, j’avais toujours raison. J’avais vecu de telle façon et j’aurais pu vivre de telle autre. J’avais fait ceci et je n’avais fait cela. Je n’avais pas fait telle chose alors que j’avais fait cette autre” (Tinha razão, tinha ainda razão, teria sempre razão. Vivera de uma dada maneira e poderia ter vivido de outra dada maneira. Fizera isto e não fizera aquilo. Não fizera uma coisa e fizera outra”.

Assim é que, diante de tôdas as questões que têm sido co-

locadas para a classificação do estilo de Camus em *L'Étranger*", inclui na aguda observação de Sartre de que o escritor não mais utilizaria o recurso técnico empregado na obra, creio que é de importância considerar que tais coisas não sucedem por influência, essencial, da *frase curta* de Hemingway, mas sem dúvida porque o estilo do romance é o estilo do próprio Meursault, na revolta e no absurdo. Dificilmente, como se sabe, poderíamos racionalizar, numa justificação, os atos do herói do romance através da missão de juízos particulares. Cairíamos no preconceito, no pré-juízo. Do mesmo modo é preciso entender o estilo desta obra como uma criação do personagem até o ponto em que se possa compreender a ficção debaixo de uma nova ordem de entendimento. Para Sartre "O Estrangeiro" é uma folha "da vida do próprio Camus". E no entanto temos de considerar esta vida desentranhada, desenraizada, substituída por uma outra carne, desalojada pela criação realmente autônoma. O absurdo, há de se dizer, é querer imaginar o estilo do personagem desligado do estilo do autor. E a resposta seria, sem disfarce, o texto do romance de Camus e mais o texto do *Mito de Sísifo*. O personagem não é um esquema de um ensaio filosófico, como se pretende. Antes devemos vê-lo como uma entidade, agitando-se no seu destino, aceitando-o pela consciência e pela revolta. O mundo que a frase de Meursault reconstitui a partir do presente não mais se repete. É irreversível tal qual o estilo do narrador. As coisas não poderão mais suceder, e poderiam ter acontecido de outra forma. Houve um sol, que permanece; uma praia, que permanece; um tribunal, que permanece; um amigo, uma mulher, céus, estrêlas, que permanecem. A irreversibilidade decorre das situações. A vida de Meursault não permanece. Foi a sua vitória e a sua derrota. O mundo continuará como uma indiferente testemunha. A condenação também é uma permanência. E no entanto tudo que se consumou poderia ter sido ontem ou hoje, pouco importa. Ser queimado nos infernos é melhor que desaparecer. Lembremo-nos: É preciso imaginar Sísifo feliz... A linguagem de Meursault é a sua aflição e a sua felicidade. Fora do mundo em que ele viveu não tem sentido. Não voltará. Não precisou de modelos. De certa forma dispensou, até, e conceda-se coerência a uma idéia ilógica, a mão do próprio criador.

Estrutura Fundiária e Sistemas Agrícolas no Estado do Maranhão (Brasil) (*)

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

1 — Introdução

O Brasil, país de dimensões continentais (mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados) e com população superior a 80 milhões de habitantes, apresenta uma grande diversificação regional, quer quanto aos aspectos qualitativos, quer quanto aos quantitativos. Assim, há uma grande variação entre os níveis de desenvolvimento entre as várias regiões do país. O Maranhão é um dos 22 Estados da Federação; localizado em região subdesenvolvida, entre o Nordeste e a Amazônia, o seu território se acha na área de jurisdição de duas grandes agências de desenvolvimento: a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Possuindo mais de 300.000km² apresenta uma baixa densidade demográfica — cerca de 10 hab/km² — constituindo-se uma área de grande atração para a migração interna, apesar de suas condições climáticas e edáficas pouco favoráveis.

(*) Este artigo será publicado também em espanhol, na Revista Mexicana de Sociologia.

O ensaio que segue constitui uma análise das estruturas dominantes no meio rural maranhense, fornecendo dados indispensáveis à programação de uma política de desenvolvimento da economia agrária do mesmo, com a consequente elevação dos padrões de vida no meio rural. Documenta certamente um período de transição.

2 — *O latifúndio e o sub-aproveitamento da terra: dificuldades de estudos — estabelecimentos e propriedades*

Há uma grande dificuldade em se estudar no Brasil o problema fundiário, de vez que os nossos recenseamentos agrícolas tomam por unidade o estabelecimento e não a propriedade. Sendo o estabelecimento a unidade de exploração representada tanto pelas grandes fazendas como pelos sítios e pelas roças humildes dos arrendatários e parceiros, eleva consideravelmente o número de pequenas unidades de produção, diminuindo muito o das grandes. Em certas áreas o grande proprietário costuma não explorar diretamente a sua propriedade, dedicando grande parte da mesma à criação extensiva de gado, arrendando ou entregando a parceiros pequenas parcelas para que eles as cultivem com roças⁽¹⁾. Isso provoca uma multiplicação do número de estabelecimentos, fazendo com que uma só propriedade se transforme em dezenas de pequenos estabelecimentos. Este fato contribui para que pessoas menos avisadas ao analisarem os resultados dos centros agrícolas, atribuam maior importância à pequena propriedade — confundindo propriedade com estabelecimento — na conjuntura agrária brasileira, o que leva a afirmativas de que há grandes áreas de domínio do minifúndio no Brasil. Infelizmente não podemos analisar o problema fundiário no Brasil, tomando como unidade a propriedade e não o estabelecimento. Em nosso país só recentemente se fez um levantamento das propriedades existentes, não tendo ainda os resultados sido totalmente divulgados. Baseado porém em declarações de proprietários, feitas para efeito de cobrança de impostos, devem as mesmas ser olhadas com certa reserva.

(1) Chama-se *roça* no Brasil à pequena exploração agrícola feita pelo agricultor pobre, visando o auto-abastecimento.

Interessante seria que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) fizesse pesquisas para apurar a forma de distribuição da propriedade a fim de que pudéssemos dispor de dados que teriam grande importância para o levantamento da problemática agrária brasileira e seriam uma valiosa contribuição para a esquematização de medidas de reforma agrária que estão por vir; pesquisas que juntamente com o levantamento dos tipos de relações de trabalho no campo e comercialização dos produtos das pequenas lavouras, são indispensáveis ao conhecimento da realidade brasileira e ao planejamento da referida reforma.

3 — *A estrutura fundiária no Maranhão — latifúndios e minifúndios.*

Como não dispomos de dados sobre propriedade, faremos a análise da estrutura fundiária tomando como unidade o estabelecimento. Torna-se difícil classificar os estabelecimentos de todo o Estado em três categorias — grandes, médios e pequenos — levando em consideração apenas o número de hectares dos mesmos. Isto porque a rentabilidade de cada estabelecimento dependerá da sua localização, da densidade de população na área em que se localiza, da distância dos centros urbanos e das vias de escoamento e dos tipos de solos de que dispõem. Assim, por exemplo, dois estabelecimentos com a mesma extensão, localizados, um na Baixada e o outro no Alto Sertão, é claro que o primeiro dará maior renda e terá uma importância bem superior.

Para melhor compreendermos o problema fundiário no Maranhão é interessante analisarmos os dados que se seguem. Em 1960, o recenseamento constatou existir em todo o Estado um total de 261.961 estabelecimentos ocupando uma área de 8.459.935 hectares, dos quais apenas 1.169.940 hectares eram cultivados. Vê-se, assim, a grande quantidade de terras devolutas, ainda não apropriadas, existente no Estado, de vez que com uma superfície de 332.147 quilômetros quadrados, dispõe o mesmo de mais de trinta e três milhões e quatrocentos

tos mil hectares (2). Assim, a área apropriada corresponde a menos de um quarto da extensão do Estado. Mais estranho ainda é que a área ocupada pelas lavouras permanentes e temporárias equivale apenas a um milhão e quinhentos mil hectares, ou seja, um quarto da área apropriada. Daí observar-se a pequena importância que tem a agricultura maranhense frente a outras atividades como a pecuária e o extrativismo vegetal. Isto, apesar do vertiginoso crescimento da população e da área ocupada pelas lavouras nos últimos dez anos, no período compreendido entre os recenseamentos de 1950 e 1960, quando se elevaram, respectivamente, de 1.583.248 para .. 2.492.139 habitantes e de 999.152 para 1.500.638 hectares.

Quanto à situação fundiária, como se pode observar na Tabela abaixo, assinala-se uma elevada quantidade de pequenos estabelecimentos que ocupam área restrita, ao lado de um pequeno número de grandes estabelecimentos que ocupam quase toda a área apropriada do Estado. É o mesmo drama do todo nacional, exceção feita dos três Estados do extremo Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — e de algumas zonas do Espírito Santo (3); a propriedade é extremamente mal dividida, possibilitando a existência do latifúndio e do minifúndio e a conservação, por este, de um contingente de mão de obra muito pobre que nas ocasiões de maior intensidade de trabalho é aproveitada e explorada por aquele. A situação se agrava ainda mais porque, em geral, o pequeno estabelecimento dificilmente corresponde à pequena propriedade e, em consequência, o chefe desta exploração é um morador, um dependente do grande proprietário.

Distribuindo-se os estabelecimentos, conforme a sua extensão, em cinco grupos, observamos como eles se encontram no todo estadual.

(2) Acreditamos haver erro quanto ao número de hectares da área total, de vez que, em 1950, esta era superior a 9 milhões de hectares. O Serviço Nacional de Recenseamento procura apurar agora a veracidade das declarações feitas em 1950.

(3) PRADO JÚNIOR, CAIO. Considerações para a análise da Questão Agrária no Brasil, em Revista Brasiliense, n.º 28 pág. 182-83 — São Paulo 1960.

TABELA I

Distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Maranhão

TIPOS	Número Total	Per- centagem	Área (N.º) Total	Per- centagem
A — De menos de 10 ha.	224.983	85,88	509.918	6,03
B — De 10 a 100 ha.	19.643	7,50	650.003	7,68
C — De 100 a 1.000 ha.	10.163	3,88	3.174.707	37,53
D — De 1.000 a 10.000 ha.	1.490	0,57	3.351.581	39,61
E — De mais de 10.000 ha.	48	0,02	773.726	9,15

Da análise da tabela acima observa-se que os estabelecimentos de menos de 10 hectares, que podem ser considerados como minifúndios, constituem mais de 85% do total, quase 9/10 do mesmo, mas ocupam uma área um pouco superior a um vigésimo do total. Um observador mais apressado vendo a grande percentagem dos mesmos poderia concluir e, pior ainda, afirmar que no Maranhão não existe problema fundiário, de vez que as grandes propriedades são tão pouco numerosas que se perdem no meio dos minifúndios. Não veria que ocupando quase toda a área e sendo a maioria dos minifundiários, arrendatários ou parceiros que lavram terras alheias, constituem os mesmos estabelecimentos apenas os garantidores da permanência no local de uma mão de obra barata e pouco exigente que é usada pelo latifúndio nas horas em que este necessita de trabalhadores. Poderíamos dizer, assim, que o minifúndio é indispensável ao latifúndio, que o complementa, permitindo que se prolongue a sua existência.

Os estabelecimentos do tipo B que podem ser considerados pequenos nas áreas mais longínquas, nos sertões distantes dos centros urbanos e rodovias, e médios nas áreas mais povoadas e próximas a São Luís, Caxias ou Bacabal, correspondem a menos de um décimo dos estabelecimentos e ocupam uma área equivalente. Há, neste caso, um equilíbrio entre o número de estabelecimentos e a área por eles ocupada.

Nos estabelecimentos do tipo C, que podem nas mais das vezes ser considerados como grandes, este equilíbrio se rompe novamente, de vez que correspondem a quase 4% do total e ocupam área considerável, superior a um terço do total.

Os grandes estabelecimentos dos tipos D e E, de mais de mil hectares e que podem em qualquer situação ser considerados como latifúndios, constituem menos de um por cento do total e ocupam quase a metade da área. Assim, cerca de 1538 estabelecimentos ocupam quase metade do total da superfície apropriada, apresentando uma concentração fundiária típica dos países e das regiões subdesenvolvidas.

Entre estes existem 48 estabelecimentos com mais de 10.000 hectares, estendendo-se como autênticos principados por áreas imensas e dando aos seus proprietários um grande poder sobre pessoas e coisas que nêle existem; estranhável porém é que esses estabelecimentos não se acham apenas nos sertões mais distantes, mas até em áreas próximas à capital. Assim, 7 dêles se localizam na Baixada — 4 em Anajatuba e 3 em Rosário —, 1 no Baixo Mearim — em Vitória do Mearim, 5 no Baixo Parnaíba — 2 em Brejo, 2 em Chapadinha e 1 em Urbano Santos — e 9 no próprio município de Caxias.

Se fizermos um estudo comparativo entre os resultados do censo de 1960 e os de 1950, veremos como é falsa a idéia de que a sucessão hereditária pode contribuir para uma melhor distribuição da propriedade no Brasil. Chegaremos, ao contrário, à conclusão de que o latifúndio é cada vez mais reforçado, ao invés de tender a diminuir sua extensão e importância.

No caso do Maranhão, por exemplo, em que a população cresceu assustadoramente neste período (57,4%) e em que grande parte dos imigrantes eram agricultores, o número de estabelecimentos se elevou consideravelmente, mas, de um modo geral, os latifúndios permaneceram intactos. Assim, os minifúndios do tipo A se multiplicaram três vezes, enquanto que os pequenos estabelecimentos do tipo B duplicaram, os médios do tipo C tiveram um crescimento um pouco superior a 20%, havendo uma pequena diminuição para os grandes. Se fizermos um cálculo

para apurar o tamanho médio dos estabelecimentos em cada uma destas categorias nos dois recenseamentos, veremos que tanto as pequenas como as grandes tiveram suas dimensões médias ligeiramente diminuídas, como se pode verificar na Tabela N.º II.

TABELA II

Tamanho médio das propriedades das cinco categorias

Tipos de propriedade	Extensão Média em 1950	Extensão Média em 1960
A	2,5	2,3
B	38,7	33,2
C	354,4	312,3
D	22.441,8	2.219,2
E	21.724,7	16.119,2

Observa-se mesmo uma ampliação da área ocupada pelo tipo A, que passou praticamente a ocupar 6% da área contra 2% em 1950 das do tipo B que se elevou de 3,5% para 7,5% e das do tipo C que se elevou de 32,5% para 37,5%, enquanto as do tipo D caíram de 46 para 39,5% e das do tipo E de mais de 15,5% para apenas 9%. Não devemos esquecer, porém, o caráter da unidade escolhida pelo IBGE — estabelecimentos em vez de propriedades — e que muitos dos pequenos estabelecimentos não formam propriedades, são, ao contrário, sítios, explorações de caboclos dentro das grandes. Essas explorações se multiplicaram consideravelmente devido ao fato de ser o Maranhão um Estado onde domina um clima úmido e, apesar da pobreza de seus solos, se presta de modo razoável à atividade agrícola. A afluência de grande número de agricultores oriundos das zonas secas do Nordeste faz com que grandes extensões de matas sejam destruídas e substituídas por roçados. O aumento da população e o desbravamento de áreas novas é que provocam a impressão de haver maior divisão, uma tendência

ao desmembramento da propriedade. Grande parte dos estabelecimentos resulta, assim, da conquista da área florestal, do desbravamento de regiões antes despovoadas. Tanto isto é verdade que a multiplicação dos estabelecimentos foi maior naquelas áreas onde se localizam as frentes pioneiras, como o Baixo e Alto Parnaíba, a zona do Pindaré, a do Itapecuru e o Alto Mearim. O maior crescimento se deu no município de Pindaré-Mirim, por onde passa o eixo da penetração nordestina que se dirige para Alto Turi, onde, em 10 anos, o número de estabelecimentos se elevou de 1.475 para 12.012 e a área ocupada passou de 3.306 ha. para 38.681 ha.

Embora o Alto Sertão, as zonas do interior e a bacia do Itapecuru apresentem maior quantidade de grandes estabelecimentos, o Maranhão não apresenta, salvo na zona de Pindaré que compreende apenas os municípios de Pindaré-Mirim e Monção, áreas onde haja uma grande concentração de pequenas propriedades, como ocorre no Agreste pernambucano⁽⁴⁾, na região de Ubá em Minas Gerais⁽⁵⁾, e em certas zonas do Espírito Santo e de Santa Catarina⁽⁶⁾. Não existe ainda aí uma mentalidade camponesa em que pequenos proprietários criam apêgo aos seus lotes de terra e procuram tirar do mesmo o seu sustento, produzindo subsidiariamente para o mercado. Esta mentalidade, aliás, é pouco expressiva no Brasil, de vez que a maioria da população rural trabalha no campo, na grande lavoura, mediante salário e por isto as reivindicações salariais são melhor compreendidas pelos trabalhadores urbanos que pelos trabalhadores do campo. No Maranhão, onde a terra é abundante, êsse sentimento camponês, êsse desejo de possuir a terra é mais acentuado nas zonas onde há grande percentagem de nor-

(4) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — A Pecuária no Agreste Pernambucano, pág. 79 e segs. Recife 1961 e Aspectos Geográficos do Abastecimento do Recife, em Problemas do Abastecimento Alimentar no Recife, pág. 227 — Publicações do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1962.

(5) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — Aspectos Geográficos da Região de Ubá, pág. 40. Avulso n.º 1, da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1961.

(6) PRADO JÚNIOR, CAIO — Obra citada, pág. 182 e segs.

destinos que aí chegaram fugindo ao domínio do latifúndio que não lhes dá em seus Estados de origem, oportunidade para melhorar as precárias condições de vida e a imigração se lhes apresenta como uma das poucas saídas⁽⁷⁾ para a situação difícil em que se encontram.

O valor da terra no Maranhão é ainda bastante baixo se o compararmos com os Estados mais desenvolvidos do Nordeste. A terra é abundante e de fácil apropriação aos poderosos; as pessoas influentes controlam grandes extensões e conseguem facilmente concessões de terras devolutas pertencentes ao Estado⁽⁸⁾, desalojando quase sempre os povoadores que a conquistaram.

4 — *As implicações econômicas, políticas e sociais do predomínio do latifúndio.*

As cidades ficam, geralmente, a grande distância das propriedades, principalmente se levarmos em conta que, de um modo geral, elas são aglomerados de pequena expressão, muitas vezes sob o controle e influência do grande proprietário. O processo de exploração capitalista e o uso do pagamento de salários em dinheiro ainda não chegaram aí. A autoridade governamental está sempre ou quase sempre ausente e o grande proprietário, o “coronel” como é chamado, a encarna ou a substitui. Sua vontade é lei suprema, todos o obedecem sob pena de perseguições ou castigos corporais; a política, salvo em obediência a ordens do proprietário, não penetra em suas terras para impor a lei e a ordem. Criminosos aí se refugiam e quando obtêm a proteção do “coronel” estão isentos do cumprimento da lei penal. Passam, ao contrário, a formar o séquito de “capangas” que o “coronel” tem em sua propriedade e que o ajudará na defesa ou na luta contra inimigos. Eliminará por uma simples ordem quem o “coronel” apontar ou aquele que ousar desobedecer ao mesmo. Amedrontará os agricultores que desbravarem terras devolutas e almejem a proprie-

(7) Assunto estudado por RUI FACÓ em Cangaceiros e Fanáticos. págs. 15 a 38. Editora Civilização Bras. — R. de Janeiro, 1958.

(8) VALVERDE, ORLANDO — Geografia Econômica,

dade das mesmas, se esta pretensão coincidir com a do seu protetor.

A propriedade é explorada através da pecuária e de atividades comerciais; nela o "coronel" possui casas comerciais onde os moradores são obrigados a vender o que produzem — amêndoas de babaçu, farinha, arroz, algodão, etc. — e comprar os poucos produtos originários da cidade. Do mecanismo dos preços, baixando sempre o dos produtos que compra e elevando o dos que vende, depende o enriquecimento do proprietário. Esta atividade é completada com a criação de gado, feita de forma extensiva e às vezes com a contratação de obras públicas — estradas e edifícios em cidades do interior.

Há, assim, uma sociedade em que o proprietário de terras exerce praticamente poder público e privado; êle não se limita a administrar seus bens, procurando tirar dos mesmos os lucros que compensem o capital e o trabalho empregados. Tem sobre a população que vive em seus domínios verdadeiro poder de polícia. Perdoa criminosos, pune faltas cometidas por seus moradores, regula a vida dos mesmos, controla o comércio, impedindo que comerciantes se estabeleçam em suas propriedades para concorrer com êle e até exerce influências sobre a vida íntima dos seus dependentes, de vez que constrói ou permite a construção das casas dos moradores da forma que ache conveniente, limita a área e estabelece o tipo de cultura que cada um pode fazer.

Êste tipo de sociedade rural é apontado por vários estudiosos e escritores como feudal, devido sobretudo ao exercício, pelo "coronel", de um verdadeiro poder público na propriedade e à existência da prestação pessoal de serviços por parte de moradores. Claro que com isto não se pode admitir haver nesta ou em outras áreas do Brasil, o clássico e institucionalizado feudalismo carolíngio que existiu em tôda a sua pureza apenas nas áreas que foram dominadas por Carlos Magno ⁽⁹⁾, mas que tem formas e aspectos semelhantes. Po-

deríamos falar na existência aí, em um passado recente, de um feudalismo *sui generis* ou bastardo, que corresponde à fase de relativa estagnação econômica que o Maranhão atravessou desde a abolição da escravidão até os últimos anos, quando já começa a gozar de relativo florescimento econômico. Florescimento êste que criará as condições necessárias ao surgimento do capitalismo no campo e despedaçará nos próximos anos essas estruturas que representam um passado, em grande parte morto. Ocorrerá aí, certamente, fatos semelhantes aos que hoje se processam nos Estados mais desenvolvidos do Nordeste, onde o cangaceirismo e a impunidade estão desaparecendo, ao mesmo tempo em que se dá o eclipse do coronelismo. Assim, os coronéis que dominavam, faz pouco mais de vinte anos, econômica, social e politicamente, distritos e municípios, vilas e cidades, se vêem pouco a pouco destituídos de sua força e do seu poder. Passam a sentir a existência do poder público, do Governo do Estado, crescendo paulatinamente e chegando até suas fazendas.

Aquela organização sócio-econômica provoca a existência de uma numerosa população rural, pobre, miserável, analfabeta e doente, população que fica à mercê do mais forte e que constitui a mão de obra quase gratuita explorada pelo latifúndio. Como não tem acesso aos representantes do poder público, recorre ao coronel quando necessita de assistência ou proteção. A êle recorre nas ocasiões de fome e de doença, para fazer empréstimos ou pedir remédios, a êle recorria para livrar-se do serviço militar — quando a população rural não era isenta do mesmo —, é êle quem lhe fornece sementes para o cultivo, nêle reconhece o chefe, o homem que o protege, embora pague juros exorbitantes e seja explorada nas relações comerciais. Na profunda ignorância em que vive dificilmente se convence das causas verdadeiras de sua pobreza. Entorpecida pelas doenças, não tendo instrução e não sendo politizada, acredita que não terá oportunidade de melhorar as suas condições econômicas e por isto não demonstra ambição. Mostra-se, na maioria das vezes, conformada com a situação em que se acha e não procura ampliar as suas culturas, porque qualquer contrariedade por parte do coronel pode obrigá-la a abandonar a terra com perda

(9) GANSHOF, F. L. — Que é feudalismo? pág. 13 — Publicações Europa América, Lisboa, 1959.

dos haveres, de vez que os dispositivos do Código Civil de 1916 (arts 1211 a 1215) que protegem o agricultor, ainda não têm aplicação em áreas tão distantes. Daí a insignificância dos seus roçados, onde cultiva apenas o necessário à manutenção e à aquisição dos bens de consumo indispensáveis; daí também a pobreza generalizada e visualizada ao primeiro contato quando chegamos a uma cabana onde não havia móveis e onde as crianças até aos dez anos andavam despidas.

Ao proprietário também pouco interessa a produtividade de suas terras; dispondo de áreas muito amplas e não dispendendo diretamente capitais na cultura das mesmas, sua preocupação com a produção é maior de que com a produtividade. Havendo terras em excesso, não há preocupação com a produção fornecida por cada hectare e se pretende aumentar a mesma é mais fácil e mais cômodo, mais consoante com a rotina dominante, derrubar a mata, as palmeiras ou o cerrado e expandir a área cultivada. Essa expansão é feita nos moldes tradicionais, sem preocupação de técnica; o crescimento horizontal exclui ainda o vertical. O aumento da produção não se liga ao crescimento da produtividade, de vez que há muita terra virgem e descansada por longos anos de pousio a desbravar.

O latifúndio, a prepotência dos coronéis e a mão de obra abundante e quase gratuita são, assim, os responsáveis pelo sub-aproveitamento das terras e pelo baixo índice de produção agrícola. O monopólio da terra por alguns, pelos que dispõem de força e de prestígio, impede o desenvolvimento de uma classe média rural que poderia trazer grande contribuição ao desenvolvimento econômico do Estado. O agricultor, porém, fica sujeito aos interesses do grande proprietário que praticamente limita a área que ele deve cultivar, seleciona, através da atividade comerciais e do poder quase estatal de que dispõe, os tipos de cultura que devem ser feitos e controla, através das limitações de crédito na entre-safra e dos preços por que adquire a produção na safra, o nível de vida e as possibilidades de desenvolvimento econômico do agricultor.

Estas condições constituem o caldo ideal para a manuten-

ção da dependência em que vive a maioria da população e determina a miséria em que a mesma mergulha.

5 — Importância da agricultura maranhense

Apesar da pequena extensão da área ocupada pelas lavouras e do atraso que caracteriza a atividade agrícola, o Maranhão tem na mesma a sua principal fonte de renda, uma vez que o valor da produção extrativa é bem inferior ao da agrícola e a indústria é muito pouco desenvolvida. A pecuária, em que pese ocupar grandes extensões, é também inexpressiva e de pouca rentabilidade.

Produzindo arroz, algodão, milho, mandioca, feijão, cana de açúcar, fumo e mamona, ele não se destaca como um dos três maiores produtores brasileiros de quaisquer destes produtos, sendo a sua produção quase sempre uma pequena percentagem da produção nacional, como se vê na Tabela n.º III.

TABELA III

Comparação entre a produção agrícola do Maranhão e do Brasil

Produtos	Maranhão		Brasil	
	Área cultivada (ha.)	Produção (t.)	Área cultivada (ha.)	Produção (t.)
Arroz	314.350	491.500	3.174.037	5.392.477
Milho	201.288	166.707	6.885.740	9.036.237
Algodão	156.215	58.425	3.223.549	1.818.445
Mandioca	101.571	887.597	1.414.081	18.407.218
Feijão	40.505	26.141	2.580.567	1.744.561
Cana-de-açúcar	19.505	541.674	1.366.640	59.377.397
Fumo	5.736	3.668	227.045	167.028
Mamona	3.767	1.421	283.607	233.783

Vemos que o arroz, seu principal produto agrícola, representa 9,1% da produção nacional, o que corresponde a uma importante parcela da mesma e o torna fornecedor deste pro-

duto que é de qualidade inferior, mas de preço mais baixo que o dos Estados sulinos — aos grandes centros urbanos do Nordeste — Recife e Fortaleza — e do Centro-Sul do país — Rio de Janeiro e São Paulo.

Quanto ao algodão, produto também de grande importância na economia do Maranhão e que deu ao mesmo um período de esplendor, corresponde hoje a apenas 3,2% da produção nacional. A correlação em outros produtos industriais como a cana-de-açúcar (0,9%), o fumo (2,1%) e a mamona..... (0,6%); é profundamente deficitária para o referido Estado.

Quanto aos produtos de subsistência, não são favoráveis as comparações, de vez que a produção maranhense de milho corresponde apenas a 1,8% da produção nacional e a de feijão a 1,4%. A situação muda quanto à mandioca, produto em que o Maranhão contribui com cerca de 4,8% da produção brasileira. Correspondendo o Estado a 3,9% do território nacional e possuindo pouco mais de 3,5% da população do país, seus índices de produção agrícola só são superiores a estes em dois produtos — arroz e mandioca — aproximando-se no de algodão.

Quanto à produtividade, é impressionante a inferioridade do Maranhão em relação à média nacional, como podemos ver na Tabela que se segue:

TABELA IV

Produtividade agrícola no Maranhão e no Brasil

Produto	Produção por hectare (kg.)	
	No Maranhão	No Brasil
Arroz	1.563	1.698
Algodão	374	564
Milho	828	1.312
Mandioca	8.738	13.109
Feijão	645	676
Cana-de-açúcar	27.258	43.447
Fumo	640	735
Mamona	377	852

Vemos que se em alguns produtos a sua produtividade é um pouco inferior à média brasileira, como ocorre com o arroz, o feijão e o fumo, em outros as diferenças são muito elevadas, como se observa com a cana-de-açúcar em que a média por hectare é inferior a 28 toneladas, enquanto a nacional é superior a 43; com a mandioca, em que no Estado se obtém cerca de 8 toneladas por hectare, enquanto a média nacional é superior a 13.

Impressiona também a quem estuda os problemas geoeconômicos do Maranhão, a pequena extensão da área ocupada pelas lavouras temporárias e permanentes, apesar da mesma ter crescido sensivelmente no decênio que decorreu entre os dois recenseamentos, o de 1950 e o de 1960, uma vez que triplicou a sua extensão. Se compararmos, porém, com a área apropriada, veremos que ela representa uma ínfima parcela que corresponde a pouco mais de um décimo de sua extensão, isto é, 13,9%. Esse fato resulta de se interessarem os grandes proprietários muito mais pela pecuária feita em campos naturais do que pela agricultura que é relegada às pessoas pobres, posseiros, meeiros e foreiros. Se quisermos calcular qual a relação existente entre a superfície do Estado e a área total apropriada, veremos como o Maranhão é inaproveitado, pois com uma extensão de 332.147 quilômetros quadrados, tem apropriada pelos seus estabelecimentos agro-pecuários de todos os tipos, menos de 85.000 quilômetros quadrados. Assim, ocupam estes apenas 8.459.935 hectares, ou sejam 25,4% de sua extensão; percentagem de ocupação ainda inferior à do país que em 1960 era superior a 31%.

6 — *As principais culturas*

Apesar de não haver hoje no Maranhão, como havia no passado, grandes plantações de algodão e de arroz e de ser a lavoura, sobretudo após a abolição da escravatura, feita por sitiantes em pequena escala, observamos, se analisarmos dados estatísticos recentes, que há um crescimento contínuo da produção nas várias culturas aí realizadas.

Quanto às culturas comerciais feitas visando ao mercado de outros Estados, duas se destacam, o arroz e o algodão. É

interessante que de 1953 a 1965, ambas tiveram considerável aumento tanto na expansão da área cultivada como no volume de produção, como se pode observar na Tabela que se segue:

TABELA V

Crescimento da produção agrícola comercial do Maranhão

Ano	Área cultivada (ha.)	Algodão Produção (t.)	Área cultivada (ha.)	Arroz Produção (t.)
1953	72.436	28.470	167.392	201.035
1955	80.637	30.436	204.305	262.760
1957	104.366	37.591	217.363	279.602
1959	116.097	41.339	256.302	372.458
1961	156.215	58.425	314.358	491.500
1963	174.974	69.897	283.081	590.556
1965	150.925	40.687	444.051	615.892

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil — 1956, 1960, 1962 e 1966.

O arroz, apesar de ser de inferior qualidade, graças aos seus preços mais baixos em relação aos obtidos pelo produto dos outros centros do país, ao aumento da classe média e às facilidades de transporte rodoviário, expandiu o seu mercado e tornou-se o principal produto do Estado. É ele, inegavelmente, o grande responsável pelo desbravamento da floresta e pela formação da frente pioneira que vem alargando a fronteira agrícola do país. A introdução de processos agrícolas modernos com a dubação e mecanização, talvez aumentasse a produtividade e criasse uma infra estrutura que favorecesse uma das populações mais miseráveis do país; infra estrutura que deveria ser construída não só materialmente, através da abertura de boas estradas e a construção de pontes sobre os rios que permitissem o tráfego durante todo o ano, como também sócio-econômicas, através da distribuição de crédito bancário a juros módicos e em tempo oportuno aos pequenos produtores, e a criação, através da iniciativa pública, de usinas de beneficiamento de arroz que atendessem ao produtor e se instalasse, por iniciativa pública ou através de cooperativas, uma rede de comerciali-

zação da produção. Dêse modo seriam eliminados os atravessadores, os intermediários que fazem fortunas à custa do esforço dos agricultores.

Quanto ao algodão, observa-se um considerável crescimento da sua produção apesar da crise de que é vítima a indústria têxtil maranhense. Essa indústria é representada por fábricas instaladas na zona de colonização antiga — São Luís e vale do Itapecuru, nas cidades de Codó e de Caxias — desde os fins do século passado e que vem atravessando sérias crises desde o período que seguiu à segunda guerra mundial, não só por não haverem as mesmas se modernizado para concorrer com fábricas de outras áreas, como devido ao esgotamento dos solos maranhenses que forçou o deslocamento das culturas para áreas cada vez mais distantes dos centros fabrís mencionados. Caxias é a grande vítima desta crise, pois possuindo três fábricas no início do século, está hoje com as mesmas paralisadas.

O geógrafo Dirceu Lino de Matos que visitou Caxias em 1950, observou a crise em que se debatia êsse centro têxtil que fôra um dos mais antigos e importantes do país. Naquela ocasião estavam em funcionamento duas fábricas a Sanharó e a União Caxiense, fundadas quando, devido à entrada em larga escala do algodão egípcio no mercado europeu, êste retraiu-se na compra do algodão brasileiro. Compreenderam, então, os capitalistas brasileiros, face à concorrência egípcia, a necessidade de instalar nos centros produtores de algodão ou nas proximidades dos portos de embarque, fábricas que beneficiassem o produto e fornecessem tecidos à população do país em constante crescimento. Assim é que surgiu o centro industrial da importante cidade maranhense. Em 1950, porém, essa indústria se debatia em séria crise, devido a vários fatores, como falta de energia elétrica barata, o que obrigava as fábricas a terem instalações termo-elétricas próprias; mão de obra escassa, inábil e inconstante no trabalho ⁽¹⁰⁾; maquinaria antiga e deficiente que dava baixa produtividade e impedia a competição com as fábricas mais modernas situadas no Sudoeste do país. Havia,

(10) MATOS, DIRCEU LINO — Traços essenciais da Geoeconomia do Vale do Itapecuru em Viagem ao Maranhão, pág. 51.

além disso, falta de capital para proceder ao reequipamento das fábricas e pobreza do mercado consumidor que não suportaria uma elevação substancial no preço do produto, mesmo que essa elevação fôsse acompanhada de uma melhoria sensível na qualidade do mesmo.

Quanto aos produtos alimentícios básicos, houve também um crescimento substancial na produção maranhense nos últimos dez anos, crescimento naturalmente consequente do próprio aumento da população. Infelizmente este aumento resultou muito mais da ampliação da área cultivada com os três produtos básicos da alimentação da população brasileira, como se pode ver na Tabela VI que se segue, do que do aumento da produtividade. Apenas no que diz respeito ao milho, e ao feijão, esta aumentou de 686 kg. por hectare para 800 e de 571 para 632, respectivamente, no período de 12 anos — de 1953 a 1965. Quanto à mandioca houve da mesma forma um aumento da produção por hectare entre 1953 e 1965, de vez que a produtividade se elevou de 9.607 para 10.877 ha.

TABELA VI

Crescimento da produção agrícola de subsistência do Maranhão

Ano	Milho		Mandioca		Feijão	
	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)	Área cult. (ha.)	Produç. (t.)
1953	109.916	75.350	56.027	528.674	23.187	13.252
1955	126.789	80.804	64.393	587.922	22.598	12.140
1957	131.249	86.925	66.907	632.210	24.292	13.309
1959	169.056	126.360	75.128	688.457	36.084	21.951
1961	201.288	166.707	101.571	887.597	40.505	26.141
1963	259.418	228.965	107.581	1.200.721	46.482	28.267
1965	276.539	221.454	126.836	1.380.604	49.551	31.359

FONTE:: Anuário Estatístico do Brasil.

Os outros produtos agrícolas têm bem menor expressão do que os cinco antes analisados e representam relativamente pouco para a economia maranhense.

A cana-de-açúcar que foi durante um certo período uma cultura de grande expressão no Estado, hoje é insuficiente para

abastecer o mercado local, havendo necessidade de importar açúcar dos Estados nordestinos. Continua, porém, a ser cultivada na porção Norte-Occidental onde se localizam as pequenas usinas — cêrca de três com turbina e vácuo — e a maioria dos engenhos movidos a vapor e a tração animal. Entre elas, a mais importante, a Aliança, localiza-se no município de Carurupu, no litoral Norte.

A área cultivada é pequena — menos de 525.000 hectares — e as fábricas deixam muito a desejar. Os pequenos engenhos que fabricam ora açúcar mascavo, ora rapadura, ora aguardente, são constituídos por velhas e pequenas moendas de ferro ou de madeira, muitas vêzes com cilindros verticais e movidos por almanjarras puxadas por éguas ou por bois. A pequena expressão da cultura da cana-de-açúcar e a menor ainda do fumo estão bem expressas na Tabela VII, embora se observe que a primeira duplicou a área cultivada e a produção — mantendo assim a baixa produtividade — enquanto a segunda se acha em pleno florescimento, de vez que triplicou em 12 anos tanto quanto à área cultivada como quanto ao volume de produção.

TABELA VII

Crescimento da produção da cana-de-açúcar e do fumo no Maranhão

Ano	Cana-de-Açúcar		Fumo	
	Área cult. (ha.)	Produção (t.)	Área cult. (ha.)	Produção (t.)
1953	10.357	287.749	2.014	1.320
1955	11.896	360.781	2.507	1.373
1957	13.318	406.701	3.048	1.784
1959	17.792	456.180	3.961	2.448
1961	19.505	541.674	5.736	3.668
1963	23.171	636.626	6.610	4.176
1965	23.484	622.062	6.340	4.147

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil.

7 — *Os problemas da agricultura na zona de colonização antiga*

Não encontramos hoje em dia no Maranhão as *plantations* em que o grande proprietário explorava diretamente a terra, empregando o braço assalariado. Aquela unidade de produção em larga escala observada na época da escravidão na cultura do algodão e até após a abolição, no Engenho Central Açucareiro do Pindaré, desapareceu. A grande propriedade continua a dominar, mas a exploração é feita através de pequenos estabelecimentos nela instalados e dela dependentes. Assim, há como que um contraste entre a grande unidade fundiária e a pequena unidade de exploração agrícola.

Uma distinção ainda deve ser feita antes de estudarmos os sistemas agrícolas; essa distinção é de caráter especial entre a área velha, de colonização antiga, de solos empobrecidos e de estrutura fundiária consolidada da Baixada e dos vales do Parnaíba e do Itapecuru e a área nova, pioneira, que ora se coloniza, onde os solos ainda virgens começam a ser explorados, onde a sociedade não é bem estratificada e onde não há uma estrutura fundiária estável, consolidada. Domina aí a luta entre o posseiro que destruiu a mata e conquistou e beneficiou a terra e o grileiro que baseado no poder econômico e na influência política, quer beneficiar-se do trabalho alheio, apossando-se de terras que não conquistou.

Na chamada zona velha, no vale do Itapecuru, a agricultura tem se desenvolvido muito, depois de 1932, quando se intensificou a imigração de nordestinos. Até então, ela tinha menor expressão. Após a última guerra mundial, porém, houve novo incremento migratório de nordestinos para o Maranhão; a terra aí pertence a grandes proprietários que geralmente residem nas cidades, sendo as casas da fazenda muitas vezes cobertas de palha. Raramente possuem títulos seguros de posse e ainda hoje estão a expandir os latifúndios às custas das terras devolutas conquistadas pelos posseiros ou das terras dos índios aos quais perseguem, provocando a reação violenta do mesmos, como a que ocorreu em Monte Alegre no ano de 1901, quando os índios massacraram muitos brancos, entre os quais se encontravam até missionários. Quase sem-

pre, porém, eles só agem assim quando há pressão dos brancos sobre suas terras.

As terras do cerrado não se prestam para a agricultura e os nordestinos procuram as áreas de mata localizadas nos baixios e atingidas de dezembro a maio, na estação das chuvas, por inundações. Estabelecem-se aí, constroem casas que formam os "centros" que são povoados habitados por agricultores e onde quase sempre há uma ou algumas pequenas casas comerciais. O habitat mal começa a se diferenciar porque nas áreas de colonização antiga os caboclos vivem dispersos. Derubam a mata constituída muitas vezes de babaçu e queimam a vegetação depois de seca. A queimada quase sempre atinge uma área muito superior a que pode ser cultivada; feita a queimada, fica o solo coberto de cinzas, cheio de troncos carbonizados e de caules caídos e chamuscados, dificultando a caminhada entre eles. Isso dificultaria a mecanização do plantio, caso se quizesse fazê-la, de vez que o terreno não é destocado e a madeira não é comercializada, ficando perdida no solo a apodrecer. Se a mata é de babaçu, o fogo se desenvolve entre as palmeiras, queima as folhas mas não mata a planta e após três ou quatro anos voltam a produzir coquilhos.

As principais culturas são a mandioca, plantada em dezembro e janeiro, com as primeiras chuvas; o arroz, que aí não é inundado, plantado logo após, em janeiro e fevereiro; o milho, também cultivado em janeiro e o algodão em janeiro e fevereiro; associam a essas culturas várias outras como a fava, o feijão e o gergelim.

Em maio e junho colhem o arroz; em julho, o milho; em agosto e setembro colhem o algodão, a fava e o feijão, ficando no solo a mandioca que, conforme a variedade, as condições de solo e as possibilidades de colocação no mercado, pode ser colhida desde os seis meses até os dois anos de idade.

Se a terra é devoluta, não tem dono, toda a renda é do agricultor, mas nesta área é mais frequente aparecer o dono da terra que cobra um alqueire de arroz por cada "linha de terra". Como a produção média de arroz por "linha de terra" — um têrço de hectare — é de 8 a 9 alqueires, a renda equi-

vale a um oitavo ou um nono do que o agricultor pode produzir. Observa-se, assim, que é bem inferior à renda cobrada nos Estados mais povoados do Nordeste, onde êle chega a atingir um terço ou a metade da produção⁽¹¹⁾. Isto resulta de haver no Nordeste menos terras a serem cultivadas e mais agricultores sem terras a desejá-las, enquanto no Maranhão é maior a abundância de terras e menor a oferta de braços. Assim, no Nordeste é maior o poder de barganha do proprietário e no Maranhão maior o dos agricultores. Observa-se hoje, porém, com a elevação do preço do arroz e o crescimento do número de agricultores que desejam terras, que os proprietários procuram elevar o fôro — aluguel — começando a cobrar dois alqueires por “linha de terra”.

A produção é vendida nas cidades mais próximas aos centros a comerciantes que emprestam dinheiro aos agricultores a juros elevados. Êsses empréstimos a juros de 8 e 10% ao mês, são feitos com o compromisso da venda antecipada da produção “na fôlha”, por preço inferior ao do mercado. O agricultor é explorado duas vezes, através da taxa de usura do juro que paga e através da venda da produção por preço inferior ao do mercado por ocasião da colheita.

De grande importância para os agricultores era a extensão aos mesmos do crédito agrícola do Banco do Brasil a juros módicos. Infelizmente, porém, são os grandes proprietários que se beneficiam com o mesmo devido às facilidades que têm, vivendo nas cidades e tendo conhecimento com altos funcionários dos bancos. Fazem empréstimos a juros baixos — de 6 a 12% ao ano — e dividem estes capitais em parcelas que emprestam aos moradores a juros de 8 a 10% ao mês. Obtêm dêsse modo um lucro elevadíssimo jogando com o dinheiro do Banco do Brasil.

Em 1960, no Governo de Jânio Quadros, foram criadas unidades de crédito móvel — as chamadas *movecs* — que deveriam ir aos *centros* à procura dos pequenos agricultores a

fim de lhes fornecer diretamente o crédito. Dêles se exigia o mínimo de documentos — escritura da propriedade, se era proprietário, ou carta de anuência do proprietário, se era agricultor sem terras — sendo o empréstimo feito à base da confiança pessoal. Era medida muito justa, de vez que o dinheiro público voltaria ao povo beneficiando os que realmente trabalhavam a terra.

Teòricamente, a medida era excelente, mas não teria uma real e eficiente aplicação, pois o Banco do Brasil com a sua estrutura centenária e com funcionários habituados a um sistema de trabalho, não podia modificar-se em poucos anos. E os problemas surgiram. Os gerentes das agências do Banco do Brasil muitas vezes não tinham sensibilidade para encarar o problema do pequeno agricultor e preferiam continuar as transações com os grandes fregueses que pagavam seguramente as suas contas. Raciocinando como se fôsem banqueiros privados, não se preocupavam com as condições sociais mas apenas com os lucros. Também o crescimento vertical do número de contratos acarretaria o aumento do trabalho da agência que, quase sempre deficitária de pessoal, não tinha um corpo de funcionários capaz de atender à multiplicação do número de empréstimos. Os pequenos agricultores, ignorantes e sem experiência do trato bancário, temiam recorrer ao Banco e cair no desagrado do coronel que lhes emprestava dinheiro antes. Tudo isto e o medo de desagradar aos poderosos, o interesse em servir os influentes, o receio de uma modificação nas estruturas enraizadas e às vezes, até, um compromisso com as mesmas, fizeram com que só em uma ou outra área a extensão do crédito agrícola ao pequeno agricultor tivesse expressão. Só aos poucos é que êstes foram vendo e se compenetrando de que o crédito do Banco era vantajoso e passaram a procurar as agências para requerê-lo. Daí as cenas que presenciamos em Caxias, em outubro de 1962, ao visitarmos a cidade, quando centenas de agricultores se postavam em frente à Agência do Banco do Brasil à espera do deferimento de seus papéis e da primeira parcela do empréstimo. Êste era feito tendo por base a importância de NCr\$ 3,00 por cada “linha de terra” cultivada, sendo frequente agricultores receberem de NCr\$

(11) ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — A Terra e o Homem no Nordeste, pág..... Editora Brasiliense. São Paulo, 1963.

45,00 a NCr\$ 90,00 por 15 ou 30 linhas de terra que possuissem.

Apresentavam seus títulos de propriedade ou cartas de anuência, ou ainda, no caso de cultivarem terras devolutas, garantias de pessoas da cidade de que as cultivavam, e aguardavam o deferimento. Ocorria, porém, que com a grande procura de crédito e o déficit de funcionários, os processos demoravam e os agricultores ficavam na cidade de 30 a 60 dias sem nada o que fazer, tendo despesas com hospedagem e perdendo de trabalhar nas culturas; gastavam mais do que o empréstimo pedido e os juros tornavam-se maiores do que os pagos aos agiotas. E a política creditícia organizada por Jânio Quadros perdia a sua finalidade.

Este sério problema do crédito ao pequeno agricultor requer uma solução urgente; pelos motivos expostos, o Banco do Brasil só alcança uma parcela mínima da grande massa que necessita de crédito. Uma política cooperativista em larga escala é sempre apontada como solução ideal, mas na prática tem falhado, de vez que as poucas cooperativas que têm sobrevivido no Nordeste são organizadas por grupos que se utilizam politicamente do crédito, manobrando-o em seu próprio favor, emprestando dinheiro a juros bancários comuns. As poucas exceções existentes confirmam a regra. É necessário que se desenvolva uma organização cooperativista a longo prazo com a pregação do povo para a participação na vida da comunidade e a compreensão de que só organizado pode solucionar os problemas que o afligem.

Além destes problemas ligados à estrutura do próprio Banco, há outros que também contribuem para dificultar a participação do pequeno produtor no crédito agrícola. Muitos proprietários simplesmente para manterem o agricultor na sua dependência e continuarem a emprestar dinheiro aos mesmos a juros elevados, recusam-se a fornecer as cartas de anuência impedindo-os de pleitear o empréstimo do Banco do Brasil. Alegam temer que a referida carta seja considerada um aval e que sejam responsabilizados pelo pagamento caso o agricultor não pague; além disso, aliados aos comerciantes das cida-

des, os agiotas exploram a ignorância dos agricultores, afirmando que o dinheiro do Banco do Brasil é enviado pela "Besta Fera" — nome pelo qual o demônio é conhecido entre o povo rude e ignorante do interior — e que o seu recebimento implicaria numa condenação. O que se pode observar é que de todas as maneiras o agricultor é explorado.

8 — *Os problemas agrícolas na zona pioneira.*

A agricultura na zona pioneira é bem diversa; o povoamento penetrou pela floresta destruindo-a em linhas de três a seis quilômetros de largura por mais de uma centena de comprimento, acompanhando as vias de penetração como a linha telegráfica, aberta em 1930 e a rodovia BR-22. O caboclo de setembro a dezembro faz a roçagem e a "coivara", destruindo grandes extensões de mata devido aos incêndios que promove. Para cultivarem de seis a oito "linhas de terra" queimam às vezes uma área enorme, causando tremenda devastação. O círculo de fogo que se observa à noite nos centros em torno das áreas já desmatadas, é bem o testemunho dessa afirmativa. Depois de dezembro, em janeiro e fevereiro plantam o arroz, o feijão, a mandioca, o milho e o fumo. A cultura do arroz ocupa uma área de 4 a 5 "linhas de terra" e são muitas as variedades cultivadas, umas de ciclo vegetativo mais rápido (3 a 4 meses), como as conhecidas pelos nomes populares de jacundá, de preto e de vermelho e outras de ciclo vegetativo mais longo (5 meses) como a come-cru ou zebu. As variedades de melhor qualidade como o agulha, vêm sendo introduzidas agora. Obtém-se nessa área, em média, 25 alqueires por "linha de terra", ou seja 75 por hectare. O alqueire maranhense corresponde a 30 quilogramas de arroz com casca.

Aí, como nas demais áreas, é ainda a falta de crédito o grande drama do agricultor. Necessitando alimentar a família, ele fica à mercê dos proprietários das usinas de arroz que são numerosos na zona pioneira e que se deslocam periodicamente acompanhando a frente. O comerciante — industrial que explora o agricultor — concede o empréstimo com juros elevados e compra o arroz na palha, no campo, muito antes da colheita. Assim, em março de 1962, ofereciam NCr\$ 0,06

por alqueire de 20 quilos de arroz. Em abril êste alqueire já valia NCr\$ 0,10 e em junho NCr\$ 0,20; o agricultor, porém, tinha de entregar o produto pelo preço acertado com o comerciante na época do empréstimo. O comerciante beneficiava o arroz nas usinas, o que não representava um grande investimento de capital e vendia o mesmo à razão de NCr\$ 4,00 o saco, tendo dêsse modo um formidável lucro às custas do agricultor.

A mandioca é plantada com as primeiras chuvas e colhida seis meses após o plantio. Nos terrenos altos, enxutos, ela suporta no campo até dois anos, mas nos baixios, se não for colhida até os oito meses, apodrece. O processo de fabricação da farinha é muito primitivo, lembrando a influência indígena; fazem sempre a farinha d'água, amarela, ao contrário da sêca, dominante no Nordeste.

Não há, como no Nordeste, as tradicionais casas de farinha, mas apenas os chamados "pebeiros", que são cercados de palha construídos dentro d'água parada, em lagoa ou barreiro, de vez que o sub-solo é rico em água, bastando cavar alguns metros para encontrá-la. Se a água estiver exposta ao sol colocam-se as raízes aí durante 3 dias, se sombreada, por 4 ou 5 dias, sendo posteriormente retiradas, descascadas e prensadas no tipiti para desprender a manipueira e postas a secar aquecidas ao forno. A falta de crédito e o contróle da comercialização pelos industriais e comerciantes agravam sèriamente a situação dêstes agricultores, contribuindo para o enriquecimento daqueles, que é proporcional ao empobrecimento dêstes.

Outros problemas que agravam muito a situação são representados pelas condições climáticas e edáficas e pelo sistema agrícola rotineiro — o da cultura itinerante. Do ponto de vista climático, acha-se o Oeste do Maranhão em área muito quente e muito úmida, onde a temperatura é elevada durante todo o ano e as chuvas abundantes se distribuem por vários meses. Desenvolve-se aí uma floresta equatorial muito densa que se auto-alimenta com as fôlhas que caem, com a matéria orgânica que elas fornecem ao solo. Derrubada a mata e realizada a queimada, perde o solo esta matéria orgânica que se

transforma no humus fertilizante e passa a contar apenas com os minerais básicos. Êstes, porém, destruída a floresta, ficam desprotegidos e são lixiviados; as águas das chuvas em zona de clima quente e a temperatura de acôrdo com o ambiente, têm um alto poder dissolvente; encontrando o solo desprotegido devido a ausência da vegetação natural, logo dissolvem os sais básicos — fósforo, potássio, cálcio, etc. — e os transportam, deixando o solo empobrecido. A infiltração é ainda favorecida pela natureza silicosa dos solos. A produção decresce em pouco tempo e o agricultor não encontra outra solução senão caminhar para frente, destruir novas porções de mata e fazer novos roçados. Vai espalhando o deserto e aumentando cada vez mais a distância dos mercados produtores, encarecendo, conseqüentemente, o produto.

O recurso da adubação poderia ser apontado como medida saneadora contra o empobrecimento do solo, mas tem que se levar em conta uma série de fatôres como o preço elevado do adubo químico, a dificuldade do desenvolvimento nessa área da pecuária bovina, uma vez que os climas quentes e úmidos apresentam uma série de restrições à pecuária, sobretudo quando extensiva o que afasta a possibilidade da obtenção do adubo orgânico; o baixo nível cultural dos agricultores e a rápida degradação dos adubos que nos climas quentes e úmidos fazem sentir os seus efeitos apenas por alguns meses, enquanto nos temperados sua ação se faz sentir por alguns anos.

Não somos deterministas, não descremos do desenvolvimento das civilizações em regiões de climas tropicais, não somos pessimistas como Pierre Gourou, a respeito do meio tropical⁽¹²⁾; mas não podemos deixar de constatar fatos e de afirmar a necessidade de se fazer a exploração da terra de acôrdo com as condições naturais a fim de que a natureza seja explorada, mas não seja degradada.

Achamos que nas regiões de clima equatorial ou sub-equatorial, não se deve destruir totalmente a floresta e deixar

(12) LES PAYS TROPICAUX. Principes d'une géographie humaine et économique, 2^{ème} édition. Presses universitaires de France, 1948.

os solos desprotegidos, à mercê da intensificação da ação dos agentes erosivos. Dever-se-ia desmatar as áreas baixas localizadas à margem dos rios para as culturas anuais. Essas áreas, embora pouco extensas, são anualmente enriquecidas pelos depósitos feitos pelos rios durante as enchentes e podem ser exploradas racionalmente, com altos rendimentos. Os trechos altos que não recebem os aluviões durante as enchentes e que são mais atingidos pela erosão ao se escoarem as águas que caem durante os períodos chuvosos, não devem ser desmatados, mas explorados racionalmente, através da coleta dos produtos aí existentes e da retirada da madeira. As árvores derrubadas poderiam ser substituídas por outras que fôsem economicamente mais produtivas e se poderia fazer uma agricultura de árvores que alimentassem e fornecessem rendimentos à população, sem destruir o patrimônio edáfico.

Já é tempo de não se ter ilusões, de não se julgar férteis os solos das áreas cobertas pelas fabulosas florestas equatoriais, mas de se compreender a realidade e procurar explorar os recursos de que se dispõe sem destruir a fonte dos mesmos. Cada área do globo tem de ser explorada de acordo com as condições aí dominantes, por métodos próprios. É sempre perigoso transportar métodos e processos que surtiram efeito em regiões temperadas para as tropicais. Temos que evoluir dos processos rotineiros da agricultura itinerante, da cultura cabocla, para as formas racionais e mais produtivas, através de processos e métodos apreendidos do conhecimento e da experiência adquiridos no contacto e no exame de uma realidade. Temos que utilizar soluções tropicais para os problemas tropicais. Assim, é necessário fixar a corrente migratória que caminha em direção ao rio Gurupi, onde ela se acha, ensinando processos agrícolas e de exploração florestal e organizar o crédito e estendê-lo aos pequenos agricultores e à comercialização da produção, a fim de livrá-los da exploração dos agiotas e de todos aqueles que sugam o suor dos que trabalham a terra.

Sociologia e Sociologias (*)

NELSON SALDANHA

1. *À cata do conceito.* Algo de verdade havia na intuição histórico-doutrinária de Comte, quando, com profundidade e largueza de vistas, embora condicionado por pesados equívocos, traçou a sua "lei dos três estados". Com efeito, se o caráter de sucessão linear e excludente que a lei atribuía às fases teológica, metafísica e científica constituía um indemonstrável exagero ou uma deformação imperdoável, era correto e até decisivo compreender que a era de predomínio do pensar puramente metafísico cederia vez a um tempo em que as exigências empiristas iam propiciar o advento de um saber cada vez mais voltado para o social e ao mesmo tempo cada vez mais atado às concreções e às positividades. Aquela intuição, que vinha numa série de outras, entre as quais as de Condorcet e Saint-Simon, correspondeu à força mesma do positivismo como criador da Sociologia, embora também à sua fraqueza (vinda de seu exagero) como apagador das verdadeiras e permanentes necessidades filosóficas do pensar humano.

O fato é que o pensamento humano, mormente o pensamento social, se tornou cada vez mais vinculado aos problemas da ciência sistemática da sociedade, fôsse qual fôsse a formulação, fôsse qual fôsse o embasamento que se desse a esta, por filiação metodológica. Desde a geração de Comte, todos vieram sendo um tanto sociólogos. Fouillée chegou a falar, em livro típico de sua hora, na "concepção sociológica do mundo", que teria emergido juntamente com o progresso científico. De certo modo, a sociologia, como tipo de explicação, ficou fun-

(*) Capítulo do livro em preparo.

cionando nos tempos contemporâneos com a mesma generalidade que tinha tido o tipo teológico de pensar, séculos antes.

Mesmo quando a pretensão absorvente da sociologia com-tiana, que queria ser abrangentemente a suma dos conhecimentos referentes ao ser social, foi atenuada, dando lugar ao crescimento específico das outras ciências sociais, menos gerais do que ela, como a política, a economia etc., mesmo assim o "modo" sociológico de ver as coisas seguiu assente e atuante, influenciando de certa forma em quantos tratassem de assuntos ligados ao ente humano.

Mas com isso surgiu, ou antes, progrediu paralelamente, o problema do conceito. Com o florescimento das ciências culturais (e sobretudo depois que elas foram chamadas de culturais ou de sociais, por influência de certas correntes filosóficas), ciências que desde a fase romântica ampliavam-se e desdobravam-se, a sociologia ficou vista como um saber social básico e indispensável, mas cuja convivência acadêmica com as demais disciplinas do humano pedia uma definição de limites. Os leigos de todos os lados usavam o nome da sociologia e lançavam mão de sua linguagem; os especialistas cuidavam de valorizar seu terreno procurando delimitá-lo.

Seria inócuo e sem graça arrolar as tentativas de definição. Apenas, para mencionar um dos nós do problema, cite-se a frase de Hans Freyer, segundo a qual a sociologia é "a autoconsciência de uma realidade social", o que significa que entendê-la é vê-la em ligação com as condições sociais mesmas em que ela se elabora. Esta opinião, que não é uma definição, e que implica um fecundo rastro da chamada sociologia do conhecimento (no caso, voltada por assim dizer a uma "sociologia da sociologia"), é realmente sugestiva. Podemos tomá-la como ponto de partida, sem deixar de anotar que, no final de contas, a sociologia, tal como hoje a vemos, tão estendida e multiplicada, vem a ser uma espécie de *ponto de vista* que ao estudo do humano e do social se aplica⁽¹⁾.

(1) A frase de FREYER vem em *La sociologia, ciência de la realidad*, trad. F. Ayala, ed. Losada, Buenos Aires 1944, Introdução, pág. 19. Opinião que tem de ter-se em mente é a de ORTEGA Y GASSET, que em seu *El hom-*

2. *Advento da Sociologia* — Os melhores autores explicam o advento da sociologia como algo ocorrido dentro do crescimento da cultura ocidental. Ou seja, como um episódio decisivo, através do qual se as elites intelectuais do Ocidente se deram conta do mundo social em que pisavam. É claro que houve consciência social e especulação sobre coisas sociais desde a antiguidade (os gregos estão aí para figurar como precursores de tanta coisa), mas a estruturação da sociedade pós-feudal e a complexificação de seus elementos, ou da relação entre ela e a vida intelectual que condicionava, é que ensejou problemas novos, ligados à nova mutabilidade de padrões e ao novo tipo de insatisfação intelectual perguntona e racionalista. Como antecipação mais próxima valem as idéias sociais medievais (sobressaindo a impressionante figura moura de Ibn Kaldum), as teorias políticas renascentistas e post-renascentistas de Maquiavel, Bodin, Hobbes, Grócio, e mais ainda os estudos que o iluminismo liberal ou pré-liberal cultivou e que se expressam por exemplo nos escritos dos enciclopedistas franceses⁽²⁾. A esta época correspondem as obras de Vico, confuso e genial, e as de Montesquieu, visivelmente o renunciador de uma disciplina sociológica metódica, maciça e segura. É certo que os que queriam a revolução burguesa estudavam a sua sociedade como um corpo doente; é certo que os que se horrorizaram com ela (como Burke na Inglaterra) analisaram as organizações sociais e históricas para inferir viabilidades e conveniências; e os que sobreviveram ao Terror em Paris pensaram em rever os conceitos vigentes e os ideais sociais. Por sua parte, os economistas desde Quesnay e desde Adam Smith vinham dissecando processos e

bre y la gente desenvolveu-se uma aguda embora excessiva crítica aos sociólogos pela falta de definições básicas com que trabalham, e que, todavia, encontrou quem lhe atribuisse uma autêntica sociologia entendida como "teoria da vida coletiva, fundada em uma prévia teoria da vida humana efetiva, isto é, a individual" (a atribuição e a frase são de JULIAN MARIAS, no § 26 de sua "Estrutura Social": cf. *Obras*, vol. VI. Rev. de Occidente, Madrid 1961, pág. 252, nota). Para discussões didáticas sobre o conceito de sociologia, vejamos os compêndios mais conhecidos, inclusive no Brasil o de PINTO FERREIRA, *Sociologia*, ed. Konfino, 2 volumes, Rio 1955, ou de PAULO DOURADO DE GUSMÃO, *Manual de Sociologia*, 2a. edição, Forense, Rio 1967.

(2) Cf. RENÉ HUBERT, *Les Sciences Sociales dans l'Encyclopédie*, Paris, ed. Alcan, 1923.

tentando generalizações. Tudo isso, chegada a grande fermentação que foi o romantismo, frutificou como temática para uma ciência global e urgente, referida à vida social como um todo, construída em termos de repasse histórico e de combinação de dados.

Foi isso justamente o que Comte fez: um amplo repasse histórico conivente com uma combinação de dados sistemáticos, tendendo (um tanto como no caso de Platão) a um conservadorismo rigoroso mas também a uma reestruturação total. Mas sendo, sobretudo, um exemplo de construção orgânica e de pertinência intelectual.

Depois de Comte, a maturação: Durkheim com a depuração metodológica, Spencer — aliás contemporâneo daquele, mas sobrevivente — com o organicismo e o evolucionismo. Evolucionismo que seria idéia de tanta influência nas gerações seguintes. E com a maturação, a consolidação: a escola sociológica francesa, a convivência com os historiadores e os antropólogos, sempre fecunda, e com os filósofos políticos alemães, com os economistas (Marx, bem como os historicistas), e com os juristas. Nomes como Dilthey e Simmel, na transição para o século XX, e como Max Weber, nos primeiros lustros deste, enriquecendo-lhe a problemática, e tornando-a dútil, flexível, intrincada e sutil. Depois, os crescimentos posteriores, a idéia de crise social, o impacto das guerras, as sugestões de Scheler e Mannheim, o desenvolvimento dos aparatos de pesquisa e dos requintes fenomenológicos. E então, os problemas de nossos dias⁽³⁾.

(3) Para a evolução da sociologia, dentre a numerosa bibliografia cf. desde logo as profundas páginas de WILHELM DILTHEY na *Introducción a las Ciencias del Espiritu* (trad. J. Marias, Rev. Occidente, Madrid, 1956, cap. XIII), e a síntese de LEOPOLDO VON WIESE, *Sociologia — historia y principales problemas*, trad. esp., Col. Labor, Barcelona 1932. Ver igualmente FRANCISCO AYALA, volume I de seu *Tratado de Sociologia*, B. Aires, 1947; G. BOUTHOU, *História da Sociologia*, trad., coleção "Saber atual", S. Paulo 1968; E. BOGARDUS, *História do Pensamento Social* tradução, ed. Fundo de Cultura, São Paulo, 1960, 2 volumes; N. TIMACHEFF, *Teoria Sociológica*, trad., 2a. ed., Zahar, Rio 1965; JEAN DUVIGNAUD, *Introduction à la Sociologie*, Gallimard, Paris 1966, cap. I; e também PAULO DOURADO DE GUSMÃO, *Teorias Sociológicas*, ed. Fundo de Cultura, Rio 1962.

3. *Seus caracteres "como ciência"*. Põe-se em geral esta questão, dos caracteres da sociologia "como ciência". O que sempre se quer saber é que tipo de ciência ela é, mas muitos vão mais dentro e indagam se ela é ciência. Geralmente a "dúvida" sobre a cientificidade da sociologia compete aos seus cultores que tendem ao cientismo naturalista no tocante à teoria geral da ciência, aos que entendem, noutras palavras, que ciência propriamente dita é aquela que comprova suas afirmações com verificações positivas, que as integra em articulações rígidas e usa modelos quantitativos para tudo isso. A opinião deste tipo padece de preconceito naturalista e não leva em conta o cunho próprio das ciências do humano.

Já os que entendem "ciência" em sentido mais amplo, e ordinariamente dividem as ciências em positivas e culturais, ou naturais e sociais, não perguntam se a sociologia é ciência: perguntam pelo tipo de ciência que ela é, e pelo alcance efetivo que tem ou pelo grau em que a afetam certas circunstâncias. A nós esta posição parece preferível. Longe do certo anda o Sr. Donald Pierson quando "espera" que a sociologia venha a ser tão científica quanto... uma ciência.

No cerne, por outro lado, esta questão se liga aos parentescos epistemológicos da sociologia, ou seja, às relações que pode guardar com disciplinas vizinhas — história, psicologia, antropologia. E assim, varia de autor para autor a formulação da questão: se um sociólogo acha que ela deve evitar o viés psicológico ela terá determinadas características; se achar que ela deve valer-se do *approach* psicológico, características outras, e isso vale para a relação com as ciências vizinhas todas. Se um sociólogo é simultaneamente demógrafo e estatístico, êle provavelmente caracterizará a sociologia como ciência sociográfica⁽⁴⁾, registradora de variações numéricas; se seus estudos

(4) LOGAN WILSON, em seu artigo sobre a sociografia dos grupos, incluído na obra conjunta dirigida por Gurvitch e Moore *Sociologia del siglo XX* (trad. esp., ed. El Ateneo, Buenos Aires 1956, vol. I, cap. VII), propõe que o uso do termo "sociografia" corresponda aos estudos que enfocam o grupo como objeto precípuo. Etimologicamente, entretanto, o elemento *grafia*, distinto de *logia*, indica de fato um tratamento mais descritivo e mais empírico dos problemas.

de base são antropológicos, ela se verá caracterizada como estudo de padrões culturais e assim por diante.

Se é verdade que as barreiras internas entre as ciências sociais têm utilidade relativa⁽⁵⁾, não devemos todavia deixar que a sociologia se dilua de todo ao contacto de suas comparsas. E se é importante não considerar negativamente suas relações por exemplo com a história — Freyer e Wright Mills, entre outros, já acentuaram a incontornável necessidade desta para a sociologia —, também é certo que os problemas centrais do sociólogo são intransferíveis⁽⁶⁾.

Muito representativas, ainda, são as divergências sobre ter ou não a sociologia cunho nacional, ser ou não ser uma ciência “universal”. Como é evidente, as tendências se decidem com base na perspectiva epistemológica: os que vêem a sociologia como ciência a tornar-se positiva, querem-na igual por toda parte; os que a entendem como saber cultural, consideram-na variável segundo padrões nacionais. No Brasil, por exemplo, a pugna por uma sociologia de índole nacional foi conduzida brilhantemente por Guerreiro Ramos e outros estudiosos do grupo chamado ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que durante alguns anos debateu problemas nacionais.

Um outro debate muito relevante corresponde à questão de ser a sociologia “neutra” axiológicamente, ou seja, de abster-se de tomar partido ou não, devendo ou não limitar-se a explicar realidades, problema que aliás vem da metodologia de Max Weber. Para uns, a sociologia deve realmente restringir-se à análise dos fatos sociais, apontando condições e descrevendo

(5) CLYDE KLUCKHOHN, no “Apêndice” ao seu *Mirror for Man* (trad. esp. sob título *Antropologia*, FCE, México, 1949, pág. 353), compara irônicamente as delimitações entre ciências sociais a “jardins” que os eruditos muram contra intrusos, mas que a toda hora precisam ser saltados.

(6) A opinião de FREYER está no livro citado à nota 1, em várias passagens da *Introdução*. A de Mills, para quem “toda sociologia digna do nome é sociologia histórica”, está em *A Imaginação Sociológica*, trad. W. Dutra, Zahar, Rio 1965, pág. 159. Sobre as relações entre a sociologia e as outras ciências, ver ainda a *Sociologia* de GILBERTO FREYRE (ed. J. Olympio, Rio 1954), volume I, Introdução; e também o capítulo XII de MACHADO NETO, *O problema epistemológico em sociologia*, Bahia 1959.

dados, e deixar à filosofia e à política a valoração das situações e a indicação de atitudes. Para outros, a análise mesma implica em esquemas preferenciais prévios, e a seleção dos dados a descrever envolve valorações ideológicas. O debate alcança, na verdade, o conjunto das ciências sociais, que em nosso entender não podem renunciar às suas raízes filosóficas nem estreitar-se no mero registro de fatos, registro que, se elevado a “exame”, já pede modos de ver que não são nem podem ser inteiramente neutros. Objetividade sim, é outra coisa, e é coisa a exigir-se⁽⁷⁾.

Outra questão seria de saber se ao saber sociológico corresponde ou não normatividade, problema em parte vindo de Durkheim (que foi no fundo um moralista). e que hoje todavia, salvo melhor juízo, se acha *demodé* em face do que se entende por ciência e da superação da idéia de uma “ciência normativa”.

Haveria ainda a indagação sobre ser a sociologia uma ciência teórica, da qual a pesquisa seria apenas parte instrumental, ou seria uma ciência de pesquisa, a que a teoria serviria apenas de complemento. Essa questão dependente inclusive de tendências nacionais, havendo um padrão teorista que corresponde à sociologia européia — e mais particularmente à alemã —, e outro praticista ou pesquisista que se considera próprio dos norteamericanos em seu tipo mais comum. No fundo, é discutível o próprio conceito de “pesquisa”, mas não nos demoraremos sobre o ponto.

(7) A posição neutralista tem no Brasil um ilustre defensor em MACHADO NETO. Veja-se seu brilhante ensaio. “As ciências humanas e a neutralidade científica”, em *Problemas filosóficos das ciências humanas*, Brasília 1966. Para o professor Machado, o neutralismo é condição de liberdade intelectual, e a valoração caminho de totalitarismo. Quer-nos parecer, porém, que o relativismo, realmente necessário à liberdade, não impede as valorações, antes as recoloca, e que muito totalitarismo convive com aparentes neutralismos. Aliás os neutralismos quase sempre são aparentes, e neste sentido vale a crítica de MILLS, quando, no citado livro *A Imaginação Sociológica*, denunciou os substratos conservadoristas que se acham por trás de certas construções formalmente objetivas. Discussão análoga poderia ser levada a cabo a respeito das pretensões neutralistas da filosofia dita “analítica” (cf. a propósito o artigo de HANS LENK, “Kann die Sprachanalytische Moralphilosophie neutral sein?”, em *Archiv fuer Rechtsund Sozialphilosophie*, vol. 1967, LIII — 3, pág. 367).

4. *Métodos.* É comum encontrarem-se nos livros sobre ciências sociais, em sua parte metodológica, uma referência inicial à indução, pondo alguns, inclusive, a questão de ser o trabalho sociológico predominantemente indutivo ou dedutivo. A colocação da coisa nêstes termos, contudo, recua excessivamente o entendimento do problema. Indução e dedução são métodos lógicos básicos, modos padrão de operação intelectual, cuja aplicação a ciências especiais vem em forma indireta e transformada. Pode-se então falar em métodos indutivos e dedutivos para as ciências em geral, com essa ressalva.

É preciso, porém, distinguir ainda entre os métodos que são das ciências sociais como um todo, e os que são próprios da sociologia. Aquêles são, por exemplo, o comparativo, o "histórico", o chamado sistemático, o monográfico (apesar de ter nascido com intenção sociográfica). Entre os métodos peculiares ao estudo sociológico pode citar-se o ecológico, se bem que os botânicos também façam uso da ecologia. O método tipológico, cuja fundamentação se deve a Max Weber, é realmente próprio da sociologia em sua aplicação original, mas nada impede seu uso entre cientistas políticos ou antropólogos, que em verdade, como Monsieur Jourdain que fazia prosa sem saber, constróem tipos ideais como necessidade metódica em seu trabalho e apenas não bordam explicitações. Essas coisas repousam, em grande parte, numa questão de explicações e denominações.

É importante, sob certo prisma, distinguir o termo *método*, de mais largo alcance, do termo *processo*, de sentido mais instrumental. Os processos são formas de realizar os métodos. No caso do método tipológico, por exemplo, os tipos podem ser obtidos por diferentes processos. Mas é na dimensão da *pesquisa* que os "processos" se compreendem melhor: os processos metódicos de pesquisa são meios de captar e manipular dados. Para os que, como dissemos antes, entendem a sociologia como estudo "teórico" da sociedade, a pesquisa é tão só um momento ou um dado dêste estudo; para os que a vêem como ciência empírica e de pesquisa (Pierson por exemplo), a importância do estudo dos processos e das técnicas pesquisatórias assume maior importância.

Cabe observar que atualmente a teoria geral dos métodos das ciências sociais se acha enriquecida por novas posições básicas. No caso, a posição marxista, que tenta reivindicar o uso exclusivo do método dialético, na realidade um método — sistema de interesse para toda problemática de alcance filosófico ou cultural (na verdade, o marxismo ortodoxo rechaça a sociologia como ciência burguesa, opondo-lhe o materialismo histórico; há porém margem, nos marxistas menos rígidos, para aceitar a sociologia, bem como, nos sociólogos mais "abertos" ao marxismo, para aproveitamento de esquemas e sugestões marxistas). No caso, também, o chamado inter-relacionismo, proposto por Sorokin entre outros, que quer superar a mania oitocentista do "fator principal" por uma visão em que o social apresenta uma inter-relação permanente entre seus componentes; e também o estruturalismo, palavra recente e provinda dos estudos de Levy Strauss, designando outra posição globalizadora para os estudos sociais⁽⁸⁾.

5. *Divisão.* O problema da "divisão" de uma ciência participa um tanto do necessário, do óbvio, do arbitrário e do inútil. No caso da sociologia, houve desde logo a divisão proposta por Comte em uma *estática social* e uma *dinâmica social*, divisão

(8) Para uma profunda explanação geral, em bases (geralmente) néo-kantianas, veja-se o famoso livro de FELIX KAUFMANN, *Metodologia de las Ciencias Sociales*, trad. E. Imaz, FCE, México 1946. Mais recentemente, M. DUVERGER, *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, P.U.F., 1961, e também *Méthodes de la Science Politique*, Paris, P.U.F. 1959. Sobre os métodos de pesquisa, um dos repositórios mais autorizados e de mais sério nível ainda é o livro de WILLIAM GOODE e PAUL HATT, *Métodos em Pesquisa Social*, trad. C. M. Bori, 2a. ed., São Paulo 1968. Para uma crítica dos excessos dos pesquisadores, ver P. A. SOROKIN, *Achaques y Manías de la sociología moderna y ciencias afines*, trad. esp., Agnillar, Madrid 1957. Sobre a "contribuição" marxista à metodologia social, ver a obra oficial de F. KONSTANTINOV, *El materialismo histórico*, México 1960, cap. I. Exposições independentes, a de T. BOTTOMORE e M. RUBER, *Sociología e Filosofia Social de Karl Marx*, trad. G. Campos, col. Zahar (Rio 1964), ou a de G. GURVITCH, *A Sociología de Karl Marx* (Anhembi, São Paulo, 1960). Sobre a dialética, da imensidão de escritos a respeito, lembramos o notável estudo de DJACIR MENEZES, *Proudhon, Hegel e a Dialética*, ed. Zahar, Rio 1966. Sobre estruturalismo, entre outros, JEAN VIET, *Métodos estruturalistas nas Ciências Sociais*, trad., ed. TB, Rio 1967, bem como a recolta de textos intitulada *O método todo estruturalista*, ed. Zahar, Rio 1967. Para uma crítica da sociologia "a — histórica" moderna, burguesa, v. o importante livro de LUCIEN GOLDMANN, *Ciências humanas e filosofia*, trad., ed. Difusão Européia do Livro, S. Paulo 1967.

de inspiração física, como de inspiração biológica seria a referência de Durkheim a “fatos da morfologia social” e “fatos de fisiologia social”. Outras divisões vieram sendo sugeridas, com maior ou menor fortuna; entre elas a de Gurvitch distinguindo uma macro-sociologia e uma micro-sociologia, com sentido análogo ao que baseia a distinção hoje estabelecida pelos economistas em macro e microeconomia.

Na verdade o problema tem importância secundária, ou seja, não é de ser tal ou qual a divisão mais “certa” que provirá a fecundidade maior ou a maior correção do estudo sociológico. Todavia não é problema a ser eliminado; deve ser tratado como transição metodológica.

Uma das divisões mais aceitáveis, e também mais viáveis no sentido didático, é aquela que distingue a sociologia *geral* e as sociologias *especiais*. Há aliás quem, antes desta dicotomia, diferente basicamente a sociologia *teórica* da *aplicada* (Fernando de Azevedo, por exemplo); esta última divisão entretanto nos parece equívoca. Parece-nos equívoca porque a sociologia dita teórica, e às vezes até chamada de pura, é a sociologia propriamente dita, sendo a palavra “pura” um termo dúbio. A sociologia dita aplicada viria a corresponder a determinadas técnicas de ação social — serviço social, políticas sociais — que, porém, por serem técnicas, deixam de ser ciência. A pureza, rotulando a dimensão teórica, se explicaria por um desejo de exprimir isenção, mas descabe. Em sociologia, é um pseudo-problema perguntar pela “prática”, que faria *pendant* com a teoria; e seria engano identificar com tal presumida “prática” a pesquisa, que é efetivamente outra coisa. É verdade que sociólogos de nomeada dão ainda hoje importância à sociologia chamada aplicada, como é o caso de Florestan Fernandes, que nisso mostra a subjacente marca de influências norteamericanas. Para êle, a noção de sociologia aplicada tem sua razão de ser no alcance empírico e utilitário que concede ao trabalho sociológico⁽⁹⁾. No fundo, todavia, a

(9) Em seu estudo a respeito, incluído como capítulo 3 dos *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (ed. Pioneira, S. Paulo 1960). Outro ponto em que não concordamos com o eminente autor é na conceituação da sociologia como estudo das interações dos seres vivos em todos os níveis de

coisa se reduz a uma “aplicação da sociologia”, o que aponta portanto para algo vindo dela e não identificável com ela.

Voltando então à idéia da sociologia geral e da especial, devemos advertir que no fundo a variação corresponde à série de objetos a que se aplica o *trabalho* do sociólogo: ou se aplica aos problemas totais da sociedade, ou se aplica a algum dos setores ou das ordens de fenômenos sociais, como o direito, a arte, a educação etc. Às vezes, porém, como adverte Duvignaud, certas divisões entre sociologia disso e daquilo nascem de conveniências burocráticas da organização universitária, mais que da objetividade intelectual. Mesmo porque, em cada caso de sociologia especializada, o enfoque é o mesmo, é sempre o sociólogo vendo o direito, vendo a família, vendo a religião. Deve-se reconhecer, entretanto, que a elaboração das sociologias especiais pede que ao preparo sociológico se aliem, às vezes ao menos, preparos complementares ligados ao campo tratado: o sociólogo do direito tem de conhecer a problemática jurídica além da sociológica; o sociólogo da arte tem de conhecer os problemas da produção artística e da vida respectiva⁽¹⁰⁾.

6. *As sociologias especiais*. Portanto as sociologias “especiais” são, logicamente, como as filosofias especiais ou as psicologias especiais, desdobramentos de uma intenção temática fundamental, que se mantém latente embora variem os objetos enfocados. A filosofia do direito, como a filosofia da história são filosofias enquanto formas de indagação e como modos de problematizar fundados em determinadas bases; da psicologia dita diferencial ou da psicologia da indústria pode-se dizer coisa análoga.

Os setores da vida social ou as ordens de fatos, de que

vida, conceituação espantosamente ampla que aceita a idéia de “sociedades animais”, idéia que apenas tem sentido análogo senão metafórico: sociedade propriamente dita é a humana e esta é que serve de objeto ao estudo sociológico.

(10) Sobre a divisão da sociologia ver o capítulo I parte III dos *Princípios da Sociologia* de FERNANDO DE AZEVEDO (Melhoramentos, S. Paulo 1951), bem como os livros de GILBERTO FREYRE e PINTO FERREIRA anteriormente citados, e os de DUVIGNAUD citado à nota 3, supra. Também o *Manual* de PAULO DOURADO DE GUSMÃO, citado supra, à nota 1.

cuidam as sociologias especiais, correspondem mais ou menos ao que Dilthey, em sua notável "Introdução às Ciências do Espírito", chamou (com terminologia hoje discutível) *Sistemas da Cultura*. Para êle a arte, o direito, a religião eram sistemas através dos quais se realiza historicamente a vida dos indivíduos: êstes sistemas, interconexionados, desenvolvem-se dentro de um todo que é a realidade histórica e cultural.

É de aspectos, ou de faixas, ou de "sistemas" nêste sentido, que tratam as diversas "sociologias". Um sociólogo não pode ser sociólogo se não tiver uma visão suficiente do panorama social inteiro, do mundo de relações que é o social; mas por outro lado é muito difícil que um sociólogo dê conta de tôdas as investigações abertas em tôdas as faixas, e então o normal é que êle se prenda mais a alguma delas (ou a algumas, no muito). Durkheim foi sociólogo da organização social, dos costumes, da religião e do direito; Joaquim Wach, sobretudo sociólogo da religião. Não quer dizer que um sociólogo *tenha* de optar por uma faixa, êle pode até ser filósofo e historiador além de sociólogo, dada a relatividade destas denominações. Vai aí, apenas, uma questão de predomínio de interêsses ou de limitações de possibilidades. Em certos, casos, os estudos de uma área podem inclusive completar e iluminar os de outra, como é o caso da sociologia jurídica e da sociologia política, ou o da sociologia econômica com a sociologia do trabalho, tão afins. Mas agora entrariamos no campo das "relações" recíprocas entre elas, o que não é assunto para êste capítulo.

A Incelença -

Aspectos Social e Dramático (*)

RUBEM ROCHA FILHO

Quem anda pelo interior do Nordeste, especialmente nos Estados de Pernambuco e Alagoas (apesar de Luís da Câmara Cascudo apontar Paraíba e Rio Grande do Norte como os centros principais), terá oportunidade de presenciar um velório, em que ainda se cantem incelenças, tanto na forma mais simples do bendito de defunto, como:

Ó Senhor
Ó Senhor
Orai por ela
Ó Mãe de Deus
Ó Mãe de Deus
Orai por ela

ou na forma mais tradicional, variando na numeração, como:

Um anjinho rezava
Pra Maria de Jesus
Ó Maria se alumeia
Ó Maria com uma luz

Dois anjinho rezava
Pra Maria de Jesus
Ó Maria se alumeia
Ó Maria com duas luz.

(Ambas recolhidas em Campina Grande, no Estado da Paraíba, mas difundidas por tôda a região).

Nas famílias de baixo nível econômico, com reduzido contacto com os padrões novos do progresso, o velório ou sentinela mantém um caráter tradicional, vulnerável apenas a poucas transformações. O rádio transistor, que tão profundamente influi sobre o meio, transformando gostos e vocabulários, chegando a descaracterizar por completo o repertório musical de muitas comunidades — como nas festas de São João, por exemplo — não é instrumento que possa estar perto de um moribundo ou de um cadáver à espera do entêrro.

Poucos fatos atuais, além disso, podem vir a interferir nas imagens de súplica que compõem as incelenças. O mais moderno acontecimento que constatamos produzindo uma série de novos cantos fúnebres é a intercessão milagrosa do Padre Cícero Romão Batista e sua santa vida. O impacto do Juazeiro — “Segunda Roma, Herdeira de Jerusalém, Vingadora de Sodoma”, como a consagram muitos folhetos de literatura de cordel — incorporou às incelenças um repertório de milagres e salvação próximas, de pontos de referências para exortações novas que hoje permanecem tão profundamente interligadas aos mais antigos santos da hagiografia católica ou às reminiscências bíblicas mais distantes.

Os testamentos e previsões do fim do mundo, deixadas na tradição popular pelo Padre Cícero, tema independente da vida particular do morto que se vela, tomaram a feitura de incelenças, como a que escutamos no interior do Estado de Alagoas (município de Viçosa), e que transcrevemos abaixo:

O Padre Cícero Romão
Tem fôrça que Deus lhe deu
É como João Batista
Assim Jesus escreveu
Êsse grande mensageiro
Na Matriz do Juazeiro
Novamente apareceu.

Chegou numa sexta-feira
Pra todo mundo ver
O seu manto côr do céu

Chegava a resplandecer
De cada lado uma luz
Viu-se o Menino Jesus
Nessa hora aparecer.

Meu Padrinho nesse momento
Começou com um sermão
Dizendo para os romeiros
Da Virgem da Conceição
Meus filhos cuidem em rezar
Que não tardarão chegar
Os anjos da perdição.

São os anjos do diabo
que chegam no fim da era
fazendo tanto milagre
que todo mundo os venera
saciando fome e sede
são iguais ao capa verde
correios da Besta Fera.

Meus filhos está chegada
a nossa era sangrenta
fome, sede, peste e guerra
duma vez tudo arrebenta
pois serão grandes horrores
vou falar sobre os clamores
daqui pra chegar 80

Nesta era de 50
vem a negra carestia
arrasando as criaturas
vamos tomar grande açoito
a agora em 58
principia as amarguras.

No ano 58
os lucros são sem igual
com abundante fartura

e um inverno geral
mas não terá serventia
por causa da carestia
arrasando o pessoal.

No ano 59
recomeça a agonia
fome peste sêca choro
tormento e carestia
emboca a terceira guerra
que chega a tremer a terra
como o profeta anuncia.

Assim que entrar 60
se alaga todo o sertão
no brejo choverá tanto
de azedar milho e feijão
emburaca a carestia
fome peste e agonia
e nação contra nação.

No ano 61
do Brasil ao estrangeiro
o povo tem de sofrer
no maldito cativoiro
da praia para o sertão
só se vê revolução
que abala o mundo inteiro.

No ano 62
a crise vai ser cruel
foi palavra que Deus disse
ao profeta Daniel
e quem não morrer vai ver
o que nesse ano chover
talvez não molhe um papel.

No ano 63
a 26 de janeiro

haverá um grande eclipse
visto até no estrangeiro
todos esperam o futuro
são os três dias de escuro
escurece o mundo inteiro.

Onde êsse eclipse passar
todo mundo tem de ver
o sol baixar os seus raios
a terra pegar tremer
com um calor tão tirano
que as águas do oceano
começarão a ferver.

No ano 64
é grande a perseguição
sairá o Capa-verde
pregando um grande sermão
oferecendo um tesouro
dando um rosário de ouro
por um da religião.

No ano 65
os dias ficam nublados
Virá o sol côr de sangue
mas com os raios dourados
se transforma o infinito
num dêsses dias o maldito
carrega os amancebados.

No ano 66
geme quem nunca gemeu
chora quem nunca chorou
sofre quem nunca sofreu
briga quem nunca brigou
dança quem nunca dançou
corre quem nunca correu.

No ano 67
já vai descambando a era

os anjos do anti-Cristo
 aparecerão de vera
 propagando as suas leis
 6 6 6
 o sinal da Besta Fera.

No ano 68
 como diz nas escrituras
 bom tempo por pouco tempo
 haverá muitas farturas
 porém vem o satanaz
 procurar pelos sinais
 as malditas criaturas.

No ano 69
 o anti-Cristo aparece
 com todos seus mensageiros
 castigando a quem merece
 cada um com uma cunha
 arrancando olho e unha
 de quem a Deus não conhece.

Logo que entrar 70
 no mundo sai um dragão
 nascido da própria terra
 pra roer o mau cristão
 a era vai ser maldita
 é quando o povo acredita
 no Padre Cícero Romão.

No ano 71
 chegará o rei na cõrte
 criará a lei da fôrça
 da palmatória e açoite
 em vida eu sempre dizia
 meus filhos trabalhem o dia
 pra comerem de noite.

No ano 72
 fica tudo diferente
 as águas correm pra cima
 a chuva que cai é quente
 resplandecerá a luz
 é a vinda de Jesus
 pra salvar todo inocente.

No ano 73
 a crise será pior
 sofrerão fracos e fortes
 pequeno, médio e maior
 tudo sofre e não se expande
 é quando a roda grande
 passa dentro da menor.

No ano 74
 haverá mais agonia
 as árvores não darão frutos
 mulher não mais dará cria
 o vento que sopra é quente
 se acaba todo vivente
 como dizia a proferia.

No ano 75
 a 26 de São João
 surgirão uns gafanhotos
 vindos do centro do chão
 roendo os assinalados
 que já estão desprezados
 nos laços da maldição.

No ano 76
 terá riqueza geral
 ficará no mundo inteiro
 sòmente uma Capital
 as demais tem se arrasado
 porque já se tem acabado
 3 partes do pessoal.

No ano 77

Jesus virá das alturas
arrodado de anjos
vem julgar as criaturas
as boas vão com os Devas
as ruínas ficam nas trevas
no reino das amarguras.

No ano 78

por ordem do Pai Eterno
descerá São Gabriel
e S. Miguel com um caderno
os bons já foram levados
e os maus serão trancados
nas profundezas do inferno.

Foi palavra que Deus disse
cada um pode esperar
o mundo já deu dois tombos
falta um pra completar
disse o Bom Deus Sacro Santo
mundo até mil e tanto
dois mil não há de chegar.

Adeus querido defunto
já fiz o último aviso
mandado por Jesus Cristo
que é o rei do paraíso
todos aceitem a bênção
do Padre Cícero Romão
até o dia do JUIZO.

O velório da estranha e originalíssima incelença transcrita acima, decorrido no interior de Alagoas, foi pela morte do Sr. Francisco Fideles Batista, empregado de engenho. Obviamente a rezadeira plagiava de um cantador de feira, mas tendo a originalidade da ocasião onde aplicou seu canto e o ritmo fúnebre que empregou para os versos. Recolhidos em 1968, êsses versos apocalípticos tinham, entre outras peculiaridades, se des-

moralizado por tantas profecias obviamente não cumpridas. O que não deixava em má situação a rezadeira ou os mais fiéis seguidores do testamento do Padre Cícero. Datada, aproximadamente de 1957 ou 56, a incelença era justificada em cada ano por vagos acontecimentos longínquos, ou pela infinita clemência do Santo que foi livrando seus devotos de piores males. O absurdo da permanência e o uso tão exdrúxulo para a ocasião nos animaram a transcrevê-los. O caráter religioso, e não comercial, ficou mais evidenciado quando a rezadeira se negou a receber qualquer pagamento por nos ditar a incelença profética.

O exemplo nos mostra como o inconsciente coletivo quis naquele cadáver individual simbolizar a humanidade inteira, à espera do holocausto, descrevendo ano a ano as tenebrosas profecias que afligiriam a terra. Mas a incelença citada é um caso extremo, em que não se vêem respeitadas as estruturas musicais e rítmicas das incelenças. Seu tema demonstra a extensão máxima que pode alcançar, nos velórios, a associação dos motivos de morte e extermínio, deixando o caráter particular do defunto e partindo para a generalização de hecatombe e fim de mundo, de guerra total.

Também recolhemos em Lagoa Grande (Paraíba) esta adaptação de incelença e profecia, sem tamanho caráter épico, mas atingindo toda a humanidade através de um só morto:

Quem gostar dêsse defunto
E ama a religião
Reza toda esta incelença
E ore sempre com atenção
Do Padim essas palavras
Veja se guarda essas lavras
Dentro do seu coração:

Muita gente nesse mundo
Ao Padim não dá valor
Mas é porque não conhece
Seu poder superior
Vivo assim não é feliz
Morto Deus não é salvador.

Porém meu Padrinho é
Um mensageiro do Divino
Atende no Juazeiro
Homem, mulher e menino
Confessava e batizava
Salva o morto
Com êsse hino.

Ele dizia: meus filhos
Durante esta minha ausência
Quando houver fatalidade
Rezem a minha incelença
Mas devido aos sofrimentos
Muitos não têm felicidade
Por lhe faltar paciência.

Rogue a Nossa Mãe Santíssima
Ela terá piedade
Ela livra do inferno
Desta grande crueldade
Com a fé na Providência
Deus manda a felicidade
Pra quem reza esta incelença.

Foi a palavra que Deus disse
A seu apóstolo querido
Que quem com ferro fere
Com ferro será ferido
Aquele que mal faz
Neste julgamento final
Vai chorar de arrependido.

Mais comum foi o uso do Padre Cícero como introdução às incelenças já conhecidas antes do período da sua influência. Assim conseguimos o testemunho de uma senhora quase centenária, da Matriz de Camaragipe (Alagoas), que afirma ter cantado a seguinte incelença sem a evocação introdutória, que teria surgido depois da década dos trinta:

“O Padre Cícero mandou
Mandou, mandou!
Uma incelença mandada
pelo Senhor!
Mãe minha, ó mãe minha,
ó que dor no coração.
Mãe minha, ó mãe minha,
Ai que dor no coração!
O Pade Ciço, mandou
Mandou, mandou
Duas incelenças mandadas
pelo Senhor....

Não deixa de ter especial interesse esta inclusão de outros elementos folclóricos, até mesmo mundanos, num fato eminentemente religioso como o das incelenças. As aproximações entre o fim do mundo coletivo e a morte individual encontram nos cantos das incelenças o denominador comum inculcado pelas Santas Missões: a culpa, o castigo, a bárbara religião de penas e expiações. Por outro lado, um estudo sociológico das Santas Missões, que há dois séculos deixam a sua marca nos mais distantes rincões do Nordeste, nos permitirá ver o quanto de insatisfação coletiva se traduz nessa justificativa celestial para implantar castigos — a tal ponto a estrutura feudal marginaliza o homem do campo nordestino em vida que a religião serviria de explicação para êste estado lastimável, invocando culpas originais para desculpar os males antes da morte.

No plano ainda das considerações das inter-ligações de outros motivos folclóricos, uma simples e bela cantiga de romaria ao Juazeiro aparece transformada em incelença:

Ó que caminho tão longe
Tão cheio de arroteio
Valei-me meu Padinho Cirço
E a Mãe de Deus das Candeia

No céu só canta os anjo
 No má só canta a sereia
 Valei-me meu Padinho Cirço
 E a Mãe de Deus das Candeia

Quando entrei na casa santa
 O sangui fugiu-me das veia
 Valei-me meu Padinho Cirço
 E a Mãe de Deus das Candeia

Outras incelenças que poderíamos arrolar como derivações diretas dêste outro motivo folclórico — o Padre Cícero Romão Batista — têm no fato de tratarem do Padre o seu maior interesse e mereceriam um estudo à parte. Nelas, assim como na literatura de cordel, nas pinturas e estampas populares, o Pade Cirço é “fio da Virge Maria”, e sua mãe na realidade, Dona Canô, se funde à imagem de Nossa Senhora das Candeias ou Nossa Senhora das Dôres, tornando-se santa e mãe de Deus. O que a criatividade popular fez em torno de seu “Santo” ultrapassa a canonização e chega literalmente ao endeuzamento.

A incelença, que um matuto do engenho Recanto de Vigosa (Alagoas), definiu numa frase hoje famosa como a “touceira da boa prosa”, tem no interior do Nordeste um caráter de encontro social, comparável ao mutirão ou aos sambas, mas sempre de fundo religioso.

O memorialista Guedes de Miranda (“Poeira do Tempo” Publicação da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas) conta o caso de uma moça que declarava não ter casado por não ter tomado parte em folguedos e sentinelas. A velha Guiomar, personagem da peça “A Incelença” de Luís Marinho, diz a respeito das moças e rapazes que se divertem com namorisco e adivinhações, durante a função: “Vem pra cá só pra chamegar mais os home... um Padre Nosso não rezam...”. Ao que a beata Perpétua replica: “Agora chame pra comer e beber que num instante elas se aprontam”!.

O mesmo Guedes de Miranda se refere, na infância, a

“uma farra com café e bolacha, aguardente e rezas bárbaras”, como sendo sua imagem de menino das noites de incelenças, onde ao lado das conversas surgiam brigas e discussões. A bebida servida noite a dentro explica os frequentes distúrbios e, às vezes, até ferimentos e outras mortes — de uma só incelença saem dois ou três cadáveres, além de gente prêsa pela interferência da polícia.

Dos aspectos mais estranhos e curiosos de que temos notícia no capítulo incelença, dentro do folclore nordestino, chamamos atenção para as incelenças de Senhor Morto. Quando chega a Sexta-Feira da Paixão, na Semana Santa, a população simples e ingenuamente religiosa vê no Cristo Morto, em exposição na matriz, motivo daqueles cantos que especificamente preparam a entrada no céu do pecador falecido. Assim cantam-se a Deus súplicas para o recebimento de Jesus crucificado, perdão pelos pecados cometidos em vida e lembrando a intercessão dos santos ou até do próprio Deus morto. Sem se preocupar com a problemática religiosa e teológica, nem tentando ao menos adaptar a letra, os fiéis cantam as incelenças apenas considerando o Cristo morto como o defunto daquele dia. As duas incelenças que citamos foram ouvidas, entremeadas de rosários, por uma tarde inteira na igreja matriz de Deodoro, antiga capital do Estado de Alagoas, junto à imagem exposta diante do altar para adoração pública:

Uma incelença,
 ó meu Deus,
 Senhor Deus!
 Senhora das Dores
 Os anjos estão no céu
 Cantando louvores

Duas incelenças,
 ó meu Deus,
 Senhor Deus!
 Senhora das Dores
 Os anjos estão no céu
 Cantando louvores

Uma incelença
é de Santa Madalena
Tanto sangue derramado,
Jesus, seu filho é morto!

Duas incelenças
é de Santa Madalena
Tanto sangue derramado
Jesus, seu filho é morto

A seguinte incelença foi recolhida na Sexta-Feira da Paixão comemorada em Sapé, pequena localidade da Paraíba:

Uma incelença
É da Virgem do Rosário
Que do vosso ventre
Formou-se um sacrário
Sacrário aberto,
Senhor saiu fora,
Companha essa alma
Que vai prá Gulora!
Companha essa alma
Que vai prá Gulora!

Duas incelença
É da Virgem do Rosário
Que do vosso ventre
Formou-se um sacrário
Sacrário aberto {
Senhor saiu fora { (bis)
Companha essa alma {
Que vai pra Gulora! { (bis)

* * *

Sabemos que uma das constantes do ritual das incelenças, que nunca são cantadas com acompanhamento instrumental nem por várias vozes, é a repetição das estrofes, pois as frases rimadas tantas vezes repetidas teriam o dom de convencer as

fôrças celestiais. A única variação nas palavras, neste caso mais constante e quase único de canto fúnebre, seria o número que cresceria de um a doze. Habitualmente só no caso da incelença que se entoa para vestir a mortalha, é que se precisa de uma duração específica; aí o canto se estenderia o tempo necessário para a execução da tarefa. De outro modo, admite-se que o número doze tenha relação somente com o número de horas do relógio. Em sua forma mais singela, citemos dois exemplos:

Uma incelença
Que Nossa Senhora
Deu a Nosso Senhor
Esta incelença
É de grande valor

Duas incelença
Que Nossa Senhora
Deu a Nosso Senhor
Esta incelença
É de grande valor

* * *

Já é uma hora
Que os anjos
Vieram te ver
E ele vai,
E ele vai,
E ele vai
Também com você.

Já é duas horas
Que os anjos
Vieram te ver
E ele vai

* * *

No caso do ato de vestir, canta-se com o tempo especificado:

(nome do morto)
 Te alevanta
 Pra vestir
 A derradeira camisa
 Já deu uma hora,
 Deu um dia,
 Pra tu te afastar
 da tua família.

* * *

Que já deu duas hora,
 Deu dois dias
 Pra tu te afastar
 Da tua família

* * *

Só vindo a terminar com a mortalha vestida.

Quando o defunto é criança, tendo tido portanto menos oportunidade de pecado em vida, é costume cantarem as incelenças sòmente até o número sete. As sete horas repetidas bastarão para preparar o caminho celestial de um menino, quando os adultos necessitam de doze.

Em volta dêste costume folclórico, também surgiu a lenda de que, ao iniciarem os cantos, Nossa Senhora comovida se ajoelharia para interceder pelo morto. A Compadecida só poderia se levantar quando as doze horas tivessem sido entoadas, e no caso de interrupção, a mãe de Deus continuaria ajoelhada atraindo um pêso enorme contra a alma em questão, que não se salvaria.

Os benditos, outra forma de oração popular, que frequentemente seguem as procissões e outros festejos religiosos, quase se identificam com os hinos cantados nos centros urbanos, muitas vezes tomam feição de incelenças. Mestre Cascudo diz que as incelenças são cantadas aos pés do morto, enquanto os benditos são entoados à sua cabeceira. Não conseguimos comprovar a

uniformidade desta prática, mas com frequência constatamos benditos — e até simples hinos religiosos de origem européia — cantados de permeio com as incelenças propriamente ditas, num velório. Um dos benditos mais populares, no caso, é o seguinte, recolhido em Juazeiro:

Padinho Cicero Romão
 Já nosso adivogado
 lá no reino da Gloria
 nós seremos perdoados

Nos abençoe meu padrinho
 lá em seu reino sagrado
 no reino do paraizo
 nós seremos abençoados

Se lembre sempre de nós
 seja de nós lembrado
 na hora da nossa morte
 esteja sempre a nosso lado

Espera por nós um dia
 quando também for chamados
 desta vida pra outra
 como o morto velado

Quem me dera Jesus meu
 contra vós não ter pecado
 tantos dias que passamo
 junto com vós adorado

Nos dando tanto concelho
 Pra não cairmos em pecado
 recomendando o rosário
 pra sermos filhos amados

Na era de 44
 a 24 de março
 ficou este mundo santo
 por São Bom Jesus dos Passos

Na era de 34
a 20 de julho findado
se separou-se de nós
por causa de nossos pecados

meu Jesus onipotente
tenha de nós piedade
nos cubra de graça e luz
faça esta caridade

Se lembre daqueles dias
que junto de nós estava
prestando juramento
e a mãe de Deus entregava

Tanto conselho deu
recomendando resar
que não percam um só dia
que eu garanto salvar.

O meu Deus que doce pai
que sempre nos avisava
nos defendia do mal
de todo mal nos livrava

Passou mais de noventa anos
com madeiro pesado
sofrendo junto com nós
nos livrando do pecado

Foi ao ceo pedir por nos
pra por nós esperar
lá no dia do juízo
quando nós ressussitar

Cidade de Juazeiro
de Jerusalém Orather (orate?)
é uma terra de grandeza
de Agnus Dei o frate

Cidade de Juazeiro
seu nome é diferenciado
foi enviado por Deus
por Deus foi enviado

Minha Santa Mãe de Deus
Tenha de nós piedade
me cubra com vosso manto
e a nos abençoava

A sua consagração
que a nos consagrava
alevantava os seus braços
e a nos abençoava

Ofereço esse bendito
a meu padinho C. Romão
no reino do paraíso
dê a nossa salvação.

Costumam atribuir às incelenças, além da redenção dos pecados do morto, um efeito benéfico no momento da morte, quando o canto garantiria a salvação do moribundo. Nestes casos, ouvimos com frequência a seguinte invocação:

Lembra-te do nome de Jesus, irmão
Lembra-te do nome de Jesus, irmão.
Jesus nasceu
Jesus vivo é
Acompanha Jesus
Maria e José
Lembra-te do nome de Jesus, irmão

No momento exato da morte, se exclama:

Acudi Senhor
Acudi agora
Acômpañhai essa alma
Que vai pra Gulora!

Também é frequente a chegada de penitentes, encapuçados e vestidos de longa túnica, se flagelando com maxixes. São homens que cometeram crimes de morte, na maioria das vezes, e que vêm naquele suplício público, ainda que com os rostos cobertos, uma oportunidade de redenção. É de péssimo tom tentar descobrir a identidade de um penitente. Ouvimos em Penedo (Alagoas) a seguinte interferência de um penitente:

São Linguinho era judeu
O peito de Deus furou
O sangui correu, foi no rosto
Que a vista quilarou
Lá no pé da cruz pesada
Maria o manto deixou
Quem vos pediu foi, ó Santana,
Pra cobrir Nosso Senhor!

As primeiras incelenças, cantadas no início do velório, não se prendem especialmente a características determinadas, só podem ajudar para o primeiro contacto com a justiça divina, como mostra esta popularíssima incelença:

Tenho meu rosário
Pra nêle eu rezar
Tenho o meu rosário
Pra nêle eu rezar
Mais Nossa Senhora
Quando eu lá chegar.

Quando eu lá chegar
Com muita alegria
Rezando o rosário
Da Virgem Maria
Rezando o rosário
Da Virgem Maria.

Posteriormente, os rogos tornam-se mais pungentes:

Uma incelença,
Ó Mãe, Senhora Minha,

Eu levo, eu peço, eu rogo,
Uma salve ó Rainha
Eu levo, eu peço, eu rogo,
Uma salve ó Rainha.

Duas incelença,
Ó Mãe, Senhora Minha,

* * *

ou então:

Uma incelença,
Meu Jesus está me chamando
Papai eu vou,
Meu Jesus está me chamando
Papai eu vou,
Mamãe fica chorando,
Papai eu vou,
Mamãe fica chorando.

Duas incelença,
Meu Jesus está me chamando

* * *

Num segundo momento, começam a incentivar diretamente o defunto, numa invocação pessoal:

Levanta irmão pecador,
Do leito em que estás deitado
Vem ver Jesus em tormento
Por causa de teus pecados
As almas do purgatório
Já choram arrependidas
Por não fazer penitência
Enquanto tiveram vida!

Outras incelenças se prendem às partes do dia, isto é, ao crepúsculo ("o sol se incrisou", isto é, se eclipsou), quando a

reza começa de dia, e ao romper do sol, quando se estende pela noite tôda:

Ave Maria, Deus me chamou
Ave Maria, Deus me chamou
Lá vem a barra do dia
Lá vem a Virgem Maria
Lá vem o anjo do céu
Para a tua companhia.

(bis)

Ainda outras incelenças apregoam méritos do defunto:

Uma incelença
Foi quem mereceu
Palma capela e fulô
Vai cantar mais os anjo
Lá no reino do Senhor

Duas incelença
Foi quem mereceu

etc...

Encontramos também cantos fúnebres especializados na enumeração das partes do corpo ou das partes do vestuário:

Mãe minha,
Ó Mãe minha,
Ai que dor no coração.
Abre a porta Pedro,
Abre por favor,
Pra eu tirar meu *braço*
Que a porta imprensou.

Abre a porta Pedro,
Abre por favor,
Pra eu tirar minha *mão*
Que a porta imprensou.

* * *

Pra eu tirar a cabeça

Pra eu tirar minha perna
Que a porta imprensou

Além da já citada incelença para vestir a mortalha, há a que precede a saída do caixão ou rêde de defunto. É a despedida da família e dos amigos:

Uma incelença
Entrou no paraíso
Adeus, (nome do morto), adeus
Até o dia do juízo.

Duas incelença
Entrou no paraíso

* * *

Encontramos igualmente cantos que mostram que a alma ainda não se despregou do corpo, isto é, não enfrentou o julgamento eterno, para se beneficiar das cantigas sagradas:

Ó alma bendita,
por quem estás esperando?
Por uma incelença
Que está se rezando.

Ó alma bendita,
por quem está esperando?
Por duas incelença
Que está se rezando.

Já nesta incelença vemos um início de diálogo; a alma invocada ouve a pergunta na segunda pessoa do singular, e se dá uma resposta em linguagem direta. O que se pode encontrar de esbôço cênico nas incelenças, parece-nos ter suas origens neste diálogo esquemático, pois a potencialidade dramática advém na medida em que os presentes assumem outras

personalidades, quer dizer, quando se transformam em personagens.

Como se trata de uma dramaticidade não elaborada, dentro do seu primitivismo todos os presentes assumem as diversas figuras que dialogam e levam a um desenlace as perguntas dramáticas. Entendemos este termo na sua acepção de ação vivida e não narrada, como o definiu Aristóteles na sua *Arte Poética*.

Reparem que os que rezam não dizem: “a alma responde que estava esperando as orações”; eles encarnam a alma, respondem por ela, ou por outros personagens, como veremos, e tomam para si, usando a primeira pessoa do singular, as falas do diálogo.

Observem como este diálogo caminha, oscilando entre o épico e o dramático, isto é, entre o narrado em sua construção indireta, e o vivido, apresentado diretamente enquanto ação:

Demônio:

Chego nas casa iludindo
Muito dinheiro conduz
Quem é o dono da casa?
Com um gesto de quem seduz

Todos — respondem com fé —

O dono da casa é
O coração de Jesus.

Na própria fala do demônio, pelo meio da incelença, há uma hesitação entre a terceira pessoa do singular, que tornaria narrativo o debate (“conduz” e “seduz”) e a primeira pessoa (“Chego” e a pergunta direta), que daria contemporaneidade da ação. Continua a peleja acrescentando uma dimensão circunstancial (“respondem com fé”) que viria antecedendo a resposta direta (“O dono da casa é...”).

Na passagem seguinte a definição para o dramático aparece menos dúbia:

Demônio:

Como se chama o senhor?
Diga logo como é.
Responda com muita fé

Morto:

O senhor não tem razão
Os donos da casa são
Jesus, Maria e José.

A frase que surge dando a circunstância (“responda com muita fé”) pode tomar o caráter de fala direta dos espectadores da disputa entre o diabo e a alma, e não — como forçosamente na parte anterior — com o cunho de observação episódica e descritivo-narrativa.

O melhor exemplo que recolhemos, porém, já mostra inteiramente definidos os contornos do dramático. Em primeiro lugar, engloba um elenco mais desenvolvido de personagens: as rezadeiras presentes (isto é, as pessoas em suas personalidades próprias)

São Miguel
o Demônio
a alma do morto

Está patente a ausência do narrador. Os espectadores têm uma atuação definida. A sua estrutura econômica dispensa os entrecos que permeiam toda a literatura de cordel, mesmo a que lança mão de eventuais diálogos. No potencial de dramaticidade da literatura de folhetos populares, sentem-se os obstáculos explicativos (“e ele então disse”, “e assim falou”, etc.), que no seguinte exemplo de incelença foram abolidos por completo, com grande proveito para o efeito cênico-dramático. Com

o aparecimento súbito das falas das personagens, cada um defende a sua parte com maior impacto teatral:

Rezadeiras:

Ó Migué, ó Migué,
Ouve a voz
De quem te chama.
Manda buscar
Essa alma
Faz um dia
Que arrecrama.

(Continuará a incelença com a progressão numérica: "faz dois dia/ que arrecrama", "faz três dia/ que arrecrama", etc.)

São Miguel:

Ó de casa,
Ó de fora,
o inferno estremeceu
Eu vim buscar
essa alma
por ordem da Mãe de Deus.

Demônio:

O Migué, ó Migué
Ouve a voz
que arrecrama.
Essa alma
eu não te dou
que já hoje
faz um dia
que essa alma
aqui chegou.

(Também a réplica do demônio sofre a mesma progressão numérica da fala inicial das rezadeiras:

Essa alma eu não te dou/ que já hoje faz dois dia/ que essa alma aqui chegou... Essa alma eu não te dou/ que já hoje faz três dia, etc...)

São Miguel:

Nem que faça
Quinze ano
Essa alma
eu sempre levo
quem mandou buscar
essa alma
foi a Mãe
do Padre Eterno.

Alma do Morto:

Bendito
louvado seja
o coração de Maria

(bis os três versos)

Que ontem
eu estava
no interno
E hoje
no céu
de alegria.

Podemos afirmar sem medo que uma busca mais sistemática poderá levar adiante o que apenas esboçamos nesta pequena monografia, tanto do ponto de vista de análise das implicações sócio-econômicas das incelenças, dentro do baixo nível de vida das comunidades do interior nordestino, como do ponto de vista da potencialidade dramática. O estudo que os folguedos populares mereceram e que atualmente os caracteriza como um anseio legítimo de um status econômico melhor (basta pensar na simbologia representativa do Boi: maravilha ou reino de festa e fartura, perseguido e cobiçado, de-

fendido, morto e devorado como um deus que distribui suas forças) e, por outro lado, como esquemas de espetáculos de alta potencialidade dramática (com um elenco de personagens, réplicas fixas e outras improvisadas, situações dramáticas pré-estabelecidas com possibilidades de desenvolvimento variado, etc.) está para ser feito, em profundidade com o repositório de orações populares.

No terreno da análise das implicações sociológicas e do possível uso dramático, a literatura de cordel já vem merecendo dignos estudos, principalmente da parte do dramaturgo Ariano Suassuna, professor de Estética da Escola de Arte Dramática da Universidade Federal de Pernambuco. Parte de sua obra criativa, como o *Auto da Compadecida*, se deriva diretamente de autos, folhetos ou romances populares (O Testamento do cachorro, Lampião no Inferno, O Gato que descome dinheiro, etc.). Quanto aos folguedos populares, especialmente o Bumba, a Nau Catarineta e o Pastoril, já receberam do Professor Hermilo Borba Filho três estudos de grande expressão dentro de nossa bibliografia folclórica e dramatúrgica. Nosso modesto ensaio poderá chamar a atenção do terreno a ser estudado por folcloristas mais capacitados. Asseguramos, de antemão, que o campo é riquíssimo e sugestivo.

Por outro lado, o processo inverso já recebeu o apreço de um de nossos melhores dramaturgos regionalistas, Luís Marinho. Trata-se de um teatrólogo que se filia à dita escola nordestina, que conta entre seus representantes o já citado Suassuna, José Carlos Cavalcanti Borges, Francisco Pereira da Silva e outros. Em sua obra, a preocupação com o uso dramático do folclore é uma constante. Na peça que mencionamos no início de nosso trabalho "A Incelença", vemos focalizado um velório em que as personagens cantam várias inceleças sempre numa preocupação de entrosamento dramático entre o sentido do canto fúnebre e a situação dramática em desenvolvimento. O autor, ao contrário do que sugerimos com as várias inceleças dialogadas, em que se vê a potencialidade do dramático inconsciente e coletivo, faz um bom uso da forma religiosa folclórica dentro de um propósito artisticamente consciente.

Esclarecemos melhor os dois pontos de vista criativos: um inconsciente e coletivo, outro consciente e individualizado. Se, de uma forma, constatamos elementos de teatralidade seja na inceleça, seja nos folguedos do tipo Cavalo Marinho, ou ainda na literatura de cordel e nos romances populares, num outro processo de manipulação do patrimônio folclórico, vemos autores interessados no uso destes elementos dentro de uma estrutura teatral estética e tecnicamente elaborada.

O exemplo mais completo que damos nas páginas 23 e 24 fixa a primeira atitude criativa; a peça "A inceleça" dá mostras das riquezas do segundo processo criador. Passemos a analisar alguns de seus excelentes efeitos dramáticos.

1. — A dissociação entre os que visitam a família do morto, participam dos cantos, dão "pêsos" (pêsame) e velam parte da noite e os sentimentos místicos fanáticos das rezadeiras e beatas, além da tristeza natural da família enlutada. Os presentes, na sua maioria, se divertem com "advinhas", namoricos e anedotas, provocando a ira dos mais velhos. O ambiente de festa que para muitos é uma noite de inceleça. Conferir com os testemunhos de Guedes de Miranda (Poeira no Tempo) e as ocorrências policiais em dia de inelência.

O álcool como elemento constante e preocupação dos visitantes; o escapismo pelo alcoolismo.

O abismo entre o apocalíptico e ameaçador das palavras das inceleças e as preocupações verdadeiras dos personagens.

2. — O desraizamento da terra, a falta de integração no trabalho, a marginalização causada por um sistema quase feudal de divisão de propriedades, e o alienante das inceleças, as imagens de pecados e danações infernais.

O autor lança mão de uma das mais patéticas inceleças, em forma de ABC, na cena em que a família é expulsa de sua terrinha pelo proprietário do engenho. Vale a pena apreciar a adequação sutil e contundente das imprecações aos céus e a brutalidade do jogo de interesses na realidade:

(chega o Senhor de Engenho)

(os dois filhos vão recebê-lo, todos se levantam respeitosa-mente)

1.º Filho:

Mande-me as ordens, senhor coronel.

Sr. Engenho:

Quedê sua mãe? Preciso falar com ela.

1.º Filho:

Espere aí, vou chamar.

Sr. Engenho:

Morreu ainda cedo. Gostei muito dêle. Respeita-
dor, prestativo, pontual... quer dizer, embora ainda
não tenha pago o fôro desse ano... Mas isso se
resolve...

De que morreu?

2.º Filho:

Repetiu aquêlê ataque e foi embora o homem.

Sr. Engenho:

Espumou?

2.º Filho:

Que nem um cachorro doente.

d. Sindá (Mãe):

Boa noite.

Sr. Engenho:

Meus pêsames, minha senhora.

Perpétua (a puxadora das incelenças):

Ave Maria, Brandosa e Bela

Côro:

(se ajoelha e se prepara para responder, sempre al-
ternando com as falas)

Perpétua:

Cofrim de graça, Divina estrêla.

Sr. Engenho:

Preciso falar particularmente com a senhora.

Côro:

Diz um A Ave Maria
Diz um C Cofrim de graça
Diz um C cofrim de graça
Diz um D Divina Estrela.

(uma Ave Maria em tom baixo)

Sr. Eng.

Olhe, não vá pensar que é por causa da morte dêle
não. ... a senhora compreende... não preciso mais ar-
rendar terra... de agora em diante vou plantar cana
apenas. E preciso que a senhora desocupe o sítio.

Côro:

Esperança nossa
Fonte de amor.

Sindá:

Meu Deus, ainda mais essa desgraça.

Côro:

Gênio do Bem
Honestá Flor

Sindá:

Que hei de fazer, meus Deus.?

Perpétua:

Diz um E Esperança nossa

Sr. Eng.

A senhora tem até o fim da semana pra resolver.

Perpétua:

Diz um Fê Fonte de amor.

Sindá:

Três dias...
Três dias não dão nem pra eu chorar minhas ma-
zelas.

Perpétua:

Diz um Guê Genio do bem.

Sr. Eng.

A senhora tem filho homem.

Perpétua:

Diz um H Honesta flor.

Sindá:

O mais velho agora que está buçando.

Côro:

Incenso d'alma
Jóia mimosa
Côro dos anjo
Luz formosa.

1.º Filho:

Quando um peste dêsse morre de uma peixerada.

2.º Filho:

Quero ter o gôsto de sangrá-lo.

Perpétua:

Diz um I incenso dalma.
Diz um Ji Jóia mimosa
Diz um K Côro dos anjo
Diz um Lê Luz formosa

Sindá:

Meu senhor, deixe ao menos apanhar a fava.

Côro:

Mãe dos mortais
Nuvem de brilho

Sr. Eng.:

Não, o prazo é até domingo.

Côro:

Orai por nós por nossos filhos.

Miranda (a filha adolescente):

Mãe, o café está coado, eu trago?

Perpétua:

Diz um Mê Mãe dos mortais.

Sindá:

Traga logo uma xícara aqui pro patrão.

Perpétua:

Diz um Nê Nuvem de brilho

Sr. Eng.:

Mas aquela já é Miranda.

Perpétua:

Diz um O Oraí por nós

Sindá:

É senhor sim.

Perpétua:

Diz um P Por nossos filhos.

Sr. Eng.:

Pois já está uma moça... e bonita; eu estive pensando melhor devido a sua situação... vou deixar a senhora por aqui até que a senhora ache um lugar conveniente que lhe agrade... A senhora pode ficar mesmo plantando sua rocinha que ninguém lhe aperreará. Fique aqui mesmo.

Côro:

Querida das Virgens
Remédio d'alma
Socorrei sempre
Tôdas as almas.

Sindá:

Jesus lhe abençoe, meu patrão...

(e a cena segue até o fim da incelença, sempre intercalando a fala das personagens com a oração)

Cremos que raramente em nossa dramaturgia o folclore foi tão eficientemente aproveitado, em termos dramáticos, como nesta obra de Luís Marinho. E a cena transcrita é um dos mais punjentes momentos de envolvimento do público. A incelença é posta com toda a sua plangência numa perspectiva de crítica, em que a platéia capta a alienação e o contraste da prática religiosa diante da ferocidade da ambição latifundiária. As palavras de fuga mística, de alto teor poético, tornam-se de um patético incalculável, se revestem de uma melancolia coletiva, uma lamentação de comunidade miserável diante do destino implacável que faz do senhor da terra o senhor dos fatos humanos.

Tanto pela riqueza de suas interpretações sociológicas, ora no sonho da vida melhor, ora nos castigos referidos às culpas bíblicas, como pela sua imensa categoria teatral, a prática das incelenças se nos apresenta como um dos dados de diagnóstico coletivo do mais alto valor. Sua contribuição folclórica, enquanto criatividade do inconsciente popular e fator de análise das ânsias de nossa gente, está esperando seu grande estudioso. Elas comprovam nossa capacidade de criar o belo, e nossa necessidade imperiosa de viver uma vida melhor.

Concepção da Reforma Universitária (*)

O Decreto que instituiu o Grupo de Trabalho atribuiu-lhe a missão de "estudar a reforma da Universidade brasileira, visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País". Os termos do decreto são bastante explícitos e definem um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo traçar os delineamentos de uma reforma, e sim propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Importa, no entanto, indicar a perspectiva em que se situou o Grupo de Trabalho na abordagem do problema, definir os princípios que inspiraram sua concepção da reforma universitária na fase atual de transformação da sociedade brasileira e determinar o alcance das soluções propostas.

Em primeiro lugar, não temos a veleidade de outorgar uma reforma plenamente elaborada, ainda que tivéssemos a convicção da excelência do modelo proposto. Estamos conscientes de que a reforma de uma obra de espírito como a Universidade, tão complexa em seu ser e suas operações e tão diversa em seus interesses e objetivos, não poderia consumir-se em esquemas de ação e de funcionamento que lhe sejam impostos. O objetivo do grupo não é, portanto, fazer a reforma

(*) Introdução ao Relatório do Grupo de Trabalho nomeado pelo Exmo. Senhor Presidente da República, em julho do ano passado, para fazer os estudos relativos à reforma da universidade brasileira. Esta introdução foi redigida pelo nosso diretor associado prof. Newton Sucupira, um dos integrantes do referido grupo.

universitária, mas induzi-la, encaminhá-la sob duplo aspecto: de um lado, removendo óbices, eliminando pontos de estrangulamento que entravam a dinâmica universitária; doutra parte, proporcionando meios, dotando a instituição de instrumentos idôneos que possibilitem sua auto-realização na linha de uma conciliação difícil, mas necessária, entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da Universidade que é a de constituir-se o centro criador de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo.

Se a Universidade há de realizar-se a partir de uma vontade e de um espírito que emanam de seu próprio ser, ela não constitui universo encerrado em si mesmo, capaz de se reformar por suas próprias forças. Como organização social do saber, depende da comunidade que a instituiu, do Estado que assegura sua extraordinária existência legal e a provê de recursos necessários à execução de suas tarefas. A Universidade não pode ser a única instância decisória de sua inserção na sociedade. O acesso ao ensino superior, o uso das habilitações profissionais que êle confere, o saber e a cultura que a Universidade produz, concernem o conjunto de toda a nação, a totalidade das instituições organizadas nos planos econômico, social, cultural e o próprio Estado. Ainda, em sua condição de verdadeiro "poder espiritual", a Universidade só poderá exercer, com eficácia, essa "magistratura do espírito" articulando-se, num sistema de influências recíprocas, com todos os outros poderes da cultura, incluindo também o Estado. Doutra forma, desenraizada do solo cultural que a nutre, ela se esteriliza, permanecendo à margem da realidade como instituição omissa e inútil. Por isso mesmo, a verdadeira reforma universitária se processa no entrechoque de uma tríplice dialética: relação entre o Estado e a Universidade, uma espécie de debate vertical; relação entre a Universidade e as múltiplas forças da comunidade, à maneira de um debate horizontal e, finalmente, no interior dela mesma, como revisão interna na dialética do mestre e do aluno. Esta reciprocidade de relações, êste tríplice diálogo, para falarmos a linguagem do tempo, é o processo válido de uma reforma legítima e fecunda, pois a Universidade atuante há de ser o lugar da con-

frontação e, ao mesmo tempo, da conciliação, também dialética, dos conflitos de gerações, de cultura que nela se produz e com a sociedade global; é não somente o lugar privilegiado da transmissão de uma herança cultural mas o instrumento de renovação e mudança. Sobretudo neste mundo que se transforma em ritmo vertiginoso, a Universidade, como expressão da racionalidade criadora e crítica, não pode aferrar-se a tradições que não correspondem a valores permanentes do espírito, mas deve estar voltada para plasmar o futuro.

Mas, justamente, porque a Universidade é o ponto de cruzamento de movimentos sociais e de cultura, agente necessário do desenvolvimento, e porque se acha integrada no sistema de forças de que o Estado deve ser o fator de equilíbrio e direção, sua reforma afeta ao poder público na medida em que se inclui na ordem dos interesses coletivos e do bem comum em geral. Nesta perspectiva, sem prejuízo da autonomia da Universidade, se justifica e, mesmo, se impõe a ação estimuladora e disciplinadora do Estado.

A crise atual da Universidade brasileira que sensibiliza os diferentes setores da sociedade não poderia deixar de exigir do Governo uma ação eficaz que enfrentasse, de imediato, o problema da reforma universitária que se tornou uma das urgências nacionais. O movimento estudantil, quaisquer que sejam os elementos ideológicos e políticos nêle implicados, teve o mérito de propiciar uma tomada de consciência nacional do problema e despertar enérgico do senso de responsabilidade coletiva. A nação se encontra hoje seriamente atenta para o fato de que o ensino superior é investimento prioritário pela sua alta rentabilidade econômica, a longo prazo, e valorização dos recursos humanos. Por outro lado, cresce também o convencimento de que a educação universitária corresponde a uma exigência de formação da pessoa, acima de toda concepção puramente profissional ou mercantil da cultura. A erupção da crise, a eclosão desta consciência, tornaram inadiável a busca de uma solução, a curto e longo prazo, para os problemas da universidade. A criação do Grupo de Trabalho representa a resposta pronta e objetiva ao desafio de acometer

certos pontos críticos do sistema universitário. Será eficaz na medida em que marcar o início de um movimento renovador capaz de conduzir a universidade brasileira à posição de liderança cultural que lhe compete no processo de desenvolvimento do País.

O Grupo está do mesmo modo consciente de que a reforma universitária perde sentido se fôr dissociada do processo global das reformas sociais e de que, por conseguinte, há de ser concebida como dado da totalidade nacional. Mas dessa premissa válida não se pode inferir que o problema da universidade seja, antes de tudo, um problema político e que por isso a reforma deixe de ser tratada em seus aspectos técnicos específicos. Se estamos convencidos da necessidade de se efetuarem profundas mudanças em nossa estrutura sócio-econômica, entendemos que a Universidade deve ser, ao mesmo tempo, objeto e agente das reformas. Aliás, a consciência que nela se elabora, longe de ser mera consciência reflexa, termina por atuar dialeticamente sobre a sociedade de que faz parte. Se a Universidade é fator decisivo de desenvolvimento, como todos cremos, não teria sentido esperar que se consumassem as reformas sociais para então pensar em sua reforma. Esta tem de ser considerada não apenas em seus aspectos políticos, mas também em seus problemas estruturais, funcionais e técnico-pedagógicos. Isto não implica certamente uma reforma universitária em termos de pura eficiência instrumental.

Observa-se, ainda, que se o ensino universitário, para obedecer aos imperativos de bem comum, deve assumir funções em dado momento da história e numa situação concreta da cultura, importa, no entanto, permanecer fiel à sua missão própria. Doutra forma correrá o risco de tornar-se ineficaz até mesmo nestas funções suplementares. Em consequência, para que a Universidade Brasileira possa exercer plenamente sua influência sobre as demais esferas da vida cultural e sobre as estruturas da sociedade, como a situação atual exige, é indispensável que ela execute suas tarefas específicas com vigor e eficiência.

A análise crítica da universidade brasileira já tem sido

feita repetidas vezes e apontadas suas graves deficiências para que nos alonguemos neste tópico. Organizada à base das faculdades tradicionais, a Universidade, apesar de certos progressos, em substância ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo do desenvolvimento, que se intensificou na década dos 50, e se conserva inadaptada às mudanças sociais dêle decorrentes. Sem dúvida, a universidade brasileira já não é aquela instituição simplificada a oferecer as clássicas carreiras liberais. Neste último decênio, o ensino superior quase triplicou seus efetivos e apresenta um elenco de meia centena de cursos que conferem privilégios profissionais. A Universidade Brasileira é, hoje, vasto aglomerado de faculdades, institutos e serviços. Toda essa expansão, contudo, não obedeceu a planejamento racional, nem determinou a reorganização de seus quadros estruturais e de seus métodos de ensino. O crescimento se fez por simples multiplicação de unidades em vez de dobramentos orgânicos; houve acréscimo de novos campos e atividades que foram progressivamente anexadas. Se o crescimento não foi apenas vegetativo, também não chegou a ser desenvolvimento orgânico que implica sempre mudança qualitativa e reorganização dinâmica, mas apenas justaposição de partes. A universidade se expandiu mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entravar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação. Se apesar disso se fez pesquisa científica em certos setores, e se a universidade demonstrou alguma capacidade criadora em determinados ramos da tecnologia, podemos dizer que o sistema como um todo não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica. Por outro lado, mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho que se diferencia cada vez mais. A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o *know-how* indispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente por que não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira.

Nesta ordem de idéias a reforma há de ser primeiramente encaminhada em função do duplo papel que a universidade está chamada a desempenhar como pré-investimento no esforço de desenvolvimento do país. A idéia de desenvolvimento aqui esposada define o processo racional de construção da nova sociedade através da transformação global e qualitativa de suas estruturas, visando à promoção do homem na plenitude de suas dimensões. O desenvolvimento, como categoria de totalidade, embora tenha como suposto fundamento o progresso econômico, objetiva a realização de todos os valores humanos numa hierarquia de meios e fins. Dentro desta concepção integrada, situa-se a Universidade como um dos fatores essenciais.

Do primeiro ponto-de-vista, a reforma tem objetivos práticos e visa a conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental em termos de eficiência técnico-profissional que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos. Para tanto impõe-se a metamorfose de uma instituição tradicional acadêmica e socialmente seletiva em centros de investigação científica e tecnológica em condições de assegurar a autonomia da expansão industrial brasileira. É também necessário ampliar seus quadros para absorver a legião de jovens que hoje a procura em busca de um saber eficaz que os habilite ao exercício das numerosas profissões técnicas próprias das sociedades industriais. Nesta dimensão a reforma está ligada sobretudo à compreensão de uma defasagem. Isto é, à superação do corte tradicional da universidade para sua adequação como lugar de produção da tecnologia, indispensável a uma sociedade que vive o momento crítico de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o Grupo propõe uma série de medidas concretas, em termos de incentivos fiscais, com o fim de estimular a indústria a transferir para a própria universidade a criação do *know-how* através da pesquisa tecnológica.

Mas o Grupo não se limitou a conceber a reforma sob esse aspecto puramente tecnológico. Sem dúvida, num mundo em que a vida humana está tão profundamente centrada na ciência e na tecnologia, a universidade tem de preparar os ci-

entistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento. Contudo, se a universidade não pode ser o refúgio de puros intelectuais desenraizados ou de um saber sem compromissos, divorciada da realidade prática, tampouco poderá ser reduzida a uma agência provedora de técnicos. Se a reforma se referisse apenas à adequação técnica do ensino superior às necessidades econômicas não encerraria nenhuma mensagem autêntica às novas gerações. Há, portanto, que levar em conta as legítimas aspirações culturais de uma juventude que procura situar-se no mundo moderno e compreender o sentido de seu momento histórico.

Por isso mesmo, o Grupo vê a Universidade como o lugar onde a cultura de um povo e de uma época tende a atingir a plenitude de sua autoconsciência. Assim, é uma das finalidades essenciais promover a integração do homem em sua circunstância histórica, proporcionando-lhe as categorias necessárias à compreensão e à crítica de seu processo cultural. Vista sob essa luz, a reforma tem por objetivo elevar a universidade ao plano da racionalidade crítica e criadora, tornando-se a instância de reflexão sobre as condições e o sentido do desenvolvimento. É a etapa em que a universidade transcende o momento da instrumentalidade para afirmar-se em sua grandiosidade criadora e assumir o papel de liderança espiritual. Nesta perspectiva, a universidade se realiza na complexidade de suas funções, integrando o saber em suas várias formas, operando a síntese da praxis e da teoria, e não apenas atuando como instrumento de crescimento econômico, mas contribuindo para o desenvolvimento total do homem.

Assim concebida em suas múltiplas dimensões a reforma da Universidade brasileira há de ser o produto das próprias transformações sócio-culturais do País. As condições geradas pelo desenvolvimento começam a exercer pressão sobre a instituição universitária, obrigando-a a tomar consciência crítica de si mesma, a reformular seus objetivos, a repensar seus métodos de ação e a dinamizar suas estruturas para ajustar-se ao processo social em curso. A crise que hoje atravessa a Universidade, a contestação de que ela é objeto fora e dentro dela mesma, o sentimento generalizado de frustração no meio uni-

versitário, revelam o amadurecimento da consciência nacional para a implantação das reformas desde há muito reclamadas.

A ação do Grupo de Trabalho se insere nesse contexto como dispositivo que tende a impulsionar o movimento de reformas, oferecendo respostas concretas a necessidades urgentes do sistema universitário. Estas necessidades, na opinião geral dos que meditam o problema do ensino superior, correspondem às seguintes áreas: forma jurídica, administração e estrutura da Universidade; organização dos cursos e currículos e articulação com a escola média; formação, carreira, regime de trabalho e remuneração do corpo docente; participação do estudante na vida universitária e na administração da instituição; criação de uma superestrutura destinada à pesquisa avançada e formação do professorado; expansão de ensino superior; recursos para a educação e mecanismo de financiamento da Universidade.

Resenhas

LABASSE, JEAN — *L'Organization de l'Espace. Elements de Géographie Volontaire*. Hermans. Paris, 1967.

Trata-se de um volumoso livro de 605 páginas em que o Prof. Labasse, autor de vários estudos de geografia regional, analisa as modernas tendências de planificação e da utilização do espaço. Assunto que vem preocupando muito aos geógrafos, aos economistas, aos historiadores e aos administradores atuais. A primeira parte é dedicada ao estudo da projeção no espaço, do progresso econômico e técnico; a segunda aborda os principais temas de planificação espacial como a dominante hidráulica, a organização agrícola, a organização da rede de transportes, a industrialização e sua distribuição espacial, o crescimento urbano e as estruturas urbanas. A parte seguinte é dedicada à política do espaço, onde estuda, entre outras coisas, as tensões regionais e os problemas de regionalização e as tensões cidade-campo. Passa em seguida à análise da política espacial de diversos países como os Estados Unidos, a União Soviética, os países da Europa Ocidental e a Itália.

Trata-se, assim, de livro indispensável ao técnico engajado na luta contra o sub-desenvolvimento que trabalha em agências de desenvolvimento federais ou estaduais, assim como a estudantes e professores de geografia, de economia, de sociologia e de administração. A experiência de Labasse como geógrafo, como professor universitário, como banqueiro e como acessor de organizações governamentais tem uma importância fundamental em uma hora como a que vivemos, quando os planificadores estão procurando realizar uma integração entre as teorias econômicas e a realidade espacial onde elas devem ser aplicadas. Trata-se, dêsse modo, de um livro que deveria ser traduzido para o português a fim de que se tornasse leitura cotidiana dos técnicos que trabalham em uma região subdesenvolvida como o Nordeste. — *Manuel Correia de Andrade*.

CHILCOTE, RONALD H. — *Portuguese Africa*. Prantice-Hall, Inc — Englewood Clipp, New Jersey — Estados Unidos 149 págs. 1967.

O Prof. Ronald H. Chilcote, especialista em Ciência Política e profundo conhecedor dos países de língua portuguesa, nos dá neste livro uma visão de síntese da África Portuguesa estudando as estruturas sociais na mesma existentes, e os problemas políticos delas decorrentes. Os três primeiros capítulos são dedicados à expansão portuguesa na África e à consolidação do sistema colonial, à análise da ação das forças internacionais e às mudanças que ora ocorrem no continente negro e ao problema bem atual do choque entre o nacionalismo português e o nacionalismo africano. A leitura destes capítulos indica o sistema de exploração dos recursos naturais das colônias africanas e das populações africanas, em benefício das companhias portuguesas. Nos capítulos quatro, cinco e seis são estudadas as três principais colônias lusas na África: a Angola, a Guiné e o Moçambique. Quanto ao capítulo quarto, estuda a conquista e a dominação portuguesa em Angola até a rebelião nacionalista de 1960; quanto ao quinto capítulo, dedicado às pequenas colônias da Guiné Portuguesa, do arquipélago de Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe, faz o autor uma prospecção histórica, passando a analisar os aspectos etnográficos e a estagnação econômica que ora as atinge. Faz uma análise semelhante no capítulo sexto

a respeito de Moçambique, examinando as dissensões hoje existentes e as aspirações nacionalistas dos seus habitantes. Finaliza o excelente livro com o capítulo "Prospect and Retrospect" onde analisa uma série de proposições e de perspectivas.

A leitura das 143 páginas de texto é muito útil ao leitor brasileiro para compreender como na África os portugueses se superpuzeram aos povos nativos, organizando as colônias como áreas em que desenvolveram uma economia complementar da economia metropolitana e como vêm sufocando as aspirações nativistas dos povos negros. É assim o único império colonial que resta na África, onde os outros países que possuíam colônias como a França e a Inglaterra concederam a independência política aos territórios sob os seus domínios embora continuassem a controlar economicamente os mesmos. Finalmente trata-se de livro bastante realista que deveria ser traduzido para o português. — *Manuel Correia de Andrade.*

ORAÇÃO PELO POEMA

ALBERTO CUNHA MELO

Oração Pelo Poema

Edição de Estudos Universitários
Universidade Federal de Pernambuco
Recife — 1969

DO AUTOR:

CÍRCULO CÓSMICO (poesia)
Imprensa Universitária
Recife — 1967

PUBLICAÇÃO DO CORPO (poesia)
Inédito

A
meus pais
Maria Bernardete de Souza (minha noiva)
meus amigos

"Quem é aquêle que obscurece assim a Providência
com discursos sem inteligência?

.....
Onde estavas quando lancei os fundamentos da Terra?"
(Livro de Jó-38-2, 6 — Discurso de Deus)

"¡Oh noche que guiaste
Oh noche amable más que el alborada,
Oh noche que juntaste
Amado con Amada
Amada en el Amado transformada!"
(San Juan de la Cruz)

1. OS VERSOS MORTOS, AS PALAVRAS

Escrevo de cabeça baixa,
por que levantá-la depois?
Não o faça para ser visto
pelos que passarem na estrada.

Viver na mesma posição
mas deixando a alma sair
pelos olhos e pela boca,
como água a jorrar de uma estátua.

Êste é o tempo em que Deus regressa
pelos quatro cantos da casa.
Vem desenterrar o poema
do meu corpo e gritar comigo.

Recebo-o diante do espanto
dos amigos que não o vêem,
tenho gestos incompreensíveis
e digo coisas já remotas:

Senhor, proteje meu poema
e obscurece com tua sombra
os versos mortos, as palavras
que sobram, o tempo perdido.

2. NO TEMPO EM QUE AS CANÇÕES MORRERAM

Senhor, dá-me a palavra brisa,
irmã das fontes, dá-me agora
qualquer palavra que refresque
a minha vida, para sempre.

Dá-me uma canção que me salve
no tempo em que as canções morreram,
para tocá-la no piano
velho, cada noite mais alto.

Cobre várias vezes com a gaze
de tuas nuvens o vocábulo
ferido (como eu) na cidade
dos cegos, pisado por eles.

Levanta as brancas persianas
sobre a manhã — que começa
quando ouvimos pronunciar
o nosso nome, uma palavra.

Dá-me novamente a esperança
de transmitir tôdas as coisas
novas, que a noite me disse
ou que teus anjos me disseram.

3. ANTES QUE MORRAM DE VIVIDAS

Quando pela noite repleta
de teus chamados, nas pequenas
vozes distingo tua voz
que me ensina a falar do tempo.

E certa noite me disseste
uma palavra que sufoca
tôdas as outras, mas não posso
pronunciá-la antes do sol,

antes que a vida amadureça
as esperas mais dolorosas,
antes que morram de vividas
as pequeninas locuções.

Seguro teu retrato: a túnica
inexistente já se move
ao vento do postal, com sombras.
Tua voz é mais verossímil,

surge como o vento noturno
que trouxe a página perdida,
e que me fez continuar
a luta, o poema parado.

4. NADA EM TROCA RECEBERÁS

Talvez as palavras se esgotem
neste poema, e aqui terminem.
Mas tenho a mesa iluminada
ainda, não me abandonaste.

Estás tão perto que me assusto
ao tocar nas cortinas: tôdas
rudes e brancas como a túnica
que os pescadores te ofertaram.

Senhor, estou cansado, senta-te
aqui, é tua vez agora.
Vem terminar o doloroso
poema, que enfrenta as estrêlas.

Faltam sòmente para o fim
duas estrofes corriqueiras,
e hás de encontrá-las para o filho
insone, operário três vêzes.

Nada em troca receberás
a não ser um outro pedido
de palavras, de outras palavras:
matéria, prima do poema.

5. QUANDO DECIDIRES VOLTAR

Deixaste-me um momento. Agora
ergo os braços para acender
velhas lanternas que não mostram
o perdido vocabulário.

Longe de ti o meu poema
vai esfriando como os rios
de outros países, vai freizando
gelado, no meio da página.

Pergunto agora pelos ventos
arrogantes dentro da noite,
pergunto agora que umedeço
em vão o gêsso do papel.

Sem ti entrego-me de todo
às exigências do meu tempo,
e começo a estender a fôlha
vazia, aos outros companheiros.

Quando decidires voltar
na alta madrugada, verás
o teu filho ainda parado
no último verso que ditaste.

6. *Ó VENTO CONTERRÂNEO! Ó NUVEM!*

Tocam-me de repente o rosto
as lufadas de luz. Eu nada
vejo mas estou incluído
no tempo, na manhã que chega.

Voltaste como um grande amigo
e por trás de mim colocaste
as tuas mãos sôbre os meus olhos,
mas não fôste reconhecido.

Pouco depois, quando as palavras
fluiram fáceis, novamente,
eu compreendí que estavas perto
e meu poema foi crescendo.

Ó vento conterrâneo! ó nuvem!
passai depressa para os outros
poetas, mais necessitados
e mais sòzinhos do que eu.

Põe-se a meu lado quem defende
da malcriada ventania
o meu poema crepitando
como chama em cima da mesa.

7. *DO COMPANHEIRO SUFOCADO*

De nôvo mergulhei a pena
na água, deixaste-me de nôvo.
Ó cestinha de papéis, dá-me,
dá-me o meu lugar no mundo.

É tarde para desmanchar
a pose e tirar a gravata,
tudo já foi fotografado
de muito perto, por teus anjos.

Cheio de fogo e petulância
assinei o poema. Nem
de leve toquei no teu nome
Senhor, no teu ombro de névoa.

Saí de casa desviando
tôdas as brisas para mim,
e fechei a única janela
do companheiro sufocado.

Dentro das brisas de setembro
tua presença era demais,
e foi bom que me abandonasses
um pouco, antes que eu te perdesse.

8. *À MESMA HORA, HÁ LONGAS ÉPOCAS*

Ó eterno regressar de Deus
sôbre os sêres noturnos, todos.
Troco de roupa e de linguagem
para receber-te de nôvo.

Ir e voltar de tantas luzes
matutinas, de grandes tédios
roendo, como cães danados,
homens acuados no tempo.

Verão e inverno revesados
sôbre as cêrcas insuportáveis
que avistamos do mesmo ponto,
à mesma hora, há longas épocas.

Ó cansativo e apaixonante
viver, cruces acetinadas.
Ó sonho-atleta que venceste
tôdas as lutas conhecidas.

Competição no grande céu
de nuvens e andorinhas: todos
se viraram para o poeta
vivo, mas êle te apontou.

9. *APÓS TÔDAS AS DESISTÊNCIAS*

Publicar-se depois da morte
é dar, pelas costas, um pão;
é jogar um ramo de flôres
numa casa triste, e correr.

Pobre de mim que já mostrei
minhas palavras incompletas,
e recebí antes de morto
os meus direitos autorais.

Tôdas as tardes que me deste
foram consumidas na espera
de tardes que não prometeste
e meus poemas não trarão.

Jogo-me completo no rio
para engrossar a correnteza,
que entra pela casa das máquinas
e sai pelo quintal florido.

Senhor do tempo, dá que eu seja,
após tôdas as desistências,
o único afluente a chegar
às tuas águas no verão.

10. *ESCUTO APENAS AS PISADAS*

Sei que falo destituído
de tôdas as conquistas do tempo,
ainda tenho as asperezas
de certas coisas intocadas.

Essas novas escavações
devem chegar até meu corpo.
Escuto apenas as pisadas
dos amigos na superfície.

Preciso ser tocado, ainda
que meu corpo de areia sôlta
seja comido pelos ventos
ao ficar em cima da terra

Puseste minha voz sumida
numa sala subterrânea,
dá-me fôrças para cavar
por dentro e irromper num jardim,

ou a certeza de que serei
por um milagre descoberto,
quando os amigos resolverem
plantar aqui uma roseira.

11. *COM A VELOCIDADE VAZIA*

Tudo condenado a nascer
e essa urgência de terminar
o que será realizado
de qualquer maneira a seu tempo.

Com a velocidade vazia
de um cometa despovoado,
jogo na cesta de papéis
todos os convites da noite.

Dá-me a certeza de voltar
ao sítio, onde tôdas as tardes
velhos eucaliptos me ensinem
como estender as longas sombras.

Planta ao meu lado qualquer coisa
que demora a crescer, mas cresça
por dentro, como as criaturas
do teu reino desencantado.

Manda que teus anjos afastem
do tempo e de nossas cabeças
a nuvem mórbida que apressa
o trigo e retarda a manhã.

Se escuto apenas o rumor
da chuva — não está chovendo.
Só chove quando estou molhado
e a planície despovoad.

Então desenrola o poema
tépido, cobre-me com êle:
o cobertor impermeável
contra o tempo, tempos depois.

Já não podemos confiar
no sol, um crédito suspenso,
e perco todo o meu verão
conferindo meus agasalhos.

Chuvas de pedra, são teus anjos
nos baleando das sacadas.
Chuvas de pedra, são teus anjos
sublevados, quebrando as telhas.

Quero estar longe, muito longe
dêsse comêço de revolta:
numa estrada onde lá em cima
não há céu — estrada do céu.

Por que levarei adiante
êste poema ameaçado?
Por que levarei esta vida
tão ameaçada também?

Poesia, poema, por que?
Disso tudo possuis, Senhor,
a chave no bolso da túnica
ou deste a algum anjo a resposta?

Seminovas meditações
sôbre a palavra. Nós falávamos
longamente de nossa angústia
e eu tentava falar mais alto.

Poemas ditos e no fim
fazíamos o mesmo trajeto.
Nossas mães e nossas irmãs
olhavam-nos: "tudo perdido".

Quando as vozes ultrapassadas
falavam de tua existência,
nós escutávamos calados,
pensando em novas descobertas.

O poema ataca de noite
os seres desarmados. Com
requintes de perversidade,
êle aproveita a tua ausência.

Vem equipado, trás nos ombros
os instrumentos da tortura,
as palavras que não desistem
de entrar à fôrça no meu sonho.

O teu ser é impronunciável
e estou cercado de palavras
que procuram, a todo custo,
passar à frente do teu nome.

A minha voz dentro da sombra
é revesada — escuto passos
e sei que algo me levará
daqui a pouco, não teus anjos.

Ainda é noite e sou jogado
às pedreiras do desencanto,
ao trabalho forçado, às grandes
injunções do tempo sem Deus.

Os filamentos da desordem
emaranham minha esperança
e misturam tôdas as partes
de meus poemas terminados .

Mas êles não têm fim, repetem-se,
formam famílias numerosas,
criam asas, levantam vôo,
e tornam-se velhos no céu.

Dá-me, Senhor, essa humildade
de amá-los até mesmo quando
limitados pela exigência
do tempo e a ingratidão dos homens.

Se não conseguem reparar
peças do mundo, ficam vendo
o espetáculo — ainda é cedo
para desmontar o boneco.

Sempre será cedo, que possam
antes dos outros escutar
alguns passos no quarteirão
e adivinhar a tua volta.

Senhor, êste poema sabe
o número certo de mortos:
acaba de ler os jornais
do dia, e não está contente.

Olha teus anjos, mas não perde
de vista as patrulhas que rondam
as alamedas do teu reino,
como disse, desencantado.

Entra furioso no templo
para pedir-te explicações,
e tocar os sinos mais altos
e provocar tua inocência.

Volta sem flôres do mercado
(para não falar noutra coisa
que magoa a forma discreta
de acusar o tempo que passa).

Segue furtivo e camuflado
como um lagarto, pelas fôlhas:
Senhor, êste poema sabe
de tudo, mas não quer dizer.

Sob o silêncio geométrico
do pátio nôvo, descoberto,
a Lacônia reconstruída
convoca os seres apressados.

Repartem uma só palavra
entre si, como se fôsse a última,
porque não podem cultivar
outra rosa mais numeROSA.

Será o amor? (ó que pergunta
ridícula para um poema).
É tua voz renunciada
pelos quatro portos do mundo.

Tentam, lacônicos, deter
o grande rio de vocábulos
com reprêsas que têm apenas
a espessura da pobre página.

De tão fracos, são meus irmãos:
tão ocupados em freiar
as velhas águas, que não sabem
quanto chove nas cabeceiras.